

Estudos económicos e financeiros

Perspetivas Económicas Regionais

África Subsariana

Fluxos de capitais e o futuro do trabalho

.....

OUT **18**

Estudos económicos e financeiros

Perspetivas económicas regionais

África Subsariana

Fluxos de capitais e o futuro do trabalho

.....

**F
o** 18

©2018 Fundo Monetário Internacional

Cataloging-in-Publication Data

Nomes: International Monetary Fund.

Título: Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa : capital flows and the future of work.

Outros títulos: Sub-Saharan Africa : capital flows and the future of work. | World economic and financial surveys.

Descrição: Washington, DC : International Monetary Fund, 2018 | OUT. 18. | Includes bibliographical references.

ISBN 978-1-48438-052-9

ISBN: 978-1-48438-073-4 (PDF, Web)

LCSH: Africa, Sub-Saharan—Economic conditions. | Economic development—Africa, Sub-Saharan. | Capital movements—Africa, Sub-Saharan.

Classificação: LCC HC800 .R4 2018

O relatório Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana é publicado duas vezes por ano, na primavera e no outono, e passa em revista a evolução económica da região. As projeções e considerações de política económica nele apresentadas são as do corpo técnico do FMI e não necessariamente representam os pontos de vista do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção-Geral.

Os pedidos podem ser feitos online, por fax ou por correio:

International Monetary Fund, Publication Services

P.O. Box 92780, Washington, DC 20090 (U.S.A.)

Tel.: (202) 623-7430 Fax: (202) 623-7201

E-mail : publications@imf.org

www.imf.org

www.elibrary.imf.org

Sumário

Siglas e acrônimos	vi
Agradecimentos	vii
Sumário executivo	ix
1. Recuperação e riscos crescentes	1
Desenvolvimentos macroeconômicos e perspectivas	3
As vulnerabilidades dos balanços subsistem elevadas	7
Riscos para as perspectivas	10
Políticas	12
Referências	23
2. Fluxos de capitais para a África Subsariana: causas e consequências	25
Evolução dos fluxos de capitais	27
Fatores que impulsionam os fluxos de capitais	30
Consequências macroeconômicas das entradas de capitais	35
Conclusão	36
Referências	38
3. O futuro do trabalho na África Subsariana	39
O impacto da mudança tecnológica: as máquinas irão substituir os trabalhadores?	40
Análise de cenários: Explorar o futuro do trabalho na África Subsariana	44
Que políticas são necessárias para criar empregos orientados para o futuro?	46
Conclusão	51
Referências	52
Apêndice estatístico	53
Caixas	
1.1. O ressurgimento dos subsídios aos combustíveis (energia) na África Subsariana	20
1.2. Desenvolvimentos de mercado nas economias de fronteira da África Subsariana em períodos de volatilidade financeira	21
1.3. Progressos rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	22
3.1. Cenário 1: África em Ascensão	47
3.2. Cenário 2: África para África	48
3.3. Cenário 3: África à Deriva	49
Tabela	
2.1. Volatilidade dos fluxos financeiros	30

Figuras

Capítulo 1

1.1. Projeções de crescimento mundial: Atuais vs. abril de 2018.....	3
1.2. Preços de matérias-primas selecionadas: Variações esperadas, médias de 2019–20 vs. 2017	3
1.3. Economias de mercado de fronteira da África Subsariana: Emissões de obrigações soberanas internacionais, 2011–18	4
1.4. África Subsariana: Crescimento do PIB real, 2013–22	4
1.5. África Subsariana: Variação no emprego.....	5
1.6. África Subsariana: Almofada de reservas	5
1.7. África Subsariana: Saldo orçamental global, 2017–18.....	6
1.8. África Subsariana: Planos orçamentais a médio prazo, 2018–23	6
1.9. África Subsariana: Preços da gasolina, abril/maio 2018.....	7
1.10. África Subsariana: Situação de risco da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento habilitados à assistência PRGT, 2008–17.....	7
1.11. Países da África Subsariana em alto risco de sobre-endividamento: Contribuição acumulada a partir da decomposição da dívida, 2013–17	7
1.12. África Subsariana: Saldo orçamental médio e dívida pública, 2013–18.....	8
1.13. África Subsariana: Dívida do setor público por moeda, 2011–17	8
1.14. África Subsariana: Crédito bancário malparado em relação ao total de empréstimos.....	9
1.15. África Subsariana: Crescimento do crédito ao setor privado.....	9
1.16. África Subsariana: Títulos da dívida pública detidos pela banca.....	10
1.17. África Subsariana: Impacto potencial médio sobre o PIB de medidas comerciais	10
1.18. Spreads dos mercados emergentes e de fronteira da África Subsariana, 2014–18	11
1.19. Mercados de fronteira da África Subsariana: Vencimento das obrigações soberanas internacionais	11
1.20. África Subsariana: Dívida pública/PIB, 2011–23	12
1.21. África Subsariana: Deslocados internos, 2010–17.....	12
1.22. África Subsariana: Contribuição para o ajustamento da conta corrente, 2014–17.....	14
1.23. Desvio da norma da conta corrente, 2018	15
1.24. Contribuição do choque no preço do petróleo para a volatilidade do produto por classificação económica	15
1.25. Contribuição do choque no preço do petróleo para a volatilidade do produto por grau de diversificação	15
1.26. África Subsariana: Ciclicidade da política orçamental e ciclo de preços das matérias-primas ...	16
1.27. Regiões selecionadas: Crescimento do PIB real per capita, 2010–22.....	17
1.28. Média esperada do crescimento do PIB per capita e níveis iniciais do PIB per capita, 2018–22.....	18
1.29. Decomposição do crescimento do PIB real.....	18
1.30. Decomposição do crescimento da produtividade do trabalho: Componentes entre setores (reafectação) e dentro (ganho de produtividade do trabalho) de cada setor	19

Capítulo 2

2.1. África Subsariana: Fluxos financeiros, 1980–2017	27
2.2. África Subsariana e mercados emergentes: Fluxos financeiros líquidos, 1980–2017	27
2.3. África Subsariana: Fluxos passivos antes e depois da crise financeira mundial, 2000–17	28
2.4. África Subsariana: Composição dos fluxos ativos e passivos, 1980–2017	28
2.5. África Subsariana: Fluxos passivos, 1980–2017	29
2.6. África Subsariana: Picos de fluxos financeiros líquidos, 1980–2017	30
2.7. África Subsariana: Impacto de fatores externos sobre os fluxos passivos de investimento diretos e de carteira	31
2.8. África Subsariana: Probabilidade prevista de picos e inversões e taxa de juro dos EUA	32
2.9. África Subsariana: Probabilidade prevista de picos e inversões e qualidade institucional	32
2.10. África Subsariana e mercados emergentes: Impacto de fatores mundiais, 2000M1–17M12	33
2.11. África Subsariana: Impacto de fatores mundiais antes e depois da crise financeira internacional, 2000M1–17M12	34
2.12. África Subsariana: Consequências macroeconómicas da entrada de fluxos de carteira	35
2.13. África Subsariana: Impacto dos fluxos passivos sobre o investimento interno	36

Capítulo 3

3.1. Participação setorial no emprego total, 1995 e 2017	41
3.2. África Subsariana: Adoção da conectividade, 1970–2010	41
3.3. Estimativas do modelo para o PIB per capita	42
3.4. Estimativas do modelo para a participação da mão de obra	42
3.5. Índice de vulnerabilidade das exportações dos países à automatização, baseado em Frey-Osborne	44
3.6. Índice de vulnerabilidade das exportações dos países à automatização, baseado em Brynjolfsson, Mitchell e Rock	44
3.7. Proporção de pessoas que usam a Internet, 2016	50
3.8. Custo mensal de conexões fixas e móveis à Internet banda larga, 2016	50
3.9. Taxa líquida de matrícula no ensino básico, 1999–2014	50
3.10. Taxa líquida de matrícula no ensino secundário, 1999–2014	50
3.11. Exportações de bens para as diferentes regiões, 2017	51

Siglas e acrónimos

AOD	ajuda oficial ao desenvolvimento
ASS	África Subsariana
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CLE	cedência de liquidez de emergência
CMP	crédito malparado
EMD	empresas de média dimensão
EME	economias de mercados emergentes
EP	empresa pública
EUA	Estados Unidos da América
GFP	gestão financeira pública
GPS	sistema de posicionamento global
ICRG	International Country Risk Guide
IDE	investimento direto estrangeiro
IFM	instituições de microfinanças
IVA	imposto sobre o valor acrescentado
ME	mercados emergentes
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	produto interno bruto
PTF	produtividade total dos fatores
REO	Regional Economic Outlook (FMI)
UEMOA	União Económica e Monetária Oeste-Africana
UNHCR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
UNOCHA	Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas
VAR	autorregressão vetorial
VIX	Índice de volatilidade CBOE
WEO	World Economic Outlook (FMI)

Agradecimentos

A edição de outubro de 2018 das Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana foi preparada por uma equipa liderada por Papa N'Diaye sob a coordenação de David Robinson.

A equipa foi composta por Aidar Abdychev, Cristian Alonso, Emre Alper, Francisco Arizala, Romain Bouis, Reda Cherif, Dominique Desruelle, Xiangming Fang, Jesus Gonzalez-Garcia, Cleary Haines, Siddharth Kothari, Yun Liu, Miguel Pereira Mendes, Nkunde Mwase, Mathilde Perinet, Mahvash S. Qureshi, Sidra Rehman, Axel Schimmelpfennig, Preya Sharma, Torsten Wezel, Jaroslaw Wiczorek e Mustafa Yenice.

O relatório beneficiou também de contribuições específicas de Alberto Behar, Paolo Cavallino, Shirin Elahi, Tunc Gursoy e Mauricio Villafuerte.

Charlotte Vazquez foi responsável pela produção do relatório, com a assistência de Krisztina Fabo. A edição final e produção foram supervisionadas por Linda Long, do Departamento de Comunicação.

As seguintes convenções foram utilizadas nesta publicação:

- Nas tabelas, uma célula em branco indica “não se aplica”; a elipse (. . .) indica “dados não disponíveis” e 0 ou 0,0 indicam “zero” ou “negligenciável”. Pequenas discrepâncias entre os totais e a soma das suas componentes devem-se a arredondamentos.
- O sinal (–) entre anos ou meses (por exemplo, 2009–10 ou janeiro–junho) indica o período coberto, do primeiro ao último ano ou mês; o sinal (/) entre anos ou meses (por exemplo, 2005/06) indica um exercício orçamental ou financeiro.
- “Ponto base” significa um centésimo de 1 ponto percentual (por exemplo, 25 pontos base são equivalentes a $\frac{1}{4}$ de 1 ponto percentual).

Sumário Executivo

RECUPERAÇÃO E RISCOS CRESCENTES

As perspectivas macroeconómicas para a África Subsariana seguem numa tendência ascendente. Prevê-se que o crescimento suba de 2,7% em 2017 para 3,1% em 2018, refletindo ajustamentos às políticas internas e um ambiente externo favorável, incluindo um crescimento sustentado e firme da economia mundial, preços mais elevados das matérias-primas e condições financeiras externas acomodáticas. A inflação tem vindo a cair; e os desequilíbrios orçamentais estão a ser contidos em muitos países. Tendo em conta as políticas atuais, prevê-se que o crescimento acelere a médio prazo para 4%, um valor demasiado baixo para criar o número de empregos que se prevê necessários para absorver os trabalhadores recém-chegados ao mercado de trabalho.

Contudo, existem preocupações relativas à qualidade do ajustamento orçamental e há que abordar de forma decisiva as vulnerabilidades subjacentes.

- É necessário progredir mais em termos de mobilização de receitas internas para assegurar a sustentabilidade da dívida e criar espaço orçamental a fim de realizar os tão necessários investimentos e despesas de desenvolvimento. Até ao momento, o ajustamento orçamental reflete largamente a recuperação do preço do petróleo para os países exportadores de petróleo, associada a cortes drásticos nas despesas de investimento em vários países. Com algumas exceções, têm sido poucos os progressos relativos ao reforço da mobilização de receitas internas; muitos países adiaram o ajustamento dos preços do combustível a nível interno em resposta à recente subida do preço do petróleo, o que resultou no ressurgimento dos subsídios à energia; o nível de atrasados internos também se mantém elevado, o que contribui para a acumulação de crédito malparado; e, além do Governo central, as empresas públicas representam um risco orçamental cada vez maior em alguns países.
- As vulnerabilidades do setor financeiro subsistem elevadas, com o volume significativo de crédito malparado a pesar nos balanços dos bancos e a prejudicar o crédito ao setor privado.
- Do lado externo, as entradas de fluxos financeiros apresentaram um comportamento robusto no primeiro semestre de 2018 com as emissões de Eurobonds a atingirem níveis recorde. Porém, a recente turbulência nos mercados emergentes conduziu ao aumento dos spreads. De uma forma geral, as reservas não foram reforçadas e, em metade dos países da região, continuam abaixo dos níveis considerados adequados.

As perspectivas económicas estão sujeitas a riscos significativos. A economia mundial está a entrar num período invulgarmente elevado de incerteza política; o crescimento já está a abrandar na maioria das economias avançadas e pode abrandar de forma mais acentuada em caso de escalada das tensões comerciais; da mesma forma, a subida dos preços das matérias-primas e as pressões populistas na antecâmara das eleições em vários países podem fazer descarrilar os esforços de consolidação.

É necessário um crescimento forte, sustentável e inclusivo para proteger a recuperação e gerar empregos suficientes para a região aproveitar na plenitude o seu dividendo demográfico. Por seu turno, para isso são necessárias políticas com vista a reforçar a resiliência e facilitar a reafetação de mão de obra e capital para setores mais produtivos, de forma a fazer crescer os rendimentos mais rapidamente. Estas políticas incluem: garantir uma consolidação orçamental firme para reduzir as vulnerabilidades da dívida; promover a mobilização de receitas; reforçar a eficiência das despesas, em especial para dar resposta ao ressurgimento dos

ineficientes subsídios à energia; introduzir uma maior flexibilidade cambial, onde permitido pelas disposições institucionais, e tratar das vulnerabilidades dos balanços; dar resposta às crescentes debilidades do setor financeiro em tempo oportuno; e prosseguir políticas para fomentar o investimento privado e reforçar o crescimento potencial.

FLUXOS DE CAPITAIS NA ÁFRICA SUBSARIANA: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Desde a crise financeira internacional, observou-se um espetacular aumento dos fluxos de capitais transfronteiriços de fontes não oficiais para a África Subsariana. Normalizados pela dimensão económica, os fluxos líquidos de capitais para a África Subsariana têm sido superiores aos fluxos de capitais para as economias de mercados emergentes nos últimos anos. Muito deste crescimento assenta nos fluxos de não residentes, sobretudo fluxos de investimento de carteira. Uma análise empírica mostra que alguns fatores internacionais – designadamente as taxas de juro dos EUA, a aversão ao risco a nível mundial e os preços das matérias-primas – são importantes para explicar as dinâmicas dos fluxos para a África Subsariana. Contudo, a existência de bons fundamentos económicos a nível internos pode ajudar a atenuar os riscos associados à volatilidade dos fluxos de capitais. A análise também sugere que o impacto dos fluxos de capitais depende do tipo de fluxo. De uma forma geral, é provável que os fluxos de investimento de carteira empurrem a taxa de câmbio real e o produto real para cima da tendência e promovam o crescimento do crédito – vulnerabilidades que tendem a aumentar a probabilidade de uma crise financeira. Os fluxos de investimentos de carteira não têm estado, pelo menos historicamente, fortemente associados ao investimento interno ou ao crescimento, mas parecem impulsionar o consumo público, incluindo a despesa social. Em contraste, a entrada de investimento direto estrangeiro parece estimular diretamente o investimento interno e, por conseguinte, apoiar o crescimento económico. Estas conclusões indicam uma relação complexa entre financiamento externo, estabilidade macroeconómica no plano interno e investimento e crescimento económico na África Subsariana. Os decisores políticos devem adotar uma abordagem prudente e assegurar que os recursos captados são utilizados eficazmente, reforçam a produtividade e promovem um crescimento económico sustentável. Também se justifica vigilância contra a acumulação de vulnerabilidades macroeconómicas e financeiras.

O FUTURO DO TRABALHO NA ÁFRICA SUBSARIANA

A atual vaga de avanços tecnológicos deve agitar o panorama do emprego em todo o mundo. Neste contexto, como pode a África Subsariana criar os 20 milhões de empregos por ano necessários nas próximas duas décadas para absorver a sua crescente força de trabalho? O principal foco deste capítulo é a questão de como a vaga atual de inovação tecnológica – a Quarta Revolução Industrial – influenciará a vantagem comparativa da África Subsariana e a natureza do emprego nos países da região. Com base em modelos económicos formais e análise de cenários, vemos de que forma a trajetória da integração económica mundial e o impacto das alterações climáticas moldarão as oportunidades económicas e o futuro do trabalho na África Subsariana. O desafio global das políticas é apoiar os setores novos e emergentes que impulsionam o crescimento. Se for bem-sucedida, a África Subsariana pode criar os empregos para a sua população jovem e em crescimento e realizar progressos no sentido de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As estratégias de desenvolvimento têm de se adaptar às necessidades e perspetivas da Quarta Revolução Industrial. A integração e a conectividade são os principais pilares de políticas de crescimento bem-sucedidas. Isto inclui a infraestrutura tradicional e digital, um sistema de educação que acompanha a mudança dos requisitos em matéria de competências, uma urbanização inteligente, redes de segurança para um mercado de trabalho volátil e a integração comercial.

1. Recuperação e riscos crescentes

Os resultados macroeconómicos na África Subariana seguem uma tendência ascendente, refletindo os ajustamentos às políticas internas e um ambiente externo favorável, incluindo um crescimento sustentado e firme da economia mundial, preços mais elevados das matérias-primas e condições financeiras externas acomodáticas. Espera-se que o crescimento aumente de 2,7% em 2017 para 3,1% em 2018; a inflação tem vindo a cair; e os desequilíbrios orçamentais estão a ser contidos em muitos países.

Embora se saúde a melhoria destes resultados, a natureza do ajustamento foi tal que há ainda que resolver de forma decisiva as vulnerabilidades subjacentes – a curto e médio prazo – a fim de proteger a recuperação contra os riscos decorrentes de choques internos e externos. É necessário progredir mais em termos de mobilização de receitas internas para assegurar a sustentabilidade da dívida e criar espaço orçamental a fim de realizar os tão necessários investimentos e despesas de desenvolvimento. Além disso, o crescimento potencial a médio prazo continua demasiado baixo para criar os empregos que se prevê serem necessários para absorver as pessoas recém-chegadas ao mercado de trabalho.

Por conseguinte, a consolidação orçamental reflete largamente a recuperação do preço do petróleo para os países exportadores de petróleo, associada a cortes drásticos nas despesas de investimento em vários países. Com algumas exceções, têm sido poucos os progressos relativos ao reforço da mobilização de receitas internas. Na verdade, em alguns países exportadores de petróleo (Angola, República do Congo, Gabão e Guiné Equatorial) as receitas não ligadas às matérias-primas diminuíram em termos reais em 2017, embora outros países ricos em recursos naturais tenham conseguido aumentar as receitas não ligadas aos recursos naturais. Muitos países adiaram o ajustamento dos preços do combustível a nível interno em resposta à recente subida do preço do petróleo, o que resultou no reaparecimento dos nefastos subsídios à energia. O nível de atrasados internos também se mantém

elevado, com o saldo a ascender, em média, a 5% do PIB no final de 2017. Além do Governo central, as empresas públicas representam um risco orçamental cada vez maior em alguns países nos quais os recursos do orçamento de Estado são utilizados para assegurar a sobrevivência das empresas públicas ineficientes.

Este desempenho orçamental restringe a resposta do setor privado e acentua as pressões sobre os sistemas financeiros. A contínua constituição de atrasados internos – tipicamente para com os fornecedores – também contribuiu para a acumulação de crédito malparado em muitos países (Angola, Chade, Gana, Guiné Equatorial, Moçambique), o que por sua vez pesa sobre o crédito ao setor privado e aumenta as vulnerabilidades do setor financeiro.

Em alguns países, o setor financeiro apresenta elevadas vulnerabilidades, designadamente altos níveis de crédito malparado, reduzida rentabilidade dos bancos e défices significativos nos rácios de capital. Noutros países, os rendimentos atrativos dos títulos do Tesouro sustentaram a rentabilidade dos bancos.

Do lado externo, verificaram-se poucas mudanças nos saldos da conta corrente. Contudo, as entradas de fluxos financeiros apresentaram um comportamento robusto, com as emissões de Eurobonds a atingirem níveis recorde no primeiro semestre de 2018. A turbulência nos mercados emergentes decorrente da normalização da política monetária nas economias avançadas conduziu a algum aumento dos spreads. Contudo, de uma forma geral, as reservas não foram reforçadas apesar do ambiente favorável e, em metade dos países na região, continuam abaixo dos níveis considerados adequados.

Esta visão de conjunto esconde uma ampla diversidade entre os países. O recente tratado de paz no Sudão do Sul, o processo de paz em curso em Moçambique, assim como a melhoria das relações entre a Eritreia e a Etiópia constituíram uma oportunidade para esses países avançarem.

O presente capítulo foi preparado por uma equipa liderada por Papa N'Diaye, coordenada por Romain Bouis e composta por Reda Cherif, Jesus Gonzales-Garcia, Cleary Haines, Míguel Pereira Mendes, Nkunde Mwase, Torsten Wezel e Jaroslaw Wiczorek.

Em Angola, foram dados passos importantes para combater antigos problemas de governança e dar resposta aos profundos desequilíbrios a nível macro que travaram o crescimento nos últimos anos. Relativamente ao futuro, a economia mundial está a entrar num período de grande incerteza de políticas com significantes riscos de revisão em baixa do crescimento que poderão ter impactos adversos em muitos países na região. O crescimento já está a abrandar na maioria das economias avançadas e pode abrandar de forma mais acentuada em caso de escalada das tensões comerciais. O aumento das taxas de juro (à medida que se fecha o hiato do produto nas economias avançadas) e um dólar forte irão aumentar o peso do serviço da dívida, incrementar o custo dos novos empréstimos e acentuar as pressões sobre a competitividade nos países cujas moedas estão indexadas, de modo formal ou informal, a moedas numa tendência de valorização.

De forma a estarem melhor posicionados para dar resposta a estes desafios, os países devem:

- Implementar estratégias orçamentais que visem reduzir as vulnerabilidades da dívida em consonância com uma consolidação orçamental firme. A maioria dos países conceberam estratégias desta natureza. Contudo, para que sejam eficazes, é necessário proceder à sua implementação mesmo em tempos de subida temporária dos preços das matérias-primas ou em períodos que antecedem eleições, que estão marcadas para o próximo ano em muitas das maiores economias do continente, incluindo África do Sul, Nigéria e Senegal.
- Promover a mobilização de receitas. Com a receita fiscal, em média, a situar-se 3% a 5% do PIB abaixo do potencial estimado, há uma margem substancial para os países aumentarem a sua base de receitas e libertarem espaço orçamental para satisfazer as respetivas prioridades de desenvolvimento. Os episódios bem-sucedidos de mobilização de receitas na região têm elementos em comum, incluindo um enfoque nas instituições básicas, aliado a uma política e administração fiscal eficazes e modernas. Exigiram ainda medidas para fortalecer a base fiscal, simplificar o sistema fiscal e acabar com as isenções e benefícios fiscais. É importante referir que as reformas bem-sucedidas não seguiram um modelo predeterminado, foram antes ajustadas às circunstâncias dos países (FMI 2018a).
- Reforçar a eficiência das despesas, em especial para dar resposta ao reaparecimento dos subsídios à energia que são conhecidos por serem ineficientes, mediante a implementação de mecanismos automáticos de fixação dos preços dos combustíveis (como foram introduzidos com êxito no Gana e em Moçambique) e, ao mesmo tempo, adotar medidas de atenuação para compensar os pobres.
- Introduzir uma maior flexibilidade cambial, onde permitido pelas disposições institucionais, e tratar das vulnerabilidades dos balanços.
- Dar resposta às crescentes debilidades do setor financeiro em tempo oportuno. Esperar para agir apenas após a ocorrência de um colapso obriga a um ajustamento disruptivo e agrava os custos orçamentais, assim travando ainda mais o crescimento. Recentemente, alguns países registaram progressos em matéria de redução do crédito malparado (Guiné Equatorial, Guiné-Bissau), reforço das reservas de capital (Angola, Gana, Moçambique) e adoção de novas regras prudenciais (CEMAC – Comunidade Económica e Monetária da África Central, e UEMAO – União Económica e Monetária da África Ocidental). Contudo, são necessárias estratégias abrangentes de redução do crédito malparado para resolver este problema persistente.
- Prosseguir políticas para fomentar o investimento privado e reforçar o crescimento potencial, promovendo a abertura comercial (sobretudo no contexto da Área de Comércio Livre da África Continental), fomentando a conectividade digital e um sistema de ensino flexível, eliminando as distorções de mercado, incentivando o aprofundamento financeiro, assegurando um ambiente empresarial robusto, realizando uma melhor afetação da despesa pública e garantindo o fornecimento de bens públicos (incluindo infraestruturas bem desenvolvidas).

À luz deste contexto, o Capítulo 2 apresenta uma análise pormenorizada das tendências e dinâmicas dos fluxos para os países da África Subariana centrando-se em três questões fundamentais: (1) Como é que os fluxos financeiros não oficiais – tanto por tipo de ativo como por origem do investidor – evoluíram ao longo do tempo? (2) Quais são os fatores que explicam os fluxos de capital para a região? e (3) Quais são as implicações a nível macroeconómico interno (em termos de taxas de câmbio, produção e estabilidade financeira) dos vários tipos de entradas de capitais estrangeiros?

Por fim, o Capítulo 3 explora de que forma é que a África Subariana pode criar empregos para o futuro para uma população ativa em forte expansão no contexto de rápidas mudanças tecnológicas, considerando três cenários que refletem diferentes incertezas a nível mundial que podem moldar o futuro do trabalho na região e que envolvem avanços tecnológicos, desenvolvimentos geopolíticos e alterações climáticas.

DESENVOLVIMENTOS MACROECONÓMICOS E PERSPETIVAS

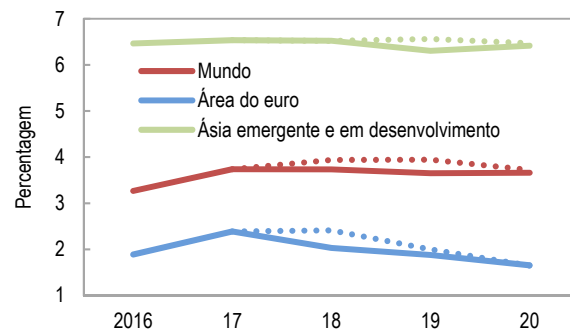
Um ambiente externo menos propício com crescentes incertezas

Embora o crescimento mundial continue a subir de forma regular, o aumento das tensões comerciais, a antecipada normalização da política monetária e a volatilidade nos mercados de ativos ensombram as perspetivas para a África Subariana. Prevê-se que o crescimento mundial se cifre em 3,7% em 2018 e 2019, uma revisão em baixa da projeção de 3,9% do World Economic Outlook (WEO) de abril de 2018. Além disso, a expansão tornou-se mais heterogénea e parece ter atingido o pico em algumas das principais economias (Figura 1.1). Tal ocorre num contexto de crescentes tensões comerciais – já estão em vigor aumentos tarifários em vários produtos – que enfraquecem o sentimento relativo a setores específicos e outros indicadores prospetivos e contribuem para uma maior volatilidade nos mercados de matérias-primas e outros ativos. A médio prazo, prevê-se que o crescimento potencial continue aquém dos níveis anteriores à crise num contexto de envelhecimento populacional e fraco crescimento da produtividade.

Apesar da maior volatilidade nos mercados de matérias-primas, as perspetivas para o setor energético apontam para preços mais elevados face às previsões do último mês de abril, mas são mistas para os metais e outras matérias-primas exportadas pela região (Figura 1.2). Embora as perspetivas para os preços da energia sejam positivas para os países produtores de petróleo, também implicam uma deterioração dos termos de troca para os países importadores de petróleo (três quartos dos países na região).

As condições financeiras a nível mundial mantêm-se acomodáticas, mas tornaram-se ligeiramente mais restritivas desde meados de abril de 2018, com maiores spreads das obrigações e saídas de capital de determinados mercados emergentes e mercados fronteiriços. Os investidores mundiais apresentaram um elevado apetite pelos títulos da região, com as emissões de obrigações soberanas internacionais por

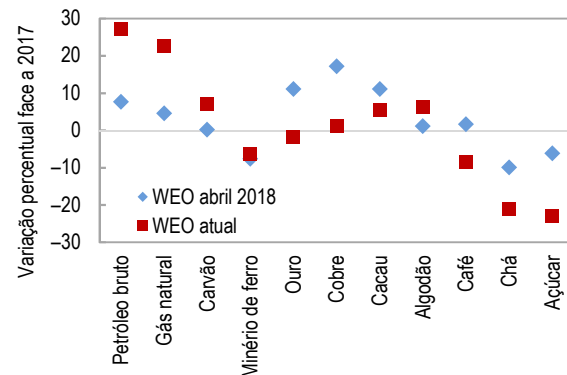
Figura 1.1. Projeções de crescimento mundial: Atuais vs. abril de 2018



Fonte: Base de dados do World Economic Outlook (WEO).

Nota: As linhas sólidas mostram as atuais projeções; as linhas pontilhadas mostram as projeções de abril de 2018, FMI, base de dados WEO.

Figura 1.2. Preços de matérias-primas selecionadas: Variações esperadas, médias de 2019–20 vs. 2017



Fontes: FMI, Commodity Price System; e FMI Global Assumptions.

Nota: WEO = World Economic Outlook.

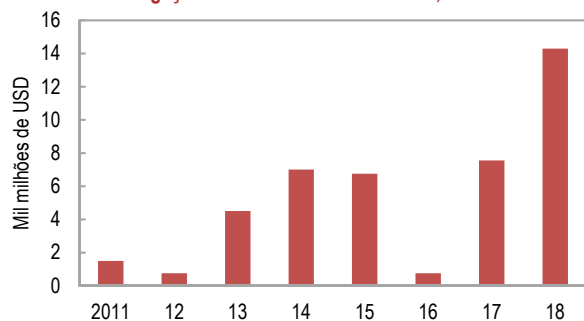
parte dos mercados fronteiriços da África Subsariana a atingirem 13,8 mil milhões de USD no primeiro semestre de 2018, um valor superior ao total anual de qualquer ano anterior e que compara com 7,6 mil milhões de USD em todo o ano de 2017 (Figura 1.3). A título de exemplo, o Senegal emitiu 2,2 mil milhões de USD de Eurobonds em março de 2018 com uma procura cinco vezes superior à oferta, enquanto, em maio, Angola e Gana emitiram Eurobonds no valor de 3 e 2 mil milhões de USD com a procura a suplantam a oferta em três e quatro vezes, respetivamente. Em julho, Angola reabriu a emissão de Eurobonds de maio e angariou mais 500 milhões de USD.

A modesta recuperação segue impulsionada sobretudo pelos países exportadores de petróleo

Prevê-se que o crescimento médio para a região (ponderado em função do PIB em termos de paridade de poder de compra) se cifre em 3,1% em 2018 face a 2,7% em 2017 (Figura 1.4). O crescimento apresentou um maior dinamismo principalmente nos países exportadores de petróleo (sobretudo a Nigéria), mas continuou a revelar-se lento na África do Sul.

- A Nigéria deverá crescer 1,9% em 2018 o que compara com 0,8% em 2017, devido principalmente a menos disrupções na produção de petróleo e uma ligeira retoma na economia não petrolífera. A recuperação deverá contribuir com cerca de 0,7 pontos percentuais para o crescimento médio da região em 2018 e estimular a atividade nos parceiros

Figura 1.3. Economias de mercado de fronteira da África Subsariana: Emissões de obrigações soberanas internacionais, 2011–18



Fonte: Haver Analytics.

Nota: Dados de setembro de 2018.

¹ Usando os coeficientes de repercussão estimados da Nigéria e África do Sul para o resto da região – 0,08 e 0,11 respetivamente (Arizala et al. 2018).

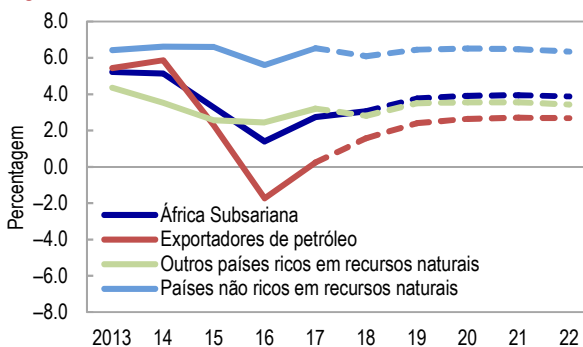
² Ver tabelas do anexo com os dados históricos e as previsões para as principais variáveis macroeconómicas.

comerciais da Nigéria por meio de um maior nível de remessas, repercussões financeiras e procura de importações (FMI 2018b).¹ Por exemplo, estima-se que as repercussões da economia nigeriana no crescimento do Benim e do Níger sejam 0,5 e 0,3 pontos percentuais, respetivamente. A médio prazo e no contexto das atuais políticas, prevê-se que o crescimento estabilize nos 2,5%, ainda aquém da taxa de crescimento populacional.

- Prevê-se que o crescimento na África do Sul seja de 0,8% em 2018. Embora seja possível uma potencial retoma na atividade do setor privado, dado que a incerteza política é reduzida, o investimento público continua restringido pelo limitado espaço orçamental e pelas debilidades nos balanços das empresas públicas. À luz das políticas atuais, prevê-se que o crescimento estabilize próximo dos 1,8% a médio prazo. É provável que as repercussões na região se manifestem sobretudo através do setor financeiro e da procura de importações (FMI 2016).

Em termos de taxas de crescimento, verifica-se uma considerável disparidade entre países.² Os países que não são ricos em recursos naturais continuam a crescer a uma média de 6%; os países ricos em recursos naturais registaram uma recuperação do crescimento, mas ainda abaixo dos níveis anteriores ao choque dos preços das matérias-primas em 2014; e alguns países continuam a deparar-se com problemas de segurança que têm consequências graves em termos humanos e económicos. Um terço

Figura 1.4. África Subsariana: Crescimento do PIB real, 2013–22



Fonte: FMI, Base de dados WEO.

Nota: Ver na página 54 o quadro de grupos de países.

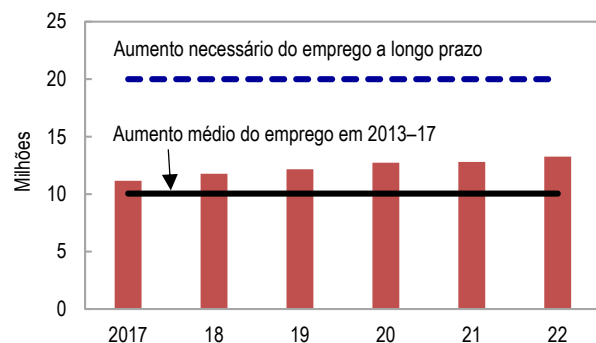
das pessoas na África Subariana vive em países onde o PIB per capita caiu em 2017 e espera-se que continue a cair em 2018 e 2019.

Tendo em conta as políticas atuais, prevê-se que o crescimento acelere a médio prazo para 4%, ou 1,5% em termos per capita. Contudo, tal não será suficiente para a região explorar na plenitude o seu dividendo demográfico, dado que é provável que a criação de emprego continue a ficar aquém do que é necessário para absorver as pessoas recém-chegadas ao mercado de trabalho. De facto, considerando que as projeções indicam que o número de pessoas na África Subariana em idade ativa (15-64) será superior a 100 milhões entre 2030 e 2035 – excedendo o número do resto do mundo – a região terá de criar, em média, 20 milhões de empregos (FMI 2015) todos os anos entre 2018 e 2035, um valor superior ao dobro dos empregos criados em média ao longo dos últimos cinco anos (Figura 1.5).

Prevê-se que as pressões inflacionistas aliviem ainda mais

As pressões inflacionistas nas economias da África Subariana estão a aliviar, em especial nas economias exportadoras de petróleo. Prevê-se que a inflação média nos países exportadores de petróleo caia de 17% em 2017 para aproximadamente 13% em 2018. Nos outros países, a inflação mantém-se relativamente baixa. A dinâmica da inflação reflete o ritmo de recuperação relativamente lento, alguma restrição da política monetária ou uma maior produção agrícola e, em muitos países, uma transmissão não integral do aumento dos preços do petróleo.

Figura 1.5. África Subariana: Variação no emprego



Fontes: Nações Unidas, Organização Internacional do Trabalho; e estimativas do corpo técnico do FMI.

³ A avaliação do nível adequado de reservas é realizada com recurso a ferramentas do FMI especificamente concebidas para as economias de mercados emergentes e economias com restrições de crédito. Para mais detalhes, ver <http://www.imf.org/external/np/spr/ara/>.

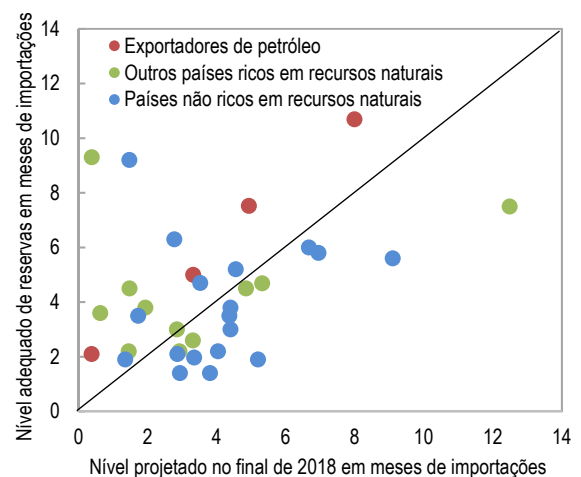
Prevê-se que os saldos da conta corrente melhorem, mas não o suficiente para reforçar as reservas

Face a 2017, prevê-se que os saldos de conta corrente melhorem nos países exportadores de petróleo e piorem nos restantes países. Apesar do ajustamento dos saldos de conta corrente dos países exportadores de petróleo, o nível de reservas cambiais deverá manter-se abaixo dos valores considerados adequados com base nas métricas derivadas das experiências dos países emergentes e em desenvolvimento durante as crises (Figura 1.6).³

A consolidação orçamental está em curso, mas é necessário melhorar a sua qualidade

As projeções de base indicam uma maior diminuição dos défices orçamentais na África Subariana. O défice orçamental médio para a região deverá descer de 4,2% do PIB em 2017 para 3,3% em 2018. No entanto, este valor oculta variações significativas entre as economias, prevendo-se que os saldos orçamentais melhorem nos países exportadores de petróleo, permaneçam inalterados nos países que não são ricos em recursos naturais e piorem um pouco nos outros países ricos em recursos naturais (Figura 1.7). A melhoria

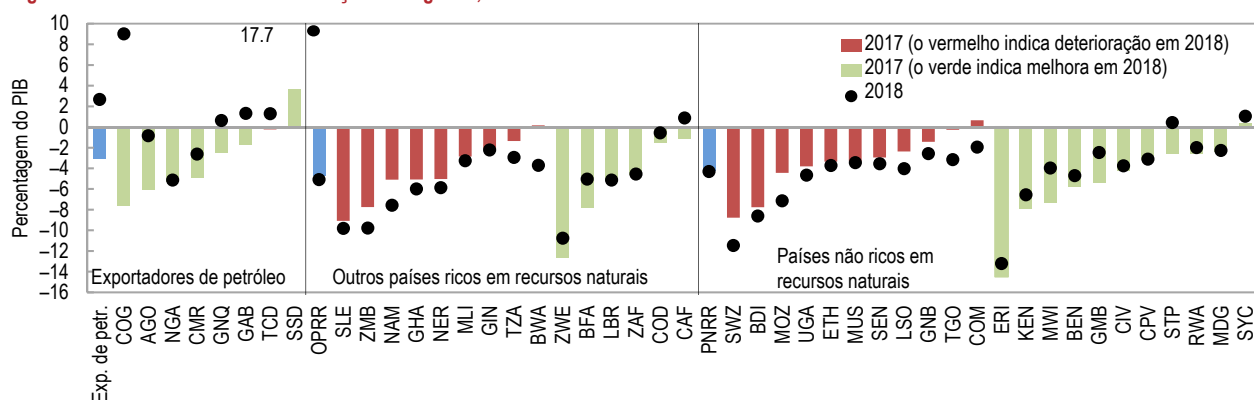
Figura 1.6. África Subariana: Almofada de reservas



Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Os exportadores de petróleo, exceto Angola, Nigéria e Sudão do Sul, estão agrupados num ponto de dados que corresponde à Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC). Os países da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) estão agrupados num único ponto de dados e classificados como não ricos em recursos naturais. Ver na página 54 o quadro de grupos de países.

Figura 1.7. África Subsariana: Saldo orçamental global, 2017-18



Fonte: FMI, Base de dados WEO.

Nota: OPRR = outros países ricos em recursos naturais; PNRR = países não ricos em recursos naturais. Ver na página 54 o quadro de grupos de países e na página 55 o quadro de abreviaturas de países.

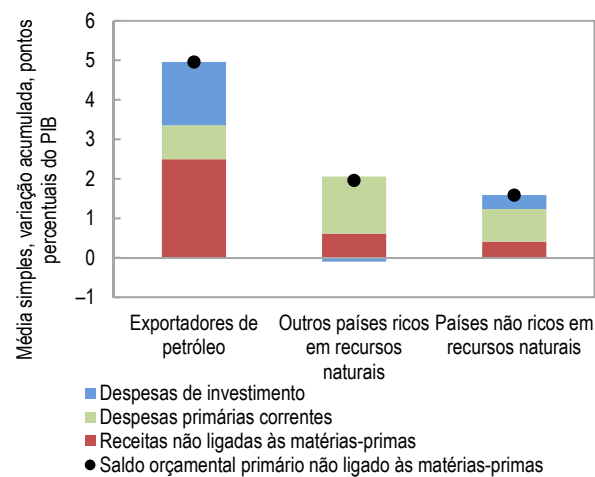
dos saldos orçamentais nos países exportadores de petróleo resultou, na maioria dos casos, de um aumento das receitas do setor petrolífero e de cortes nas despesas de investimento, à exceção da Nigéria onde o investimento público duplicou nos últimos dois anos, embora tenha partido de um nível reduzido. Mais cortes radicais nas despesas de investimento poderão minar o crescimento a médio prazo, caso estes investimentos não sejam realizados pelo setor privado.

Entretanto, não se registaram progressos na tão necessária mobilização de receitas internas, que fica bastante aquém do potencial da região. Com base nos atuais planos orçamentais de médio prazo, não se espera que seja colmatado o défice de receitas – que se estima que seja entre 3% a 5% do PIB na média de todos os países.⁴ De facto, calcula-se que as receitas internas subam cerca de 2,5% do PIB nos países exportadores de petróleo, mas apenas 0,5% do PIB nos outros países (Figura 1.8).

A qualidade do ajustamento orçamental também está ameaçada pelo ressurgimento dos subsídios aos combustíveis. Embora a maioria dos países tenha transmitido o menor preço do petróleo aos preços dos combustíveis a nível interno, a maioria deles não aumentou os preços dos combustíveis na sequência da recente subida dos preços internacionais do petróleo. Na realidade, entre o

início de 2017 e abril de 2018, o coeficiente de transmissão mediano foi zero para os exportadores de petróleo e 47% para os importadores de petróleo (Caixa 1.1).⁵ Os preços dos combustíveis são, em média, cerca de USD 1,09 por litro (Figura 1.9), o que sugere um subsídio ao combustível médio de 2% do PIB por ano, depois de contabilizados os custos de transporte e distribuição, as margens de lucro e os impostos.

Figura 1.8. África Subsariana: Planos orçamentais a médio prazo, 2018-23



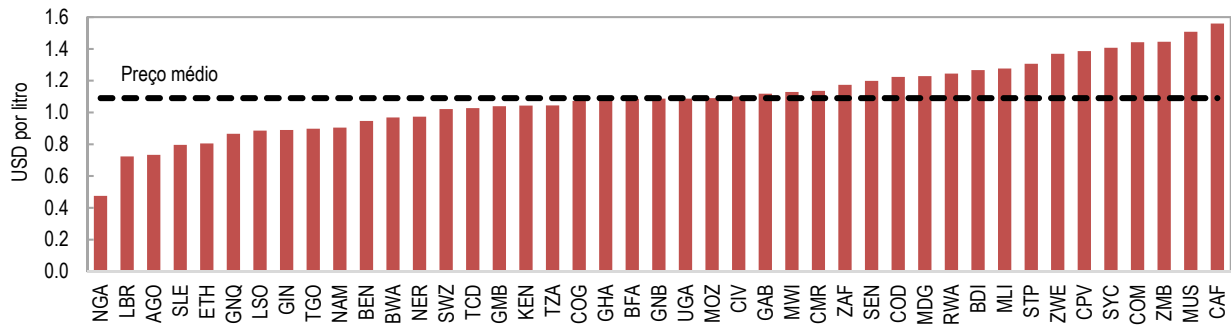
Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Exclui Burundi, Eritreia e Sudão do Sul devido à indisponibilidade de dados. Ver na página 54 o quadro de grupos de países

⁴ Os países da África Subsariana poderiam mobilizar, em média, cerca de 3 a 5% do PIB em arrecadação fiscal adicional, mediante um conjunto de reformas com vista à melhoria da eficiência dos sistemas atuais, incluindo a redução das isenções fiscais, e de alterações institucionais, como melhorias em termos de governança e medidas para controlar a corrupção (FMI 2018c).

⁵ Definida como a variação nominal nos preços retalhistas a nível interno dividida pela variação nominal nos preços internacionais, ambos na moeda nacional.

Figura 1.9. África Subsaariana: Preços da gasolina, abril/maio 2018



Fontes: Autoridades nacionais e cálculos do corpo técnico do FMI.

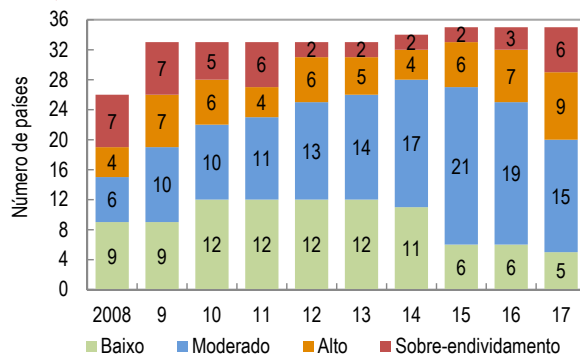
Nota: A Caixa 1.1 contém mais pormenores. Ver na página 55 o quadro de abreviaturas de países.

AS VULNERABILIDADES DOS BALANÇOS SUBSISTEM ELEVADAS

As vulnerabilidades da dívida persistem

Em 2017, 15 países da África Subsaariana foram classificados como tendo um elevado risco de sobre-endividamento (Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro-Africana, Etiópia, Gâmbia, Gana, São Tomé e Príncipe, Zâmbia) ou em sobre-endividamento (Chade, República do Congo, Eritreia, Moçambique, Sudão do Sul, Zimbabwe) (Figura 1.10). A evolução da dívida nos países em situação de sobre-endividamento ou com um elevado risco de sobre-endividamento reflete, principalmente, grandes défices primários, que aumentaram drasticamente em muitos países devido ao colapso dos preços das matérias-primas (FMI 2018d). Em vários casos, as desvalorizações

Figura 1.10. África Subsaariana: Situação de risco da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento habilitados à assistência PRGT, 2008–17



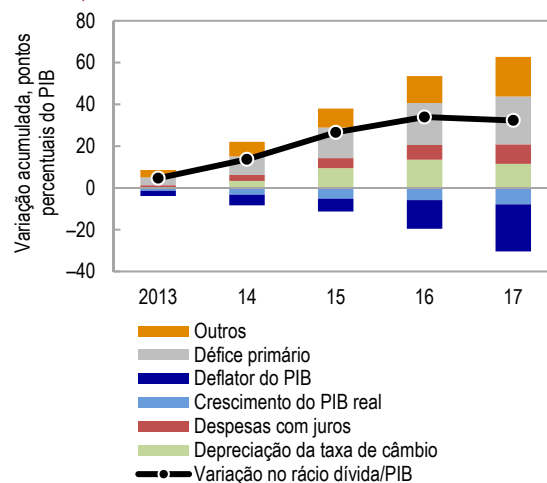
Fonte: FMI, base de dados sobre a análise de sustentabilidade da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento.

Notas: A notação do risco da dívida de Burundi, Chade, Gâmbia, Lesoto, Ruanda, São Tomé e Príncipe e Zâmbia começa em 2009; a de Cabo Verde em 2014, e a do Sudão do Sul em 2015. PRGT = Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento.

cambiais tiveram impactos negativos no balanço e contribuíram para uma deterioração nos indicadores de solvabilidade da dívida e liquidez (Figura 1.11).

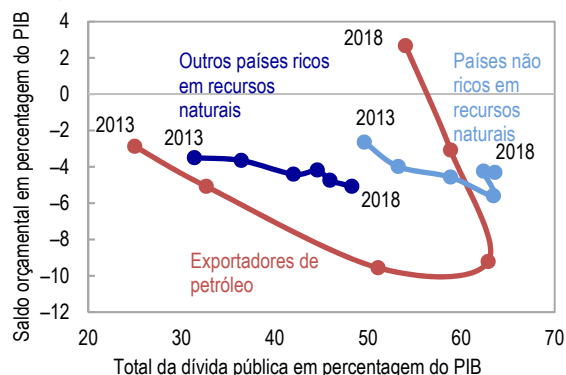
Refletindo as consolidações orçamentais em curso e a recuperação do crescimento, prevê-se que o nível médio de dívida pública em 2018 se mantenha próximo do valor registado em 2016, ou seja, 57% do PIB. Porém, verifica-se uma grande heterogeneidade entre países. A redução da dívida reflete essencialmente ajustamentos nos países exportadores de petróleo e, em menor grau, nos outros países ricos em recursos naturais (Figura 1.12). Além disso, em alguns países altamente endividados (República do Congo, Gâmbia), o melhor comportamento das receitas e um maior crescimento do PIB deverão conduzir a melhorias significativas na capacidade de serviço da dívida.

Figura 1.11. Países da África Subsaariana em alto risco de sobre-endividamento: Contribuição acumulada a partir da decomposição da dívida, 2013–17



Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 1.12. África Subsariana: Saldo orçamental médio e dívida pública, 2013-18

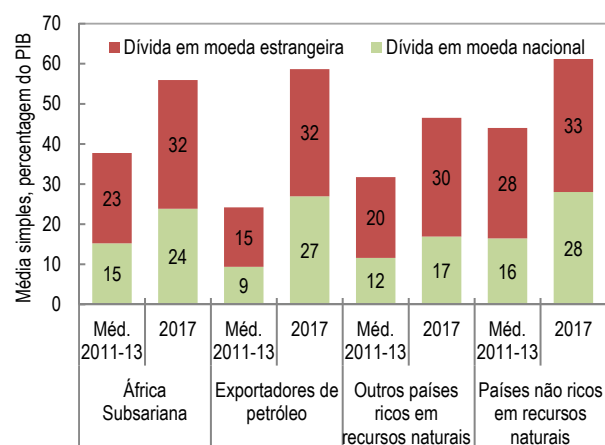


Fonte: FMI, Base de dados WEO.

Nota: Ver na página 54 o quadro de grupos de países.

As trajetórias de dívida pública de base estão sujeitas a substanciais incertezas. Mais especificamente, vários países deparam-se com um maior risco cambial e desafios em matéria de gestão da dívida, com os credores oficiais e privados não tradicionais a desempenharem um papel mais importante. A proporção de dívida pública denominada em moeda estrangeira sobre o total da dívida pública aumentou na África Subsariana de uma média de 23% entre 2011 e 2013 para 32% do PIB em 2017 (Figura 1.13). Ao nível dos credores, embora a proporção de financiamento concessional tenha permanecido inalterada e os credores oficiais continuem a representar o maior grupo de credores, a percentagem de dívida detida por bancos privados e obrigacionistas aumentou para cerca de 15%.

Figura 1.13. África Subsariana: Dívida do setor público por moeda, 2011-17



Fontes: FMI, base de dados da análise de sustentabilidade da dívida e cálculos do corpo técnico.

Nota: Ver na página 54 o quadro de grupos de países.

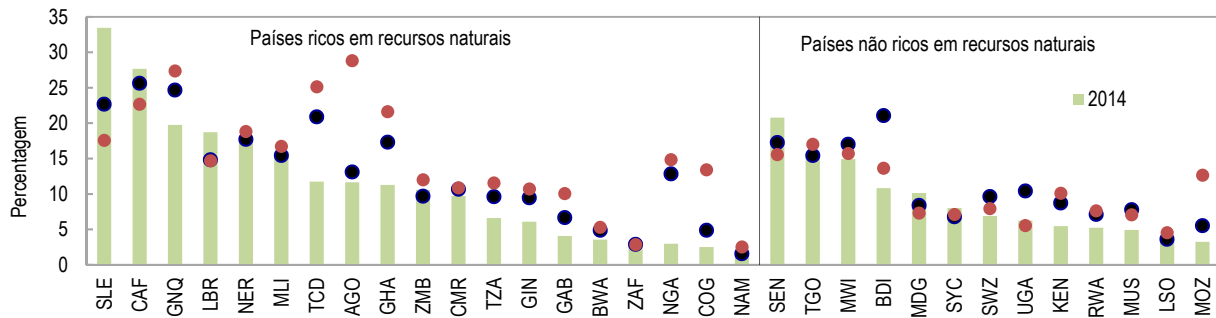
mesmo tempo, tem-se registado um incremento dos empréstimos junto de países que não pertencem ao Clube de Paris, especialmente a China.

Além disso, em alguns países, verificou-se um aumento das incertezas orçamentais relacionadas com passivos contingentes e a acumulação de atrasados públicos internos. Em média, os atrasados situam-se em cerca de 5% do PIB (mediana no final de 2017) e ultrapassam os 20% em vários países (Gabão, Gâmbia, Guiné Equatorial). Na maioria dos países, os atrasados do Governo para com os fornecedores de bens e os prestadores de serviços representam a grande maioria dos atrasados internos, seguidos dos atrasados a outras empresas privadas, funcionários e empresas públicas. Em alguns casos, também se registou uma acumulação de atrasados entre empresas públicas. O passivo acumulado pelas empresas públicas atingiu, ocasionalmente, um nível preocupante de 10% do PIB ou mais (África do Sul, Cabo Verde, Camarões, Gana, São Tomé e Príncipe), o que sugere passivos orçamentais contingentes que podem comprometer a sustentabilidade da dívida geral do Estado. No contexto dos esforços contínuos de reestruturação, vários países conseguiram liquidar os atrasados das empresas públicas (Burquina Faso, Côte d'Ivoire), enquanto outros aumentaram a transparência mediante a realização de auditorias ao setor das empresas públicas (Benim, Níger, Seicheles) e o aproveitamento das conclusões de relatórios oficiais sobre o desempenho das empresas públicas (Cabo Verde, Gana, Libéria). Contudo, em alguns casos, o apoio direto às atividades para-orçamentais por meio de subsídios ou empréstimos representa um peso considerável sobre o orçamento, impedindo a realização de despesa pública mais prioritária (Botswana, Cabo Verde, Madagáscar).

As debilidades dos balanços dos bancos estão a pesar no crescimento do crédito

Na maioria das economias da África Subsariana, o nível de crédito malparado é elevado (Figura 1.14). A acumulação de crédito malparado ocorreu a um ritmo particularmente rápido nos bancos públicos (Angola, Gabão), refletindo sobretudo o abrandamento económico, más práticas de gestão do risco (Angola) e um elevado volume de atrasados a fornecedores do Estado (Chade) ou

Figura 1.14. África Subariana: Crédito bancário malparado em relação ao total de empréstimos



Fontes: Autoridades nacionais; e FMI, International Financial Statistics.

Nota: Ver na página 54 o quadro de grupos de países e na página 55 o quadro de abreviaturas de países.

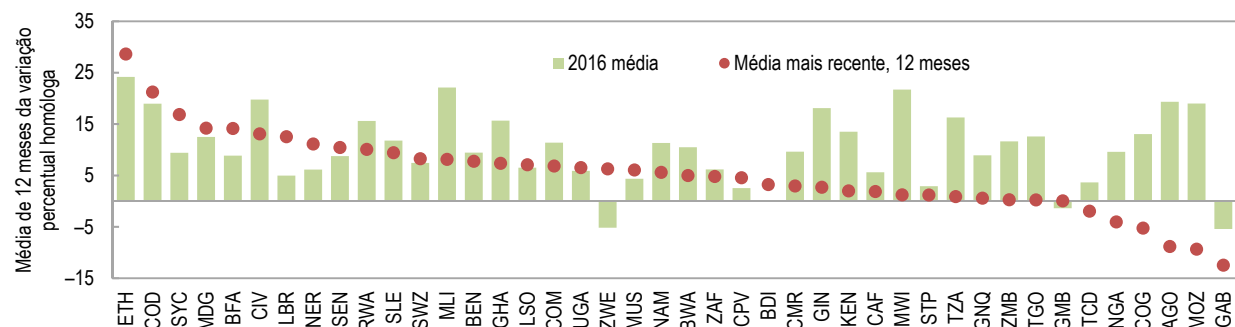
atrasos no reembolso do crédito (Gabão, Gana, Guiné Equatorial, Malawi). Em alguns casos (Gana), uma aplicação mais rigorosa dos requisitos de classificação de crédito e um reconhecimento precoce das perdas – no seguimento de avaliações da qualidade dos ativos – também contribuíram para o aumento no nível de crédito malparado reportado. Contudo, também há indicações de que, em alguns países, o nível de crédito malparado está subestimado devido à prática de renovação dos créditos.

O crédito incobrável degradou a rentabilidade dos bancos comerciais em alguns países, enquanto noutros (Nigéria, UEMAO) os rendimentos atrativos dos títulos do Tesouro sustentaram a rentabilidade dos bancos. Os rácios de capital variam significativamente entre os bancos, com alguns a registarem défices graves em várias jurisdições (Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Malawi, Nigéria, Togo).

O elevado rácio de crédito malparado e o abrandamento da atividade contribuíram para uma retração do crédito ao setor privado em três quartos dos países (Figura 1.15), mas sobretudo no Botswana, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Malawi e São Tomé e Príncipe. O abrandamento do crédito ao setor privado também se fica a dever a um fraco crescimento e, em certa medida, a condições monetárias mais restritivas (Camarões, Guiné Equatorial). Outros motivos incluem elevados níveis de endividamento das famílias (Botswana), incerteza no panorama económico e político (Gabão, Gana, Guiné) e uma reorientação dos empréstimos bancários para títulos do Tesouro (Guiné, Malawi) (Figura 1.16).

Outras fontes de preocupação sobre a saúde dos balanços dos bancos incluem desfasamentos na liquidez em moeda estrangeira (Angola) e uma elevada concentração dos empréstimos (Benim, Malawi, Namíbia).

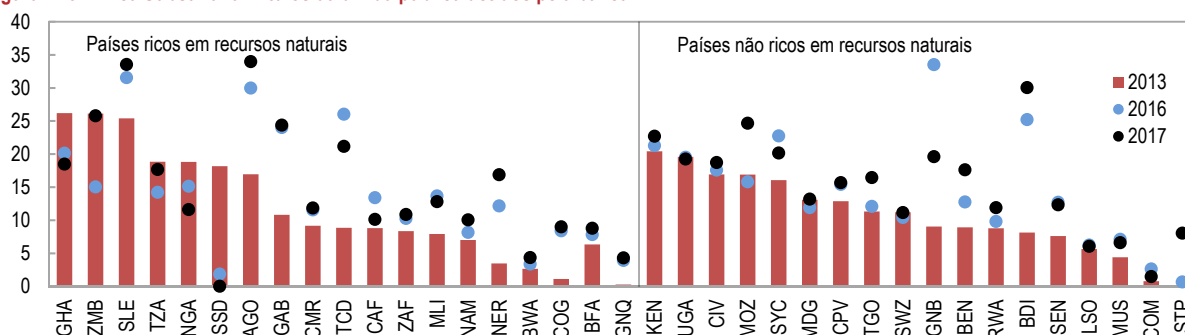
Figura 1.15. África Subariana: Crescimento do crédito ao setor privado



Fonte: FMI, International Financial Statistics.

Nota: Ver na página 55 o quadro de abreviaturas de países.

Figura 1.16. África Subsariana: Títulos da dívida pública detidos pela banca



Fonte: FMI, International Financial Statistics.

Nota: Ver na página 54 o quadro de grupos de países e na página 55 o quadro de abreviaturas de países.

RISCOS PARA AS PERSPETIVAS

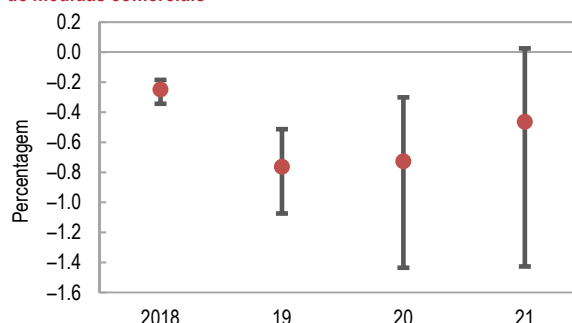
Riscos externos

Tensões comerciais

A escalada dos conflitos comerciais ameaça fazer descarrilar a recuperação económica mundial a curto prazo e restringir as perspetivas de crescimento a médio prazo. Além disso, uma mudança nos mercados mundiais para políticas comerciais mais isolacionistas faria com que as economias da África Subsariana tivessem mais dificuldades em atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e fazer face aos desafios associados às rápidas mudanças tecnológicas e às pressões demográficas (Capítulo 3).

As tensões comerciais entre os Estados Unidos, outras importantes economias avançadas e a China podem representar uma perda acumulada de 1,5% do PIB na África Subsariana, entre 2018 e 2021 (Figura 1.17).⁶ Os países da África Subsariana mais afetados pelas tensões comerciais seriam os exportadores de matérias-primas e os países mais integrados nos mercados mundiais (tanto exportadores como importadores de matérias-primas). O impacto previsto reflete os efeitos adversos da escalada das tensões comerciais

Figura 1.17. África Subsariana: Impacto potencial médio sobre o PIB de medidas comerciais



Fonte: FMI, cálculos do corpo técnico do Departamento de Estudos.

Nota: Os pontos mostram a média e as linhas verticais indicam o intervalo interquartil.

sobre a procura mundial, incluindo a procura de importações da China, os preços das matérias-primas e o investimento interno.

Condições financeiras mundiais mais restritivas

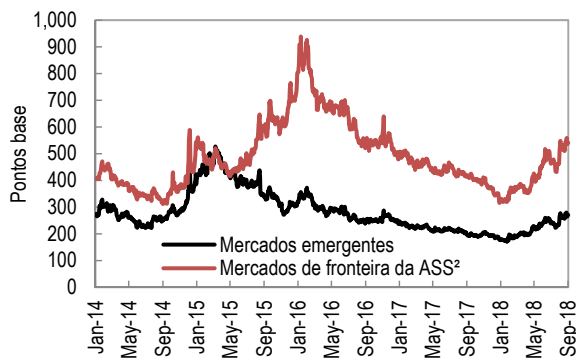
As condições financeiras mundiais mais restritivas, decorrentes de uma normalização da política monetária mais rápida do que o previsto nas economias avançadas ou de uma súbita mudança no sentimento dos investidores, poderiam travar o financiamento e o crescimento de muitos países na África Subsariana. Por agora, os mercados

⁶ Em linha com os cenários apresentados no World Economic Outlook de outubro de 2018, as simulações das tensões comerciais avaliam o impacto económico nos países da África Subsariana das tarifas que foram impostas ou anunciadas entre os Estados Unidos e vários dos seus parceiros comerciais. São tidas em conta várias rondas de tarifas. Primeiro, os Estados Unidos impuseram tarifas sobre o aço (25%) e alumínio (10%) e uma tarifa de 25% em 50 mil milhões de USD de importações da China, sendo que todos os parceiros comerciais dos EUA responderam com medidas de retaliação proporcionais. Em segundo lugar, os Estados Unidos impuseram uma tarifa de 25% sobre 200 mil milhões de USD de importações da China, ao que a China respondeu com a imposição de tarifas que variam entre 5% e 25% sobre 60 mil milhões de USD de importações dos Estados Unidos. Em terceiro lugar, os Estados Unidos cumpriram a sua ameaça de impor uma tarifa de 25% em todos os automóveis e peças de automóveis importadas (cerca de 350 mil milhões de USD) e os parceiros comerciais afetados responderam com tarifas semelhantes sobre as exportações de automóveis, peças de automóveis e outros bens dos EUA. Por fim, assume-se que estas tarifas minem a confiança e restrinjam as condições financeiras para as empresas dado que os mercados preveem um agravamento das tensões comerciais.

fronteiriços ultrapassaram relativamente bem os episódios de volatilidade que atingiram alguns dos grandes mercados emergentes e o correspondente agravamento dos spreads que se verificou a partir de meados de abril de 2018 (Figura 1.18 e Caixa 1.2). Até ao momento, as pressões dos mercados têm sido maiores nas economias de mercados emergentes que apresentam debilidades evidentes, por exemplo, incerteza política ou desequilíbrios macroeconómicos (África do Sul, Argentina, Turquia). Contudo, caso estas pressões persistam, as suas repercussões na categoria mais ampla de mercados emergentes e mercados fronteiriços podem ser significantes.

Uma subida das taxas de juro dos EUA e um dólar mais forte também poderão aumentar os riscos de uma crise financeira, conforme se pode observar, historicamente, nas economias emergentes e em desenvolvimento. Em particular, a probabilidade de uma grande inversão nos fluxos estrangeiros na África Subariana é significativamente superior à medida que as taxas de juro dos EUA sobem (ver Capítulo 2). Importa referir que um terço das crises cambiais estiveram associadas a uma inversão dos fluxos estrangeiros. Assim, o grande volume de obrigações que vencem nos mercados fronteiriços da região em 2019-20 e em 2024-25 indicia riscos de refinanciamento significativos (Figura 1.19). Estes riscos são agravados pela crescente interligação entre o risco soberano e o risco bancário, que torna

Figura 1.18. Spreads dos mercados emergentes e de fronteira da África Subariana, 2014–18



Fonte: Bloomberg Finance, L.P.

Nota: Dados até 20 de setembro de 2018.

¹ A média dos mercados emergentes inclui os diferenciais do Índice Global dos Títulos de Mercados Emergentes (EMBIG) da África do Sul, Argentina, Brasil, Bulgária, Chile, Colômbia, Filipinas, Hungria, Malásia, México, Peru, Polónia, Rússia, Turquia e Ucrânia.

² O diferencial dos mercados de fronteira inclui Angola, Camarões, Côte d'Ivoire, Etiópia, Gabão, Gana, Namíbia, Nigéria, Quênia, Senegal, Tanzânia e Zâmbia

o setor bancário cada vez mais vulnerável a uma restrição das condições financeiras mundiais e aos desafios orçamentais.

Riscos internos

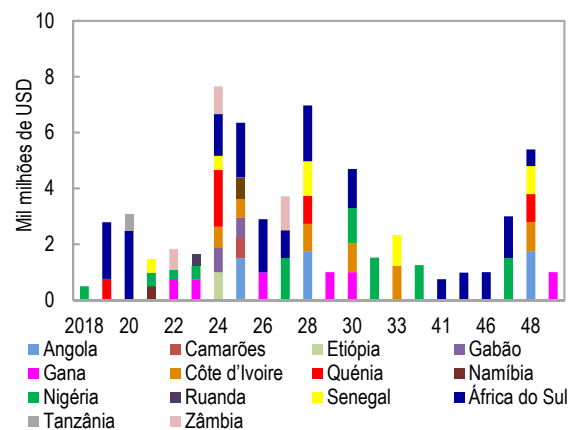
Derrapagens de política

Embora a maioria dos países disponha de planos orçamentais a médio prazo que têm como objetivo alcançar níveis de dívida sustentáveis, há que implementar essas estratégias (Figura 1.20). Por conseguinte, importa resistir às pressões populistas para aligeirar os esforços de consolidação, por exemplo, caso se registre uma subida temporária dos preços das matérias-primas ou em períodos que antecedem eleições. De facto, em especial para as economias de mercados emergentes e economias de mercados fronteiriços com uma exposição significativa aos mercados internacionais de capitais, será essencial evitar derrapagens de políticas ou uma maior incerteza política, incluindo na antecâmara das eleições em 2019 em países como a África do Sul, a Nigéria e o Senegal.

Riscos de segurança

Os elevados riscos para a segurança relacionados, em parte, com os conflitos civis e ataques terroristas, têm um enorme impacto em termos humanos e são um travão ao crescimento em muitos países da região, ao mesmo tempo que limitam a capacidade dos países de fornecerem serviços públicos básicos. A Nigéria foi o país que registou o maior número

Figura 1.19. Mercados de fronteira da África Subariana: Vencimento das obrigações soberanas internacionais



Fonte: Bloomberg Finance, L.P.

Figura 1.20. África Subsariana: Dívida pública/PIB, 2011–23



Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: As projeções de base refletem os cenários de base ou de programas reportados nos mais recentes relatórios do corpo técnico do FMI. As projeções sem ajustamento presumem que o défice primário, a despesa real com juros e outras componentes da acumulação de dívida permanecerão nos seus níveis de 2017, enquanto a taxa de câmbio e o crescimento do PIB real são os mesmos das projeções de base. Exclui Burundi, Eritreia e Sudão do Sul devido à indisponibilidade de dados. Ver na página 54 o quadro de abreviaturas de países.

de conflitos civis e incidentes terroristas nos últimos cinco anos, embora a ocorrência desses eventos esteja numa trajetória descendente. Os ataques terroristas nos países G5 do Sahel quase que duplicaram em 2017. O Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (UNOCHA) calcula que os problemas de segurança irão fazer com que mais de 30 milhões de pessoas sofram de insegurança alimentar em 2018 (UNOCHA 2018). Além disso, a insegurança conduziu a uma subida drástica no número de deslocados internos (Figura 1.21). Em 2012, este número situava-se em torno de 4 milhões, mas em 2017 aproximou-se dos 11 milhões, sendo que as maiores subidas foram registadas na República Democrática do Congo, na Etiópia e no Sudão do Sul. Além disso, em 2017, 4 milhões de pessoas procuravam refúgio noutros países da África Subsariana, uma subida de 3 milhões face a 2010 (ACNUR 2018). Paralelamente, cerca de 170.000

migrantes da África Subsariana buscaram asilo na Europa em 2017 e cerca de um milhão entre 2010 e 2017 (Pew Research Center 2018).

POLÍTICAS

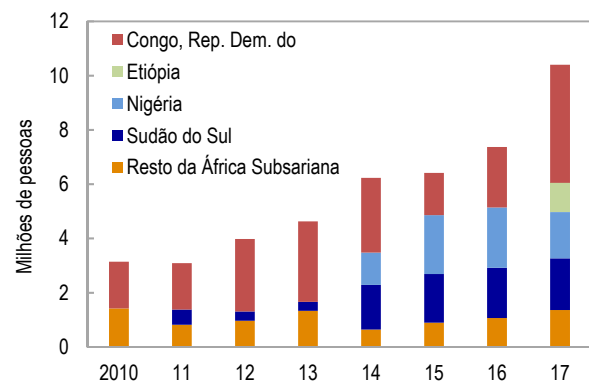
Antes do choque dos preços das matérias-primas, a região gozou um prolongado período de forte crescimento (entre 2000 e 2013), graças a profundas reformas estruturais e a condições externas altamente favoráveis. Contudo, com um ambiente externo que, provavelmente, será menos propício e com novos desafios resultantes do rápido progresso tecnológico e das alterações climáticas, é necessário que os países da África Subsariana criem um modelo de crescimento mais resiliente e capaz de gerar empregos suficientes para a região aproveitar na plenitude o seu dividendo demográfico. Tal exige um crescimento forte, sustentável e inclusivo. Por seu turno, para isso são necessárias políticas com vista a reforçar a resiliência e facilitar a reafecção de mão de obra e capital para setores mais produtivos, de forma a fazer crescer os rendimentos mais rapidamente.

Reforço das bases para um crescimento sustentado, forte e inclusivo

Aumentar o espaço orçamental

É fundamental melhorar a qualidade do ajustamento orçamental para garantir resultados mais robustos e sustentáveis e, ao mesmo tempo, criar espaço orçamental para concretizar prioridades de desenvolvimento.

Figura 1.21. África Subsariana: Deslocados internos, 2010–17



Fonte: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados..

- Promover a mobilização de receitas. Com a receita fiscal, em média, a situar-se 3% a 5% do PIB abaixo do potencial, segundo estimativas, há uma margem substancial para os países aumentarem as suas receitas. Um fator comum na base de episódios bem-sucedidos de mobilização de receitas na região tem sido uma política e administração fiscal eficazes e modernas, incluindo números de identificação fiscal, uma autoridade tributária semi-independente, o IVA e a segmentação dos contribuintes. Os países que conseguiram ampliar as receitas prestaram uma atenção especial a medidas de alargamento da base fiscal, simplificação do sistema fiscal e eliminação das isenções e dos incentivos fiscais (FMI 2018a).
- Reforçar a eficiência das despesas. Uma das componentes é dar resposta ao reaparecimento dos subsídios à energia mediante a implementação de mecanismos automáticos de fixação dos preços dos combustíveis (como aconteceu com êxito no Gana e em Moçambique) e, ao mesmo tempo, adotar medidas de atenuação para compensar os pobres. Além disso, os países devem continuar a melhorar a eficiência dos investimentos públicos, com o reforço das instituições de governança com vista ao planeamento, afetação e execução dos investimentos públicos. Devem ainda continuar a incrementar a gestão das finanças públicas para evitar a constituição de atrasados e a má afetação de despesas, incluindo através da reforma das empresas públicas que geram prejuízos. Por fim, tendo em conta os níveis relativamente elevados das massas salariais na região, uma reforma da massa salarial poderia melhorar a eficiência das despesas, desde que fosse devidamente concebida e efetivamente implementada. Contudo, estas medidas devem ser planeadas e direcionadas cuidadosamente, dado que muitos funcionários públicos trabalham nos setores da educação e saúde.
- Melhorar os quadros de gestão da dívida para gerir melhor os riscos associados às divisas e às taxas de juros (FMI 2018d). Tal implica o reforço da capacidade para realizar análises de custos e riscos das opções de contração de empréstimos e a gestão dos reembolsos dos empréstimos comerciais (Quênia, Uganda). As análises de custos e riscos contribuíram para uma melhor consciencialização sobre os riscos da carteira da dívida e a importância do desenvolvimento de mercados de títulos públicos no médio prazo. Alguns países (Cabo Verde, Gana, Quênia, Tanzânia) estão a rever a sua estratégia de dívida a médio prazo a fim de darem resposta aos riscos de passivos contingentes. Além disso, o aprofundamento dos mercados nacionais de dívida soberana (Gana, Quênia, Namíbia, Nigéria, Tanzânia) poderia oferecer oportunidades de redução dos riscos associados às divisas e às taxas de juros.

Dar resposta às debilidades do setor financeiro

É necessário dar resposta às crescentes debilidades do setor financeiro em tempo oportuno. Atuar apenas após a ocorrência de um colapso obriga a um ajustamento disruptivo e agrava os custos orçamentais, assim travando ainda mais o crescimento. Alguns países estão a adotar medidas para reduzir o crédito malparado, incluindo através: do reforço dos direitos dos credores e diminuição da duração dos processos judiciais que visam a recuperação das garantias (Guiné-Bissau); da contenção da acumulação líquida de atrasados públicos internos ao setor privado (Guiné Equatorial); da melhoria dos sistemas de informação de crédito; da modernização do regime de insolvência; e da implementação de programas de educação financeira para empresas de média dimensão.⁷ Contudo, são necessárias estratégias abrangentes de redução do crédito malparado para resolver este problema persistente, entre as quais, esforços regulatórios para acelerar o reconhecimento das perdas, um maior enfoque da supervisão nas ações de recuperação pelos bancos e reformas dos

⁷ Muitos países da região empreenderam, recentemente, várias iniciativas para promover os empréstimos bancários. Cabo Verde pondera conceder garantias parciais nos empréstimos às PME; a CEMAC planeia atualizar o cadastro de crédito (adiado para o final de 2020) e ter uma central de crédito em funcionamento no início de 2020; a Guiné operacionalizou um novo sistema de informações de crédito para fornecer melhores informações sobre a fiabilidade creditícia dos clientes; o Quênia está a melhorar as informações das centrais de referência de crédito e adotou uma lei sobre o registo de garantias de bens móveis de forma a alargar as garantias disponíveis para os empréstimos bancários; o Níger reforçou a central de crédito por meio de legislação que entrou em vigor em março de 2018 e obriga as empresas de serviços básicos a fornecer informações sobre a disciplina de pagamento dos seus clientes e está a preparar uma lei relativa à “warrantage” (conceder empréstimos recebendo como garantia cereais que são guardados em armazéns seguros).

quadros de insolvência e execução da dívida de modo a permitir uma reestruturação célere da dívida de mutuários em dificuldades mas viáveis, e sustentar a coerência e eficiência dos processos judiciais. As autoridades poderiam ainda instituir margens de proteção macroprudenciais permanentes (como complemento ao mínimo microprudencial) que poderiam ser aligeiradas, ao critério dos reguladores, em caso de choques, assim permitindo uma absorção do crédito malparado pelo capital e um provisionamento contínuo do crédito.

Além disso, recentemente, os países registaram progressos ao nível do reforço dos seus setores bancários. Angola, Gana e Moçambique aumentaram os requisitos mínimos de capital (em Angola será realizada uma avaliação da qualidade dos ativos aos bancos sistémicos para identificar eventuais necessidades de capitalização); a CEMAC adotou vários regulamentos novos, incluindo sobre a definição de instituições de importância sistémica (em consonância com as recomendações do Comité de Basileia), a aceleração da resolução das pequenas IFM e um quadro robusto de cedência de liquidez de emergência; e a UEMAO adotou novas regras prudenciais em linha com os princípios de Basileia II/III que devem ajudar a consolidar os balanços dos bancos e a abordar as vulnerabilidades.

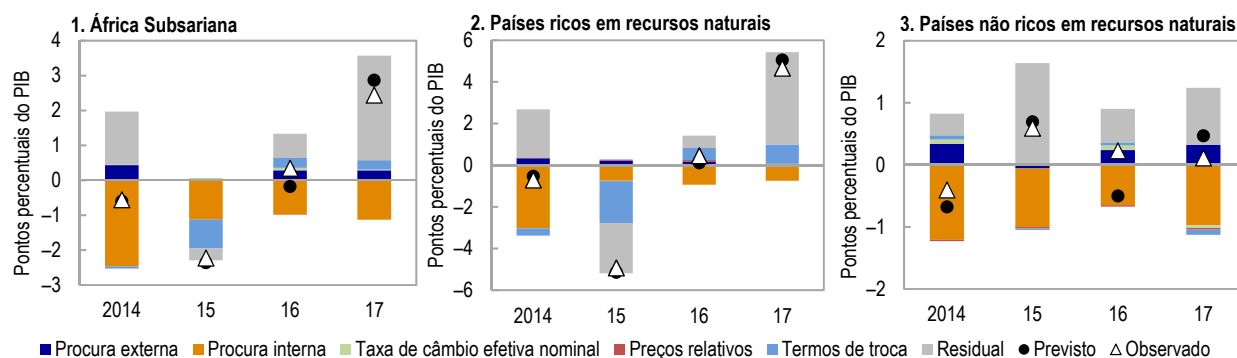
Consolidação do ajustamento externo

Os países da África Subariana exportadores de matérias-primas que sentiram choques negativos – historicamente grandes – a nível dos termos de troca no final de 2014 e em 2015, registaram uma melhoria progressiva nos seus saldos de conta

corrente em 2016 e 2017, mas pouco fizeram para aumentar a sua resiliência a choques dessa natureza. Na sequência dos choques, o ajustamento assentou, essencialmente, na contração das importações e, mais tarde, foi ajudado por uma melhoria gradual em termos de comércio e uma recuperação da procura externa. Entretanto, as taxas de câmbio e os preços relativos desempenharam um papel limitado porque, por um lado, 10 dos 23 países exportadores de matérias-primas contam com regimes de taxa de câmbio fixa e, por outro, os saldos de conta corrente são poucos sensíveis às variações da taxa de câmbio real. Este último motivo deve-se a uma limitada capacidade de resposta do produto e das exportações às variações da taxa de câmbio real o que reflete, em grande medida, o pequeno peso da indústria nas suas economias. A contribuição dos preços relativos para o ajustamento foi maior nos países que não são ricos em recursos naturais, enquanto os países exportadores de petróleo e os países ricos em recursos naturais beneficiaram pouco das variações nos preços relativos (Figura 1.22).

O ajustamento necessário para alinhar os saldos de conta corrente com os fundamentos e as políticas desejadas não é grande e é sobretudo relevante para os países exportadores de petróleo (Figura 1.23). Porém, para facilitar os ajustamentos aos choques é necessário reduzir a dependência da região das exportações de matérias-primas e aumentar a flexibilidade, por meio da transformação estrutural e de reformas dos mercados de produtos e de trabalho. As principais reformas ao mercado de produtos a serem implementadas nos países da África Subariana incluem: melhorar a regulação

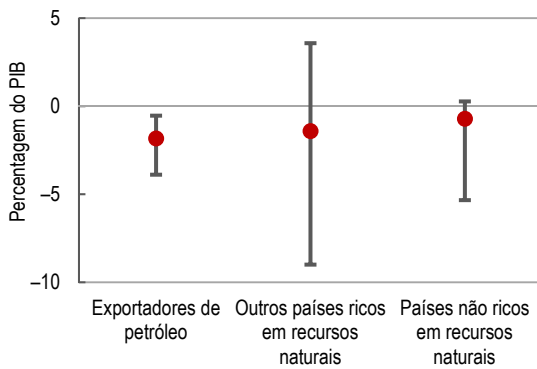
Figura 1.22. África Subariana: Contribuição para o ajustamento da conta corrente, 2014–17



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Contribuições baseadas nos resultados de um modelo alargado do efeito de Harberger-Laursen-Meltzer. O modelo associa as variações no saldo da balança corrente aos termos de troca, procura interna e externa, a taxa de câmbio nominal e os preços relativos externos e internos. Os resíduos contêm também as médias dos efeitos nacionais fixos. Ver na página 54 o quadro de grupos de países.

Figura 1.23. Desvio da norma da conta corrente, 2018



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Os pontos mostram os desvios médios e as linhas verticais indicam o intervalo interquartil. Ver na página 54 o quadro de grupos de países.

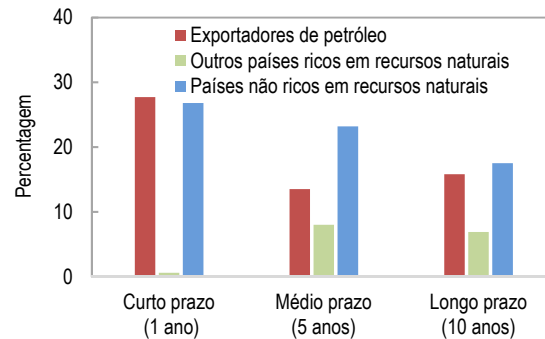
desse mercado e incentivar a concorrência (África do Sul, Angola, Côte d'Ivoire); fornecer fontes fiáveis de fatores industriais básicos, como eletricidade (Angola, Côte d'Ivoire, Nigéria); incrementar a eficiência e finanças das empresas públicas em setores de redes essenciais (África do Sul, Angola, Camarões, Côte d'Ivoire); e melhorar o acesso ao crédito (Angola, Camarões, Nigéria). As reformas do mercado de trabalho devem ter como objetivo reduzir o problema da inadequação das competências através de um ensino e formação profissional melhores (África do Sul, Botswana), minimizar os efeitos secundários dos acordos de negociação coletiva e diminuir os obstáculos à contratação e ao despedimento (África do Sul).

Estas reformas aumentariam a sensibilidade dos saldos de conta corrente a variações da taxa de câmbio real.

Melhorar as políticas para atenuar as flutuações do produto

As flutuações do produto na região são altamente afetadas pela volatilidade dos preços das matérias-primas.⁸ Dados empíricos sugerem que os choques dos preços das matérias-primas são uma das principais razões para a volatilidade do PIB real (Figura 1.24), com a sensibilidade do produto aos preços das matérias-primas nas economias diversificadas a ser menor do que nas economias menos diversificadas. Mais especificamente, a

Figura 1.24. Contribuição do choque no preço do petróleo para a volatilidade do produto por classificação económica



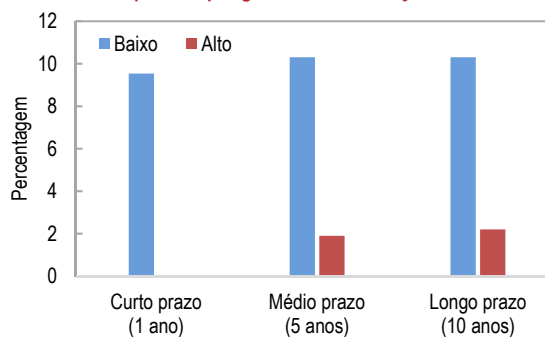
Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Ver na página 54 o quadro de grupos de países.

contribuição da volatilidade do preço do petróleo para as flutuações do produto varia entre 0 a 2% do PIB a curto e longo prazo nas economias diversificadas, face a 10% nas economias menos diversificadas (Figura 1.25).

Por conseguinte, uma maior diversificação económica aumentaria a resiliência da África Subariana às flutuações dos preços das matérias-primas. Uma maior diversificação económica protegeria a região da volatilidade do mercado das matérias-primas a nível mundial. Muitos dos motores da diversificação económica equivalem a motores do crescimento económico, dado que estes são dois processos paralelos que se reforçam reciprocamente. Nesta perspetiva, um melhor clima

Figura 1.25. Contribuição do choque no preço do petróleo para a volatilidade do produto por grau de diversificação



Fontes: Papageorgiou, Rehman e Wang (inédito); e cálculos do corpo técnico do FMI.

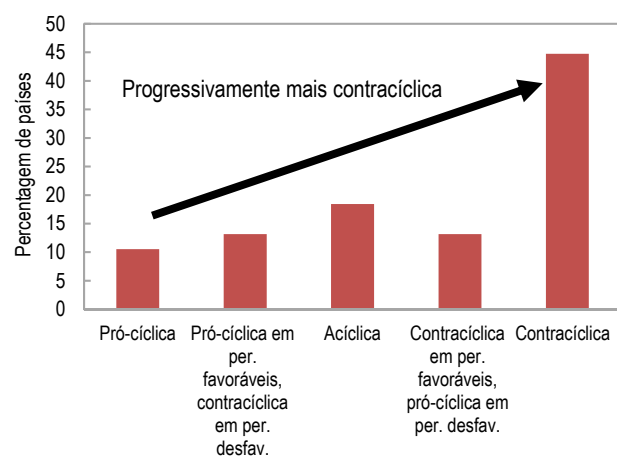
Nota: O limiar reflete a posição do país abaixo ou acima da média da África Subariana e é computado com base no índice de diversificação de Papageorgiou, Rehman e Wang (próximo)

⁸ Os resultados baseiam-se num modelo autorregressivo vetorial (VAR) que inclui variáveis filtradas do PIB, preço das matérias-primas, taxa de câmbio efetiva real do país, crescimento económico mundial e taxa de câmbio efetiva nominal dos EUA. Os resultados são, em termos gerais, coerentes com aqueles obtidos através de um índice dos preços das matérias-primas específico do país, que reflete o cabaz de exportação de matérias-primas de cada país.

de investimento e uma maior mobilidade laboral facilitarão a diversificação económica. Outros fatores essenciais incluem um aumento da qualidade das infraestruturas e do capital humano.

As economias da África Subsariana também poderiam ser mais resilientes aos choques dos preços das matérias-primas, se os países aperfeiçoassem os seus quadros de política orçamental com vista a aumentar a sua capacidade para adotarem posições orçamentais contracíclicas face ao ciclo das matérias-primas (Figura 1.26).⁹ Na realidade, os países da África Subsariana tendem a reduzir – mas apenas por uma pequena margem – os seus défices primários quando os preços das matérias-primas estão altos (acima da média ou durante períodos favoráveis).¹⁰ Em contraste, quando os preços das matérias-primas estão baixos (abaixo da média ou durante períodos desfavoráveis), os défices orçamentais primários tendem a aumentar em metade dos países exportadores de petróleo e outros países ricos em recursos naturais.¹¹ Este facto sugere que muitos países da África Subsariana deparam-se com o desafio de acumular reservas orçamentais suficientes durante os períodos favoráveis.

Figura 1.26. África Subsariana: Ciclicidade da política orçamental e ciclo de preços das matérias-primas



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Os ciclos são obtidos com a aplicação do filtro de Hodrick-Prescott aos preços das matérias-primas e à variação do rácio défice orçamental primário/PIB. Os "períodos favoráveis" são aqueles em que o produto ultrapassa a sua tendência de longo prazo.

Em geral, os quadros de política orçamental que visam reforçar a resiliência da África Subsariana aos preços das matérias-primas incluem regras orçamentais apoiadas por sistemas adequados de gestão das finanças públicas (GFP), uma maior utilização de instrumentos financeiros contingentes e, no caso dos países exportadores de matérias-primas, um adequado quadro institucional para gerir as entradas de receitas oriundas dos recursos naturais.

- As regras orçamentais poderiam ajudar os países a prepararem-se para lidar com preços baixos das matérias-primas induzindo uma consolidação mais célere durante os períodos de expansão, assim ajudando a reforçar o espaço orçamental. Embora cerca de 21 países da África Subsariana estejam a utilizar alguma forma de regra orçamental, seria vantajoso para muitos países se colocassem uma maior tónica sobre a transparência, de forma a evitar ambiguidades e uma execução ineficaz. Uma recente análise do corpo técnico do FMI (FMI 2018c) concluiu que a maioria dos países em desenvolvimento e de baixos rendimentos da África Subsariana que têm regras relativas à dívida encontram-se em níveis confortáveis, dado que os seus rácios da dívida em relação ao PIB em 2017 situam-se abaixo dos tetos da dívida definidos ao abrigo das regras orçamentais (Benim, Burquina Faso, Mali, Níger). Contudo, em alguns países, as regras orçamentais devem estar em sintonia com a capacidade do país realizar o serviço da dívida.
- É necessária a introdução de sistemas adequados de gestão das finanças públicas a fim de assegurar uma implementação efetiva das regras orçamentais. Os elementos que devem constar de uma GFP são: 1) um quadro orçamental bem estabelecido, que se centre nas prioridades orçamentais a médio prazo; 2) um processo de orçamentação do topo para a base e um sistema abrangente de informações orçamentais; 3) sistemas eficazes de execução do orçamento (controlo dos compromissos e gestão de tesouraria); 4) dados fiáveis e capacidade de elaborar projeções técnicas (para minimizar

⁹ O índice dos preços das matérias-primas é específico do país e reflete o cabaz de exportação de matérias-primas de cada país.

¹⁰ Testes estatísticos rejeitaram a hipótese nula de que o grau de co-movimento do défice primário com o ciclo das matérias-primas é zero em períodos favoráveis para os países exportadores de petróleo e outros países ricos em recursos naturais.

¹¹ Isto é estatística e significativamente diferente de zero apenas para os outros países ricos em recursos naturais.

os erros nas previsões); 5) sistemas eficazes de auditoria interna e externa (para assegurar a responsabilização); e 6) publicação regular dos dados orçamentais a fim de garantir a transparência.

- Instrumentos financeiros contingentes, como regimes de seguros e mercados a prazo para oferecer proteção contra o risco dos preços das matérias-primas, poderiam ajudar a diminuir os custos associados à volatilidade dos rendimentos ligados às matérias-primas. Estes instrumentos poderiam ajudar a reduzir a pró-ciclicidade da política económica. Além disso, poderiam permitir que os países respondessem mais prontamente às necessidades de liquidez após um choque, uma vez que os instrumentos desembolsam fundos mais rapidamente (evitando a necessidade de medidas de política económica pró-cíclicas) e ajudam a preservar a sustentabilidade da dívida através de transferências contingentes. Alguns países utilizaram instrumentos de mercado para cobrir os riscos dos preços das matérias-primas (Etiópia, Gana, Malawi) com vários graus de sucesso. No entanto, em geral, estes instrumentos raramente são utilizados devido a possíveis custos avultados, falta de liquidez, complexidade em alguns casos e ao facto de que apenas oferecem proteção contra um risco específico. Por conseguinte, a maioria dos países prefere recorrer ao autossseguro mediante a acumulação de reservas.
- No caso dos países exportadores de matérias-primas, devem ser estabelecidos quadros institucionais adequados para gerir as entradas de receitas oriundas dos recursos naturais.

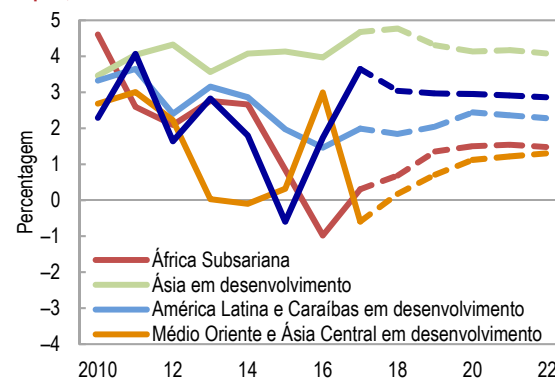
Além disso, é necessário melhorar ainda mais os quadros de política monetária para ancorar as expectativas de inflação permitindo, em simultâneo, a correção das flutuações do produto. Recentemente, foram registados alguns progressos na reforma dos quadros de política monetária para melhorar a gestão da liquidez e a transmissão de política monetária, mas devem ser envidados mais esforços. As recomendações de política

incluem: reduzir o excesso de liquidez nos sistemas bancários (CEMAC) através de uma utilização ativa de operações no mercado aberto ou/aumentar o nível dos requisitos de reservas; desenvolver mercados interbancários, mediante a melhoria das informações sobre os riscos de contraparte e o desenvolvimento de operações de recompra com base em títulos de dívida pública; trazer e manter as taxas de juro de curto prazo em terreno positivo em termos reais (especialmente em Angola e na Nigéria); reduzir a amplitude do corredor de taxa de juro “overnight” e estabelecer um corredor de taxa de juro simétrico com taxas indexadas à taxa de juro de referência; desenvolver quadros prospetivos robustos para previsão de liquidez e gestão da inflação; melhorar a comunicação das ações e dos objetivos de política monetária junto do público para ajudar a ancorar as expectativas; reduzir os controlos sobre as taxas de juro; limitar a dominância orçamental; e reforçar a independência dos bancos centrais.

Os níveis de vida podem subir mais depressa

O crescimento per capita previsto de 1,5% em média, a médio prazo, é equivalente ao de outras economias no Médio Oriente e na Ásia Central, mas muito inferior ao da Ásia, da Europa em desenvolvimento e da América Latina (Figura 1.27). Em geral, prevê-se que a maioria das economias na África Subsariana registem um crescimento bastante abaixo do projetado para países de outras regiões com níveis semelhantes de rendimento per capita (Figura 1.28).¹² É o caso de grandes economias, incluindo a África do Sul e a Nigéria, que deverão

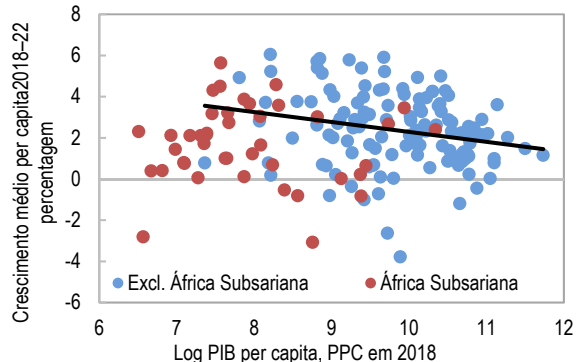
Figura 1.27. Regiões selecionadas: Crescimento do PIB real per capita, 2010–22



Fonte: FMI, Base de dados WEO.

¹² A inclinação negativa da linha indica que, em média, os países mais pobres tendem a crescer a um ritmo mais rápido do que os mais ricos. Um país que está abaixo (acima) da linha está numa trajetória de convergência mais lenta (rápida) do que seria expectável tendo em conta o nível de rendimento inicial.

Figura 1.28. Média esperada do crescimento do PIB per capita e níveis iniciais do PIB per capita, 2018–22



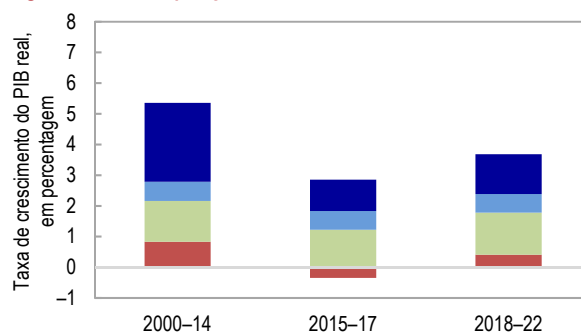
Fontes: FMI, base de dados WEO; Penn World Table 9.0; e cálculos do corpo técnico do FMI.

registar, a médio prazo, uma queda ou estagnação do rendimento real per capita. Em contraste, vários países (incluindo a Etiópia, o Senegal e a Tanzânia) deverão registar um crescimento do rendimento per capita mais rápido do que seria previsível tendo em conta o seu nível de rendimento.

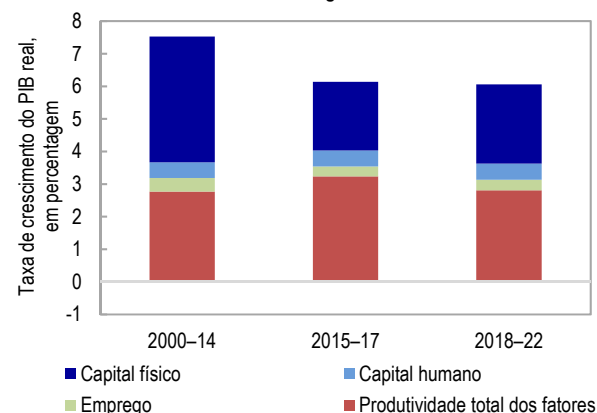
As diferenças entre o crescimento da região e o crescimento mais rápido dos seus pares resultam principalmente do crescimento da produtividade total dos fatores (PTF) e da acumulação de capital físico (Figura 1.29).

É possível aumentar o crescimento da produtividade facilitando o movimento da mão-de-obra e do capital entre setores e a nível intrassectorial (Diao, McMillan e Rodrik 2017).¹³ Tal significa alargar as fontes dos ganhos de produtividade resultantes dos choques positivos do lado da procura e os ganhos de produtividade na agricultura, que muitos países na região registaram entre 2000 e 2010 (Figura 1.30), assim como aumentar a eficiência noutros setores.¹⁴ A este respeito, a mais recente vaga de progresso tecnológico (Capítulo 3) – a Quarta Revolução Industrial – pode aumentar a produtividade na África Subariana ao permitir que os países “saltem” a adoção de tecnologias e algumas infraestruturas antiquadas. Ao mesmo tempo, estas tendências podem suscitar desafios, uma vez que a “relocalização” da atividade industrial nas economias avançadas pode prejudicar o tradicional

Figura 1.29. Decomposição do crescimento do PIB real



2. Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento



Fontes: Base de dados WEO; Penn World Table 9.0; Organização Internacional do Trabalho; e cálculos do corpo técnico do FMI.

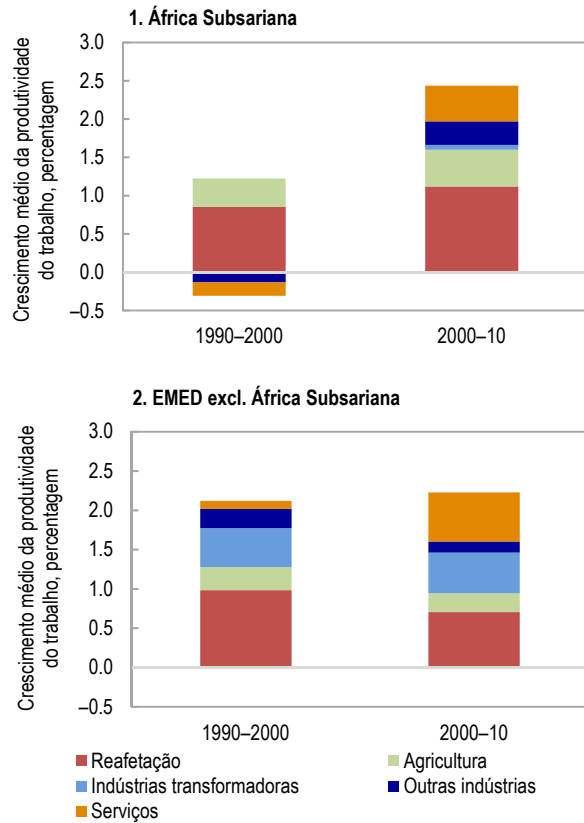
modelo de crescimento assente nas exportações que permitiu que muitas economias do leste asiático e da América Latina fizessem a transição para a categoria de países com um rendimento superior.

Por conseguinte, os decisores políticos na região precisam de traçar um caminho que conduza aos melhores resultados que a Quarta Revolução Industrial poderá produzir a longo prazo, conforme apresentado no Capítulo 3. Para tal, é necessário que incentivem estratégias alternativas para o crescimento e aproveitem as oportunidades da Quarta Revolução Industrial, promovendo a conectividade digital e um sistema de ensino flexível, eliminando as distorções de mercado, realizando uma melhor afetação da despesa pública e executando políticas que fomentem o investimento privado e a tomada de riscos. Tais

¹³ Ver de Vries, Timmer e de Vries (2013). A amostra inclui nove economias da África Subariana (Botswana, Etiópia, Gana, Quênia, Malawi, Maurícias, Senegal, Tanzânia, Zimbábue), sete da América Latina, seis da Ásia e duas do Médio Oriente e Norte de África.

¹⁴ Estes resultados são consentâneos com as conclusões de Diao, McMillan e Rodrik (2017) que atribuem os ganhos de produtividade entre 2000 e 2010 sobretudo a uma reafecção dos fatores de produção nos setores, resultante de choques positivos do lado da procura.

Figura 1.30. Decomposição do crescimento da produtividade do trabalho: Componentes entre setores (reafetação) e dentro (ganho de produtividade do trabalho) de cada setor



Fonte: de Vries, Timmer e de Vries (2013).

Nota: $\Delta y_t = \sum a_{it} - 1 \Delta y_{it} + \sum y_{it} \Delta a_{it}$ em que a_{it} é a quota do emprego do setor i no momento t e y_{it} é a produtividade do trabalho. O primeiro termo é a soma ponderada das componentes "dentro" do setor do crescimento da produtividade e o segundo termo representa a contribuição da reafetação do trabalho entre setores. EMED = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento.

políticas incluem o reforço do aprofundamento financeiro, a abertura e integração comercial (incluindo no continente no contexto da Área de Comércio Livre da África),¹⁵ a garantia de um ambiente empresarial sólido (especialmente quadros regulamentares e de resolução mais robustos) e o fornecimento de bens públicos incluindo infraestruturas bem desenvolvidas (FMI 2018e).

Estas políticas poderiam contribuir igualmente para que os países da África Subariana resolvessem as disparidades em termos de eficiência face aos seus pares em vários setores, incluindo na indústria transformadora (cerca de 0,5%), outras indústrias (0,35%) e serviços (0,3%). Se estas disparidades em termos de eficiência fossem resolvidas, o crescimento médio da PTF subiria cerca de 1,5 a 2 pontos percentuais a médio prazo.¹⁶ Nesse cenário, o crescimento médio durante o período 2012 e 2022 situar-se-ia próximo dos 6%, face a 4% no cenário base. Um maior crescimento poderia promover um crescimento adicional do emprego correspondente a entre 0,6 e 0,8 pontos percentuais a médio prazo, assim elevando a criação líquida de emprego para cerca de 16 milhões de empregos até 2022, um número mais próximo dos 20 milhões necessários para absorver as pessoas recém-chegadas ao mercado de trabalho. Elevar o crescimento permitiria também acelerar o progresso com vista à prossecução dos ODS da ONU, consolidando os resultados alcançados até à data (Caixa 1.3).

¹⁵ Em março de 2018, no Ruanda, uma grande maioria dos Estados-Membros da União Africana assinou um acordo para a criação de um mercado único continental de bens e serviços. O acordo será efetivo assim que for ratificado, pelo menos, por 22 Estados-Membros.

¹⁶ Estes cálculos assumem, por um lado, que a recente transformação estrutural na África Subariana é semelhante à que se verificou entre 1990 e 2000, quando os preços das matérias-primas caíram consideravelmente, e por outro, que os vários elementos do exercício de decomposição crescem a taxas similares àquelas observadas nas economias que não pertencem à África Subariana, durante o mesmo período, excluindo ganhos de produtividade na agricultura.

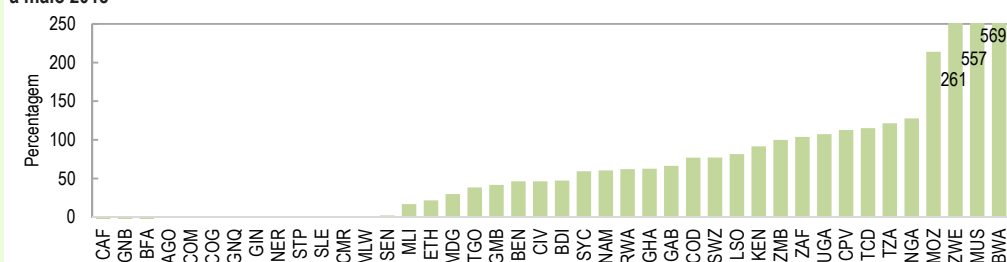
Caixa 1.1. O ressurgimento dos subsídios aos combustíveis (energia) na África Subariana

Os subsídios universais para combustíveis e energia têm prevalecido na África Subariana, mas apresentam desvantagens significativas. Uma das lógicas subjacentes aos subsídios à energia é que beneficiam, de forma extremamente visível, importantes segmentos da população. Contudo, são mal direcionados e têm um impacto negativo na eficiência económica dado que fomentam o consumo excessivo de combustível, reduzem os investimentos e a manutenção nos setores da refinação de petróleo e da eletricidade, e marginalizam despesas públicas mais produtivas.

O aumento sustentado dos preços internacionais do petróleo desde o segundo semestre de 2017, apenas tem sido parcialmente transmitido aos preços dos combustíveis nos países importadores de petróleo da África Subariana, enquanto os países exportadores mantiveram, em grande parte, os preços dos combustíveis internos constantes. Entre o início de 2017 e abril/maio de 2018, o coeficiente de transmissão mediano (definido como a variação nominal nos preços retalhistas a nível interno dividida pela variação nominal nos preços internacionais, ambos na moeda nacional) foi zero para os países exportadores de petróleo e positivo para os países importadores de petróleo (47%, Figura 1.1.1). Em contraste, durante o período em que os preços do petróleo caíram de forma acentuada entre meados de 2014 e início de 2017, os países exportadores de petróleo aumentaram os preços da maioria dos combustíveis (um coeficiente de transmissão mediano de -19%) enquanto os países importadores de petróleo registaram um coeficiente de transmissão de 62% (Figura 1.1.2).

Embora os subsídios aos combustíveis na África Subariana tenham caído a uma média de 1% a 2% do PIB ao ano, entre meados de 2014 e início de 2017, uma análise baseada nos preços dos combustíveis à data de abril/maio de 2018 indica que esses benefícios teriam sido eliminados desde então. Mais especificamente, uma análise do corpo técnico do FMI sugere que os subsídios líquidos aos combustíveis teriam aumentado a uma média de 2% do PIB ao ano entre o início de 2017 e abril/maio de 2018 (para cerca de 2% do PIB).

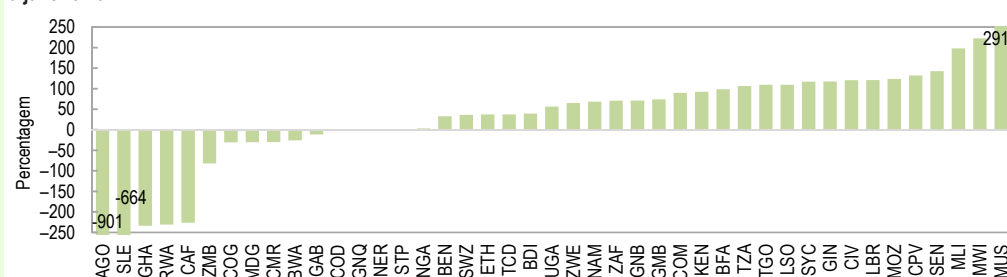
Figura 1.1.1. África Subariana: Transmissão das variações nos preços internacionais dos combustíveis, janeiro 2017 a maio 2018



Fontes: Autoridades nacionais e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Ver na página 55 o quadro de abreviaturas de países.

Figura 1.1.2. África Subariana: Transmissão das variações nos preços internacionais dos combustíveis, junho 2014 a janeiro 2017



Fontes: Autoridades nacionais e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Ver na página 55 o quadro de abreviaturas de países.

Esta caixa foi preparada por Maurício Villafuerte com ajuda de Tunc Gursoy.

Caixa 1.2. Desenvolvimentos de mercado nas economias de fronteira da África Subariana em períodos de volatilidade financeira

As prolongadas tensões comerciais e a volatilidade oriunda de grandes economias emergentes (Argentina, Turquia) contribuíram para um agravamento das condições financeiras na África Subariana, tendo como efeitos mais visíveis um aumento significativo nos spreads e uma substancial saída de investimentos de carteira. O aumento dos spreads tem sido maior e mais prolongado face ao “taper tantrum”, embora de menor magnitude que o registado entre agosto de 2015 e janeiro de 2016 quando os preços do petróleo caíram e os mercados bolsistas colapsaram em várias das economias avançadas e na China. As saídas de investimentos de carteira levaram ao enfraquecimento de algumas das moedas da África Subariana, especialmente o rand da África do Sul que poderá também ter sido influenciado por fatores idiossincráticos internos, pelas repercussões das tensões comerciais e pela Turquia.

Desde abril que os spreads na África Subariana têm registado um aumento contínuo, tendo atingido um aumento máximo de 220 pontos base (Figura 1.2.1). Em comparação, o “taper tantrum” resultou numa subida dos spreads mais pequena (máximo de 150 pontos) e de menor duração; já o episódio do “colapso dos preços das ações e do petróleo” de agosto de 2015 produziu uma maior subida de mais de 400 pontos base.¹ Além disso, embora, recentemente, o aumento dos spreads tenha sido grande, o nível dos spreads – cerca de 600 pontos base em média – ainda é inferior ao pico de 900 pontos base registado em janeiro de 2016.

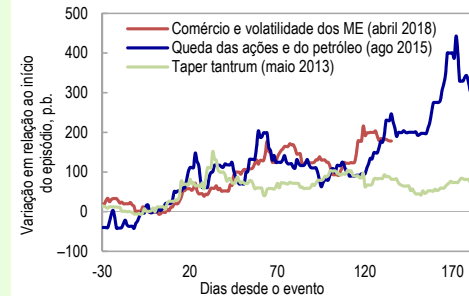
Verificaram-se subidas dos spreads em todas as economias de fronteira da África Subariana, no entanto a evolução das taxas de câmbio tem sido mais heterogénea. O kwanza de Angola e o rand da África do Sul registaram uma desvalorização significativa, mas a maioria das outras moedas assinalaram apenas oscilações moderadas (Figura 1.2.2). Os movimentos cambiais têm espelhado as saídas de capitais que superaram os 2 mil milhões de USD desde abril, com a África do Sul a representar 75% das saídas de capitais (Figura 1.2.3). Assim como se verificou com os spreads, o episódio “colapso dos preços das ações e do petróleo” produziu a maior desvalorização cambial na maioria dos países e as maiores saídas de capitais em termos acumulados. Ao mesmo tempo, os preços das ações caíram em grande parte dos países durante o mais recente episódio.

Embora tenhamos assistido a um substancial aumento do grau de restritividade das condições financeiras na África Subariana desde abril, os efeitos têm sido, de uma forma geral, menores do que no período que se seguiu a agosto de 2015. Contudo, os riscos subsistem elevados, na medida em que uma normalização da política monetária mais rápida do que o previsto nas economias avançadas ou a contínua volatilidade das economias de mercados emergentes podem intensificar a volatilidade nos países da África Subariana.

Esta caixa foi preparada por Siddharth Kothari.

¹ Para efeitos de comparação, o índice EMBI Global registou aumentos dos spreads apenas na ordem dos 100 pontos base após estes episódios, sendo que o maior aumento ocorreu após o “taper tantrum.”

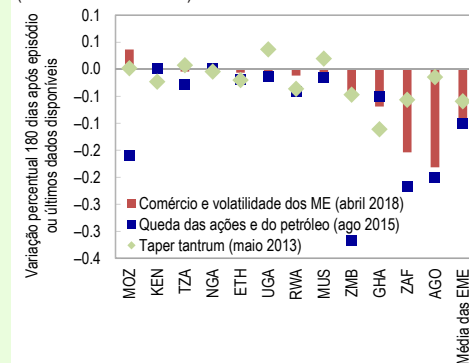
Figura 1.2.1. Mercados de fronteira selecionados da África Subariana: Spreads das obrigações soberanas



Fonte: Bloomberg Finance, L.P.

Nota: Os mercados de fronteira selecionados incluem África do Sul, Angola, Côte d'Ivoire, Gabão, Gana, Nigéria, Senegal e Zâmbia. ME = mercado emergente.

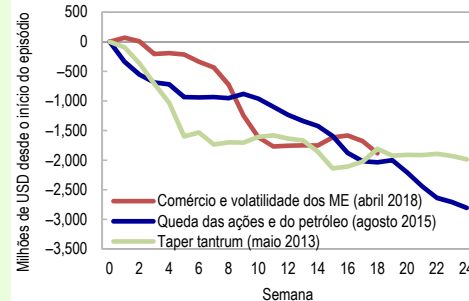
Figura 1.2.2. Mercados de Fronteira da África Subariana: Variação nas taxas de câmbio nominais (USD/moeda nacional)



Fonte: Bloomberg Finance, L.P.

Nota: ME = mercado emergente; EME = economias de mercados emergentes. As variações negativas (positivas) representam uma depreciação (apreciação). Ver na página 54 o quadro de abreviaturas de países.

Figura 1.2.3. Mercados de fronteira da África Subariana: Fluxos de carteira acumulados



Fonte: Haver Analytics com base em dados da base de dados Emerging Portfolio Fund Research.

Nota: ME = mercado emergente.

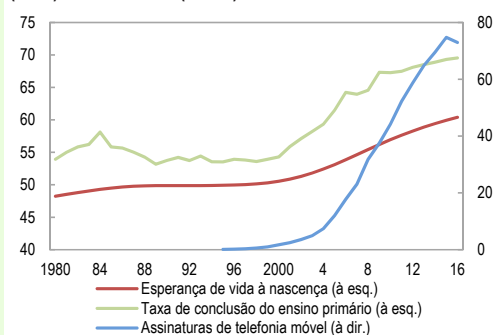
Caixa 1.3. Progressos rumo aos objetivos de desenvolvimento sustentável

A Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável é composta por um conjunto abrangente e global de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).¹ A implementação da Agenda iniciou-se em 2015.

Os ODS foram definidos após um período de progresso significativo em termos de desenvolvimento social e económico. Desde o ano 2000, as economias da África Subsariana atingiram, em média, um crescimento de 50% do PIB real per capita; a esperança de vida aumentou continuamente, chegando aos 60 anos em 2016; as taxas de mortalidade infantil e materna caíram de forma acentuada; e os resultados no ensino primário e superior melhoraram, embora os países da África Subsariana ainda estejam atrasados ao nível do ensino pré-escolar. Apesar do baixo número e qualidade de infraestruturas públicas face a outras regiões, o investimento em infraestruturas tem estado a um nível comparável ao das economias emergentes (FMI 2018a). Ao mesmo tempo, observaram-se melhorias significativas no acesso às telecomunicações (Figura 1.3.1).

Contudo, a concretização dos ODS continua a representar um desafio significativo tendo em conta as lacunas existentes nas áreas da educação, eletricidade, saúde, estradas, água e saneamento (ONU 2018). Para realizar os ODS até 2030, é necessário um aumento significativo da despesa nestas cinco áreas – resultados preliminares de estudos realizados no Benim e no Ruanda calculam que será necessário um financiamento adicional de cerca de 20% do PIB ao ano. O aumento das receitas fiscais e uma melhor eficiência das despesas deverão financiar uma parte deste valor (aproximadamente 5% do PIB), o que significa que ainda há uma fatia significativa para a qual é necessário identificar financiamento. Um crescimento mais elevado e sustentado também ajudaria os países a atingirem os ODS.

Figura 1.3.1. África Subsariana: Progresso com vista à prossecução de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) selecionados (SDGs)



Fonte: Banco Mundial, base de dados de Indicadores do Desenvolvimento Mundial.

Nota: A esperança de vida é medida em anos, a taxa de conclusão do ensino primário é medida como percentagem da faixa etária relevante e as subscrições de telefones móveis são por grupos de 100 pessoas.

O FMI já empreendeu várias iniciativas para apoiar os progressos na realização dos ODS, incluindo: aumento da ajuda aos países em desenvolvimento para impulsionar a mobilização de receitas internas, nomeadamente através de uma maior afetação de recursos para assistência técnica nesta área; expansão do apoio à política de infraestruturas através do reforço da capacidade institucional para a gestão dos investimentos públicos; intensificação do apoio aos Estados frágeis e afetados por conflitos e aos países vizinhos afetados; aprofundamento da análise e do aconselhamento de políticas em matéria de género, desigualdade e inclusão financeira; reforço do apoio financeiro aos países de baixo rendimento (PBR) e países atingidos por catástrofes naturais; combate às alterações climáticas nas áreas de especialização do FMI, nomeadamente ao nível da fixação dos preços da energia; incremento da capacitação para reforçar os sistemas nacionais de estatísticas e contribuir para a elaboração de um quadro global de indicadores para os ODS.

Esta caixa foi preparada por Reda Cherif.

¹ Os ODS consistem em 17 grandes objetivos que abrangem áreas como pobreza, fome, saúde, inclusão, água e saneamento, energia, emprego e crescimento, industrialização e inovação, e ambiente.

REFERÊNCIAS

- Arizala, F., M. Bellon, M. MacDonald, M. Mlachila e M. Yenice. 2018. “Regional Spillovers in Sub-Saharan Africa: Exploring Different Channels”. IMF Spillover Notes, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Connor, P. 2018. “At Least A Million Sub-Saharan Africans Moved to Europe Since 2010”. Pew Research Center, Washington, DC.
- de Vries, G., M. Timmer e K. de Vries. 2015. “Structural Transformation in Africa: Static Gains, Dynamic Losses”. *The Journal of Development Studies* 51(6): 674–88.
- Diao, D., M. McMillan e D. Rodrik. 2017. “The Recent Growth Boom in Developing Economies: A Structural Change Perspective”. NBER Working Papers 23132, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2015. *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*. Capítulo 3, Washington, DC, abril.
- . 2016. “South Africa: 2016 Article IV Consultation-Staff Report.” IMF Country Report No. 16/217, Washington, DC.
- . 2018a. *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*. Capítulo 2, Washington, DC, abril.
- . 2018b. “Nigeria: 2018 Article IV Consultation-Staff Report.” IMF Country Report No. 18/63, Washington, DC.
- . 2018c. *Fiscal Monitor*. Chapter 1, Washington, DC, abril.
- . 2018d. “Macroeconomic Developments and Prospects in Low-Income Developing Countries.” IMF Policy Papers, Washington, DC.
- . 2018e. *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*. Capítulo 3, Washington, DC, abril.
- Papageorgiou, C., S. Rehman e K. Wang. Inédito. “Trade Diversification, Growth and Volatility.” In *Encyclopedia of International Economics and Global Trade*, Volume 3: International Trade and Commercial Policy, org. por Francisco L. Rivera-Batiz. Singapura: World Scientific Publishing Co.
- Organização das Nações Unidas (ONU). 2018. *The Sustainable Development Goals Report 2018*. Nova Iorque.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR). 2018. *Estatísticas populacionais*. Genebra.
- Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (UN-OCHA). 2018. *Sahel: Overview of Humanitarian Needs and Requirements*. Nova Iorque.

2. Fluxos de capitais para a África Subariana: Causas e consequências

No rescaldo da crise financeira internacional, observou-se um espetacular aumento dos fluxos de capitais transfronteiriços não oficiais para a África Subariana.¹ Tendo em conta a tendência decrescente na ajuda oficial ao desenvolvimento para a região, estes fluxos podem fornecer o tão necessário financiamento para iniciativas de desenvolvimento e impulsionar o crescimento económico e o bem-estar. No entanto, grandes entradas de capitais podem também colocar desafios à estabilidade macroeconómica e financeira, como o sobreaquecimento da economia, a sobrevalorização da moeda e escaladas insustentáveis do crédito interno e dos preços dos ativos. Na ausência de quadros macroprudenciais e fiscais adequados, as entradas de capitais podem igualmente incentivar um endividamento excessivo dos setores público e privado, e exacerbar desfasamentos de moedas, vencimentos e estruturas de capital nos balanços, deixando os países vulneráveis a uma súbita inversão dos fluxos de capitais que pode ser provocada por fatores alheios à economia do país beneficiário.

O impacto dos fluxos de capitais depende do tipo de fluxo. Normalmente, os fluxos de dívida são os que apresentam o maior risco, enquanto os fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) são considerados os mais seguros.² O estatuto de residência do investidor também é relevante – os investidores não residentes tendem a ser mais inconstantes do que os investidores nacionais (Forbes e Warnock 2012; Ghosh et al. 2014). Os recentes episódios de saídas de capitais – e a subsequente volatilidade de mercado – registados em algumas economias de mercados emergentes são um lembrete da natureza instável dos fluxos de capitais transfronteiriços e da importância de reforçar a capacidade de resistência a potenciais inversões nestes fluxos.

À luz deste contexto, o presente capítulo analisa as dinâmicas e implicações dos fluxos de capitais transfronteiriços para a África Subariana centrando-se em três questões fundamentais:

- Qual foi a evolução dos fluxos de capitais não oficiais, por tipo de ativo e residência do investidor?
- Quais são os principais motores destes fluxos e, em especial, em que medida a região está vulnerável a uma súbita alteração nas condições financeiras mundiais?
- Quais são as consequências macroeconómicas destes fluxos, tanto em termos de riscos (como sobrevalorização da moeda, sobreaquecimento da economia e instabilidade financeira) assim como em termos de potenciais benefícios (designadamente, investimento interno e crescimento económico)?

Baseada numa amostra de 45 países da África Subariana, abrangendo o período de 1980 a 2017, esta análise mostra que os fluxos de capitais não oficiais para a região estão em níveis historicamente elevados. De facto, normalizados pela dimensão económica, os fluxos líquidos de capitais para a África Subariana têm sido superiores aos fluxos de capitais para as economias de mercados emergentes nos últimos anos. Muito deste crescimento resulta de um aumento nos fluxos de passivos (aquisição de ativos internos por não residentes), que mais do que triplicaram desde meados dos anos 2000. Já no lado dos ativos, os residentes continuaram a investir no estrangeiro numa base líquida.

O presente capítulo foi preparado por uma equipe coordenada por Mahvash S. Qureshi e composta por Francisco Arizala, Xiangming Fang e Mustafa Yenice.

¹ No capítulo, os “fluxos de capitais” referem-se à conta financeira da balança de pagamentos. Os fluxos de capitais não oficiais excluem os fluxos de ativos de reserva e de outros investimentos oficiais (ativos e passivos) (ver Anexo 2.1 para a descrição dos dados e as respetivas fontes). Os termos “fluxos de capitais” e “fluxos financeiros” são utilizados de forma indistinta no capítulo.

² Ver, por exemplo, Korinek (2018) e Ghosh, Ostry e Qureshi (2017). Contudo, o impacto do IDE pode variar consoante é um investimento de raiz, uma fusão e aquisição ou simplesmente uma “ida e volta” de fluxos (Calderon, Loayza e Serven 2004; Aykut, Sanghi e Kosmidou 2017; Gopalan, Ouyang e Rajan 2018).

Em termos de composição, o IDE continua a predominar, embora o nível de fluxos de investimentos de carteira – sobretudo títulos de dívida em carteira – tenha crescido significativamente. A par do aumento do volume, também se observou uma subida da volatilidade dos fluxos de capitais não oficiais. Em geral, os fluxos de não residentes são mais voláteis do que os fluxos de residentes e, entre os diferentes tipos de fluxos, a categoria “outros investimentos” (que inclui fluxos bancários transfronteiriços) é a mais volátil para a África Subsariana, à semelhança do que acontece nas economias de mercados emergentes.

Alguns fatores mundiais – designadamente as taxas de juro dos EUA e os preços das matérias-primas – são importantes para explicar as dinâmicas dos fluxos para a África Subsariana, sendo que menores taxas de juro dos EUA e preços das matérias-primas mais elevados incentivam as entradas de capitais e vice versa. A importância relativa dos fatores mundiais depende, porém, do tipo de fluxo, sendo que a volatilidade dos mercados internacionais tem um efeito mais acentuado sobre o investimento de carteira estrangeiro, enquanto as taxas de juro dos EUA e os preços das matérias-primas têm um efeito mais pronunciado sobre o IDE. Os dados mensais sobre os fluxos de investimento e os preços dos ativos (rendimentos das obrigações soberanas e rentabilidade das ações) para um subconjunto de países da África Subsariana sugerem ainda que, por um lado, estas variáveis acompanham fortemente as condições financeiras mundiais e, por outro, estão mais sensíveis aos fatores mundiais desde a crise financeira internacional.

Embora os fatores internacionais sejam importantes, os fatores nacionais também ajudam a explicar o comportamento dos fluxos. Mais especificamente, os países com um forte crescimento económico, uma maior abertura comercial e uma melhor qualidade institucional tendem a receber mais capitais e é menos provável que sofram inversões no investimento estrangeiro.

Em termos de consequências macroeconómicas, não existem provas concludentes de que os fluxos de não residentes estejam, no conjunto, significativamente associados a desequilíbrios macroeconómicos ou financeiros na África Subsariana, mas o tipo de fluxo é importante. Em média, é provável que

os fluxos de investimento de carteira empurrem a taxa de câmbio real e o produto real para cima da tendência e promovam o crescimento do crédito – vulnerabilidades que tendem a aumentar a probabilidade de uma crise financeira. Contudo, relativamente ao investimento e crescimento económico nacional, os fluxos de investimentos de carteira não têm estado, pelo menos historicamente, fortemente associados a nenhum dos dois, embora pareçam impulsionar o consumo público, incluindo a despesa social. Em contraste, a entrada de IDE parece estimular diretamente o investimento interno e, por conseguinte, apoiar o crescimento económico.

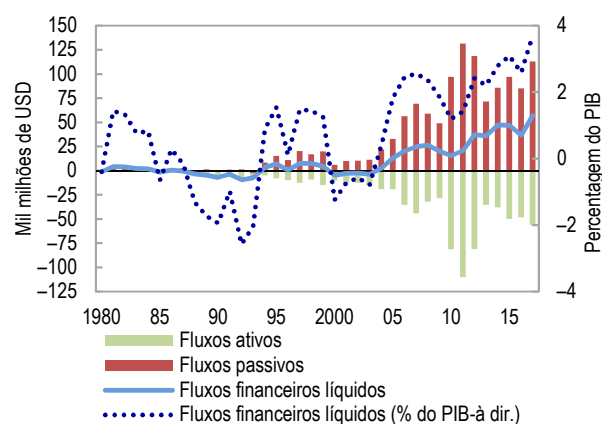
Estas conclusões sugerem que os fluxos de capitais não oficiais passaram a ser uma fonte importante de financiamento externo para a África Subsariana. Porém, existe uma relação complexa entre estes fluxos, a estabilidade macroeconómica interna e o investimento e o crescimento económico na região. Por um lado, os capitais externos não oficiais são necessários para colmatar o défice de recursos e promover o desenvolvimento económico; por outro lado, a natureza instável destes capitais torna-os numa fonte de financiamento menos fiável – e potencialmente arriscada. Este dilema evidencia a importância de uma gestão macroeconómica cuidadosa dos fluxos de capitais, que deve ter em conta a natureza dos capitais (IDE, carteira, empréstimos, etc.) a sua utilização e impacto a nível interno, bem como o tipo de investidor e mutuário.

Neste contexto, tendo em conta que os países soberanos da África Subsariana apostam cada vez mais nos mercados de capitais internacionais para financiar iniciativas em matéria de desenvolvimento, os decisores políticos devem adotar uma abordagem prudente no sentido de assegurar que os recursos captados são utilizados de forma eficaz, reforçam a produtividade e promovem o crescimento económico. Ao atraírem capitais estrangeiros, devem estar igualmente cientes das consequências daí decorrentes para as taxas de câmbio, como a volatilidade e os desajustamentos que podem afetar os setores transacionáveis e prejudicar a competitividade. A este respeito, políticas estruturais para reduzir a rigidez nominal e facilitar o ajustamento da taxa de câmbio real poderiam desempenhar um papel útil, embora em alguns casos se possa justificar operações de intervenção

cambial para limitar a sobrevalorização da moeda e criar uma almofada de reservas adequada.

Também se justifica vigilância contra o sobreaquecimento econômico e a acumulação de vulnerabilidades nos balanços dos setores privado e público para mitigar o risco de uma “aterragem dura” em caso de diminuição dos fluxos. Devem ser adotadas políticas prudenciais e macroeconômicas contracíclicas para limitar estas vulnerabilidades e preservar a sustentabilidade da dívida. Por conseguinte, é fundamental melhorar a compilação e oportunidade dos dados da balança de pagamentos a fim de monitorizar os fluxos em tempo real e implementar de forma célere as ações políticas desejáveis. Além disso, tendo em conta que o IDE é menos suscetível de gerar vulnerabilidades, mas mais propício a estimular o investimento privado e o crescimento, os esforços devem centrar-se em atrair o investimento direto para a região, o que requer fundamentos macroeconômicos sólidos e um melhor clima empresarial. É provável que, no futuro, estes fatores desempenhem um papel cada vez mais importante na atração de capitais estrangeiros, caso as condições financeiras mundiais fiquem mais restritivas com a normalização da política monetária nas economias avançadas.

Figura 2.1. África Subsariana: Fluxos financeiros, 1980–2017



Fonte: FMI, Base de dados WEO.

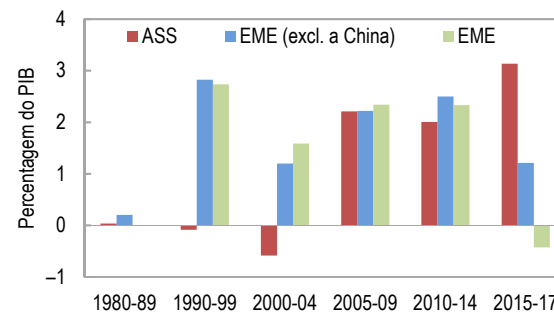
Notas: As estatísticas de 2017 são provisórias. Os valores negativos indicam saídas. Os fluxos excluem os ativos de reserva e de outros investimentos oficiais. Os fluxos financeiros líquidos em porcentagem do PIB são a soma dos fluxos financeiros para a região em porcentagem do PIB regional.

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS DE CAPITAIS

O panorama financeiro da África Subsariana mudou profundamente ao longo das últimas décadas. A região encontra-se mais integrada financeiramente a nível mundial, com uma supressão gradual das restrições às contas financeiras e um aumento considerável nos fluxos de capitais não oficiais, especialmente desde a crise financeira internacional (Figura 2.1). Os fluxos líquidos de capitais não oficiais para a África Subsariana – que totalizaram cerca de 4 mil milhões de USD durante os anos 80 e 90 – aumentaram seis vezes, chegando aos 25 mil milhões de USD em 2007, antes de duplicarem para cerca de 60 mil milhões de USD em 2017. Esta evolução também se registou em porcentagem do PIB. Os fluxos líquidos de capitais para a África Subsariana atingiram um nível historicamente elevado (3% do PIB) e excederam os fluxos para as economias de mercados emergentes (em cerca de 2% do PIB) em 2015–17 (Figura 2.2).³ A diferença entre os fluxos líquidos de capitais para a África Subsariana e as economias de mercados emergentes é ainda maior quando medida com base nas dimensões dos respetivos mercados financeiros (representados por M2; Figura 2.1.1 do Anexo).

O crescimento dos fluxos líquidos assenta sobretudo nos fluxos passivos (ou de não residentes), que evoluíram de 70 mil milhões de USD em 2007 para 113 mil milhões de USD em 2017. O acentuado

Figura 2.2. África Subsariana e Mercados Emergentes: Fluxos financeiros líquidos, 1980–2017

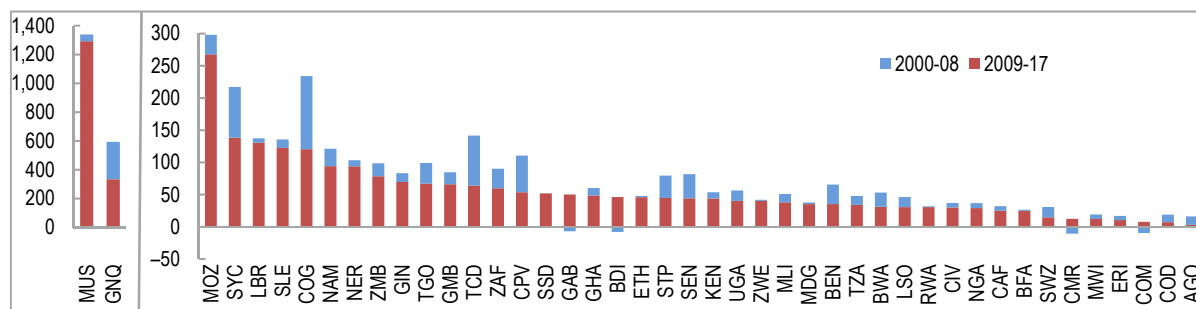


Fonte: FMI, base de dados WEO e cálculos do corpo técnico.

Notas: Não são reportadas estatísticas sobre os EME (incl. a China) no período 1980-89 devido à ausência de dados disponíveis sobre os fluxos de ativos de reserva chineses naquele período. Para o período de 1990-99, estão disponíveis dados sobre a China relativamente ao triénio 1997-99. ASS = África Subsariana; EME = economias de mercados emergentes.

³ Estas tendências persistem mesmo se a África do Sul – um grande destinatário de fluxos de capitais não oficiais – for excluída da amostra. Neste caso, os fluxos líquidos passaram de cerca de mil milhões de USD em 2007 para cerca de 44 mil milhões de USD em 2017, com os fluxos de passivos a registarem um aumento de cerca de 50 mil milhões de USD (Figuras 2.1.2 e 2.1.3 do Anexo).

Figura 2.3. África Subsariana: Fluxos passivos antes e depois da crise financeira mundial, 2000–17 (Porcentagem do PIB)



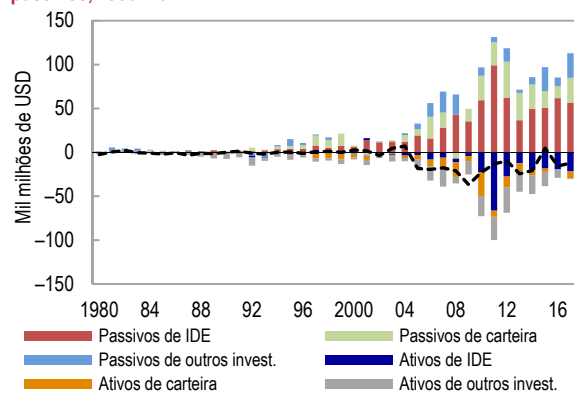
Fonte: FMI, Base de dados WEO.

Notas: As estatísticas relativas a 2017 são provisórias. Os valores negativos indicam saídas. Os fluxos são valores acumulados em percentagem do PIB de 2017. Os fluxos excluem outros investimentos oficiais. Utiliza-se uma escala à parte para as Maurícias e a Guiné Equatorial devido ao elevado volume de fluxos passivos desses países. Ver na página 55 o quadro de abreviaturas de países.

aumento nestes fluxos tem sido generalizado, com os fluxos de não residentes a mais do que duplicarem na maioria dos países da África Subsariana desde a crise financeira internacional (Figura 2.3). Ao mesmo tempo, do lado dos ativos, os residentes continuaram a investir no estrangeiro numa base líquida (Figura 2.4).

O crescimento dos fluxos de capitais não oficiais ocorreu num contexto de descida na ajuda oficial ao desenvolvimento para a região. Ao mesmo

Figura 2.4. África Subsariana: Composição dos fluxos ativos passivos, 1980–2017



Fonte: FMI, Base de dados WEO.

Notas: As estatísticas relativas a 2017 são provisórias. Os valores negativos indicam saídas. Os fluxos excluem outros investimentos oficiais. A soma das componentes nem sempre equivale ao total dos fluxos ativos e passivos devido à ausência de dados disponíveis. IDE = investimento direto estrangeiro.

tempo, as emissões de obrigações soberanas assinalaram um crescimento notável, o que sugere que os países têm explorado fontes alternativas de financiamento para satisfazer as suas necessidades de desenvolvimento (Figuras 2.1.4 e 2.1.5 do Anexo). Consequentemente, os fluxos de investimentos de carteira – sobretudo fluxos de títulos de dívida em carteira – registaram um incremento significativo, embora o IDE continue a ser o tipo de fluxo não residente para a região mais predominante (Figuras 2.1.6 e 2.1.7 do Anexo).⁴

Do lado dos ativos (residentes), as saídas de capitais estão concentradas nas categorias de “investimento direto” e “outros investimentos”, embora as saídas de IDE sejam principalmente impulsionadas pelas Maurícias, que são um centro financeiro internacional (Figura 2.1.8 do Anexo). A escala da saída de capitais promovida por residentes da África Subsariana atraiu, não raras vezes, grande atenção, com vários estudos a defenderem que estas saídas – juntamente com os erros (sobretudo negativos) e omissões registados na balança de pagamentos – representam uma “fuga de capitais internos”⁵. Contudo, em percentagem do PIB, os fluxos de ativos da África Subsariana estão em linha com as economias de mercados emergentes, enquanto a categoria de erros e omissões tem sido bastante maior, especialmente desde 2005, e ligada,

⁴ Apesar de os dados desagregados da balança de pagamentos sobre os fluxos de títulos de dívida em carteira oficiais e não oficiais serem limitados para os países da África Subsariana, uma comparação recente entre emissões de obrigações soberanas e emissões de obrigações societárias indica que uma grande proporção dos fluxos de títulos de dívida em carteira diz respeito ao setor público. Em termos de IDE, também se registou uma alteração nos setores beneficiários. Nos anos 80 e 90, os setores extrativos eram os principais destinatários, mas nos últimos anos o IDE estendeu-se aos setores transformadores e de serviços (UNCTAD 2017).

⁵ Ver, por exemplo, Ndikumana e Boyce (2003) e Fofack e Ndikumana (2010).

em grande medida, aos exportadores de petróleo da região (Figuras 2.1.9 e 2.1.10 do Anexo).

Com o acumular dos fluxos na forma de stocks, o aumento dos fluxos de não residentes multiplicou por cinco o stock de passivos externos da África Subsariana desde o ano 2000, enquanto o stock de dívida externa mais do que duplicou. Suscita particular preocupação a crescente proporção de dívida de curto prazo no total da dívida externa, que passou de aproximadamente 8% no início dos anos 2000 para 14% nos últimos anos (Figuras 2.1.11 e 2.1.12 do Anexo). A dívida externa da África Subsariana é maioritariamente composta por dívida pública: em média, a dívida pública representava cerca de 80% do total da dívida externa em 2017.⁶

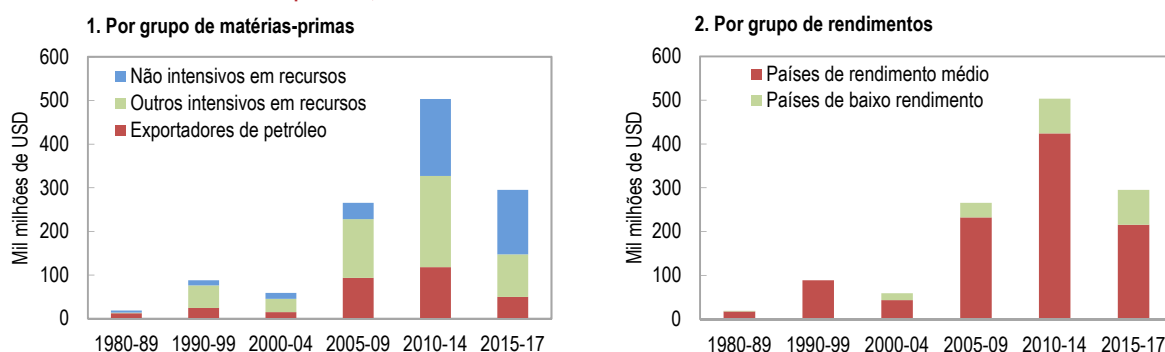
Padrões em mudança

Quais são os países que receberam mais fluxos estrangeiros não oficiais nos últimos anos? Desde a crise financeira internacional, aumentou a proporção de fluxos para países não intensivos em termos de recursos e sobretudo de baixos rendimentos (Figura 2.5). Este facto contrasta com anos anteriores, em que os países intensivos em recursos recebiam a maior parte do investimento estrangeiro (principalmente devido a avultados investimentos diretos nos setores de recursos naturais). Entre os países não intensivos em

recursos, Côte d'Ivoire, Etiópia, Maurícias e Quênia têm sido os destinos mais atrativos para os investidores estrangeiros – tomados em conjunto, receberam mais de 40% dos fluxos de capitais entre 2015 e 2017.⁷

Embora os fluxos estrangeiros tenham estado concentrados em alguns países, têm aumentado consideravelmente na vasta maioria dos países em termos absolutos e em percentagem do PIB. No ano 2000, por exemplo, o fluxo líquido médio recebido pelos países da África Subsariana cifrou-se em 0,5% do PIB, tendo subido para 3% em 2007 e 5% em 2017.⁸ Como tal, um número cada vez maior de países deparam-se com episódios de grandes entradas de capitais – ou “picos” – que para efeitos de análise são definidos neste capítulo como fluxos líquidos de capitais (normalizados pelo PIB) que se enquadram no terço superior das observações da amostra do próprio país e da África Subsariana (Figura 2.6).⁹ Tipicamente, estes picos decorrem de alterações nos fluxos de não residentes, e a contração do investimento estrangeiro de residentes só suplanta o aumento nas entradas de fluxos estrangeiros em alguns anos. Entre os países que registaram um pico na entrada de capitais após o recente colapso do preço do petróleo, a maioria são países não intensivos em recursos (e nenhum era um exportador de petróleo em 2016).

Figura 2.5. África Subsariana: Fluxos passivos, 1980–2017



Fonte: FMI, base de dados do WEO.

Nota: Ver na página 54 o quadro de grupos de países.

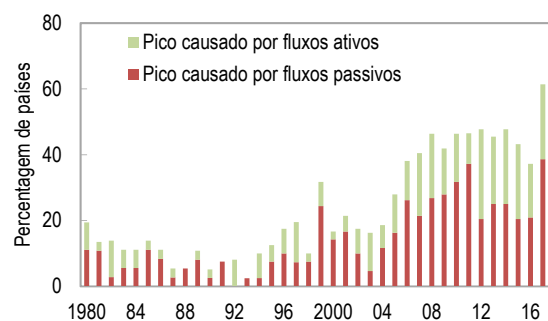
⁶ Este rácio é inferior (menos de 50%) em alguns países com acesso aos mercados (por exemplo, África do Sul, Maurícias e Nigéria).

⁷ No outro extremo, os dados bilaterais disponíveis sobre o stock de investimento direto, investimento de carteira e investimento bancário indicam que os Estados Unidos, o Reino Unido, os países da área do euro (sobretudo Alemanha, França, Luxemburgo e Países Baixos) e China são as principais fontes de investimento estrangeiro na África Subsariana (Figuras 2.1.13-2.1.15 do Anexo).

⁸ Ver na Figura 2.1.16 do Anexo a distribuição dos fluxos líquidos de capitais (em percentagem do PIB) para a África Subsariana ao longo dos anos.

⁹ Ver no Anexo 2.1 os detalhes metodológicos para identificar os picos de entrada de capitais.

Figura 2.6. África Subsariana: Picos de fluxos financeiros líquidos, 1980–2017



Fonte: FMI, base de dados WEO e cálculos do corpo técnico.

Volatilidade dos fluxos de capitais

Não só aumentou o volume dos fluxos de capitais para a África Subsariana, como também a volatilidade dos mesmos (Tabela 2.1). Embora os fluxos de não residentes e residentes (normalizados pelo PIB) tenham se tornado mais voláteis nas últimas duas décadas, esse aumento foi mais pronunciado nos primeiros. Em geral, os fluxos de não residentes são mais voláteis do que os fluxos de residentes e, entre as várias categorias, a mais volátil é “outros investimentos”, seguida do IDE.

Tabela 2.1. Volatilidade dos fluxos financeiros (Percentagem do PIB)

	ASS			EME		
	1980-2017	1980-99	2000-17	1980-2017	1980-99	2000-17
Fluxos financeiros líq.	5.66	3.07	5.73	4.13	3.98	3.76
IDE líquidos	2.16	1.09	2.36	1.44	1.13	1.21
Invest. de carteira líq.	0.68	0.08	0.59	1.61	1.22	1.84
Outros investimentos líq.	3.85	2.61	3.61	3.25	3.30	2.62
Fluxos passivos	4.78	2.75	4.39	3.78	4.56	3.24
IDE	2.54	0.96	2.28	1.49	1.31	1.10
Carteira	0.28	0.03	0.35	1.53	0.89	1.57
Outros investimentos	3.34	2.15	3.38	2.81	2.93	1.61
Fluxos ativos	2.92	1.69	2.72	1.94	1.12	1.93
IDE	0.27	0.08	0.28	0.70	0.18	0.71
Carteira	0.21	0.03	0.18	0.78	0.20	0.83
Outros investimentos	1.83	1.33	2.15	1.64	1.09	1.66

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: As estatísticas são a mediana do desvio padrão dos fluxos (percentagem do PIB) de cada país ao longo do período pertinente. Os valores extremos (ou seja, as observações nos percentis superior e inferior da distribuição do grupo de países pertinente) são excluídos. ASS = África Subsariana; EME = economias de mercados emergentes; IDE = investimento direto estrangeiro.

Contudo, a volatilidade do IDE resulta de uma redução desses fluxos e não da sua inversão. De facto, a probabilidade de ocorrência de fluxos negativos (ou saídas de investimento de não residentes) após fluxos positivos é a mais baixa para o IDE e a mais elevada para a categoria de “outros investimentos” e “investimento em títulos de dívida em carteira”.¹⁰ Existe ainda uma heterogeneidade considerável entre países, sendo que a volatilidade dos fluxos é maior nos países exportadores de petróleo na região. De referir que a volatilidade dos fluxos de não residentes e residentes para a África Subsariana é, por norma, superior à dos mesmos fluxos para as economias de mercados emergentes, o que reflete a inconstância destes fluxos para a região.

FATORES QUE IMPULSIONAM OS FLUXOS DE CAPITAIS

O que explica a dinâmica dos fluxos de capitais para os países da África Subsariana? Uma análise empírica baseada em dados anuais no período 1980–2017 mostra que os fatores globais (por exemplo, as taxas de juro dos EUA e os preços das matérias-primas) desempenham um papel importante, mas algumas características internas também são relevantes.¹¹ Mais especificamente, os fluxos líquidos para a região são afetados de forma significativa pelas taxas de juro dos EUA (representadas pelo rendimento das obrigações do Tesouro a 10 anos) sendo que uma quebra de 100 pontos base no rendimento nominal das obrigações do Tesouro dos EUA implica, em média, um aumento dos fluxos líquidos na ordem de 0,2% a 0,4% do PIB. Os países com um melhor desempenho macroeconómico (baseado no crescimento do PIB real), um maior PIB real per capita e uma maior necessidade de financiamento externo também registam mais entradas de capitais numa base líquida.

Grande parte do impacto do declínio das taxas de juro dos EUA nos fluxos líquidos resulta de um aumento dos fluxos de não residentes. Uma descida de 100 pontos base no rendimento das obrigações do Tesouro dos EUA, em média, aumenta os fluxos de não residentes em cerca de 0,3% a 0,5% do PIB.

¹⁰ Ver as probabilidades de transição apresentadas na Tabela 2.1.1 do Anexo. Relativamente às economias de mercados emergentes, o IDE é o tipo de fluxo mais estável, enquanto os outros fluxos de investimento são os mais voláteis (está documentado que estão associados a uma probabilidade consideravelmente maior de ocorrência de crises financeiras).

¹¹ Ver no Anexo 2.1 os detalhes técnicos e resultados adicionais.

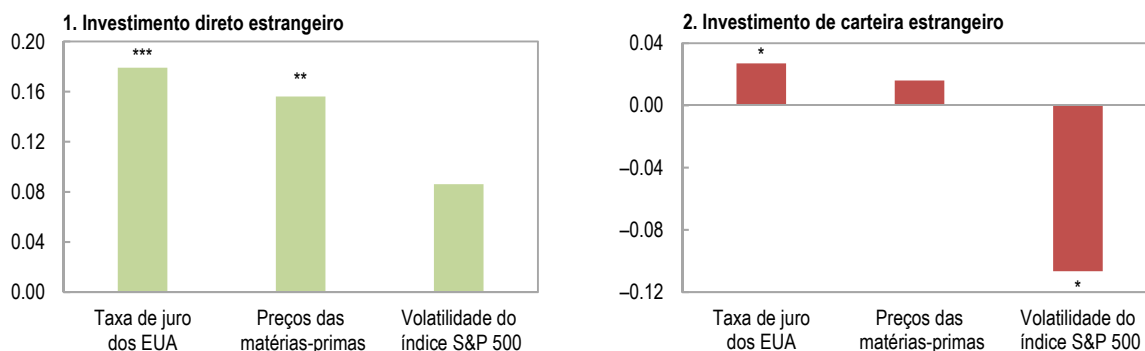
Além disso, os fluxos de não residentes são afetados de forma considerável pelos preços internacionais das matérias primas, sendo que um avanço de 10% no índice dos preços das matérias-primas implica um aumento destes fluxos na ordem de 0,2% a 0,3% do PIB. Entre os fatores internos, alguns dados sugerem que os países com maior abertura comercial, crescimento económico, rendimento per capita e qualidade institucional atraem mais fluxos de não residentes, enquanto os países com maior dívida externa registam menos entradas de capitais.

Porém, o efeito dos fatores globais depende do tipo de fluxo. Em geral, as taxas de juro dos EUA e os preços das matérias-primas influenciam bastante mais o fluxo de investimento direto do estrangeiro do que outros tipos de fluxos, enquanto a volatilidade do mercado global tem um efeito estatisticamente mais forte sobre os fluxos de investimento de carteira estrangeiros (Figura 2.7). Por exemplo, uma descida de 100 pontos base no rendimento das obrigações do Tesouro dos EUA implica uma subida do IDE na ordem de 0,2% do PIB, mas um aumento aproximado de 0,03% do PIB no investimento de carteira estrangeiro para a África Subsariana. Em contraste, um choque de um desvio padrão no índice de volatilidade do mercado mundial provoca uma redução de cerca de 0,1% do PIB dos fluxos de investimento de carteira para a África Subsariana, mas não tem impacto estatístico significativo no IDE.

Picos e inversões

Conforme descrito anteriormente, a frequência dos picos de fluxos de capitais estrangeiros para a África Subsariana tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Quais são os fatores que influenciam a probabilidade de ocorrência desses fenómenos de grande entrada de capitais, assim como a sua inversão? Os resultados destacam a importância dos fatores globais, embora o efeito não seja necessariamente simétrico na ocorrência de picos e inversões (Tabela 2.1.6 do Anexo). A título de exemplo, uma subida de 100 pontos base na taxa de juro dos EUA em torno do valor médio diminui em 2% a probabilidade de ocorrência de um pico e aumenta em 2% a probabilidade de ocorrência de uma grande inversão (face a uma probabilidade incondicional de surto e inversão de cerca de 20% na amostra estimada; ver Figura 2.8). No entanto, um aumento nos preços internacionais das matérias-primas tem um forte impacto na probabilidade de ocorrência de um pico na maioria dos países da África Subsariana, mas seu efeito sobre a probabilidade de ocorrência de uma inversão só é estatisticamente significativo no caso dos países intensivos em recursos. Comparados com as economias de mercados emergentes, estes resultados são de uma forma geral semelhantes, exceto o efeito estatisticamente limitado da volatilidade do mercado mundial na ocorrência de picos e inversões (que tradicionalmente está fortemente associada a surtos e inversões nas economias de mercados

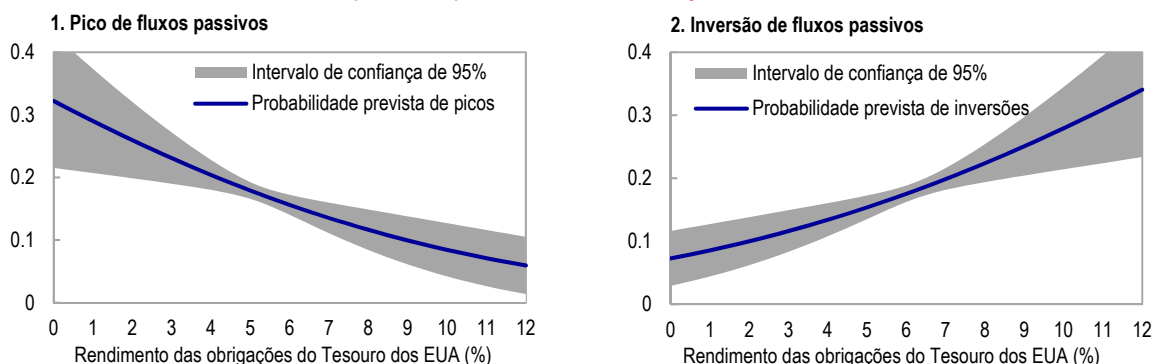
Figura 2.7. África Subsariana: Impacto de fatores externos sobre os fluxos passivos de investimento diretos e de carteira (Porcentagem do PIB)



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Notas: As barras nos painéis 1 e 2 mostram o aumento estimado dos fluxos passivos de investimento direto e de carteira, respetivamente, para um declínio estimado de 100 pontos base no rendimento das obrigações do Tesouro dos EUA a 10 anos, um aumento de 10 por cento no índice de preços internacionais das matérias-primas e um choque de 1 desvio padrão no índice de volatilidade do mercado global. As estimativas foram obtidas a partir de uma regressão de fluxos (em percentagem do PIB) sobre os fatores externos e internos (saldo desfasado da balança corrente/PIB, abertura comercial desfasada, log do PIB real per capita, crescimento do PIB real, regime cambial de facto e efeitos nacionais fixos). Ver Tabela 2.1.5 do Anexo. ***, ** e * indicam a significância estatística da variável aos níveis de 1, 5 e 10 por cento, respetivamente.

Figura 2.8. África Subsariana: Probabilidade prevista de picos e inversões e taxa de juro dos EUA



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: Os painéis 1 e 2 mostram a probabilidade prevista de ocorrência de um pico de fluxos passivos e uma grande inversão, respetivamente, a diferentes níveis de rendimento das obrigações do Tesouro dos EUA em torno da média, obtida a partir de um modelo probit, após controlar os efeitos de outros fatores externos (preços das matérias-primas; índice de volatilidade S&P 500) e de fatores internos (saldo desfasado da balança corrente/PIB, abertura comercial desfasada, log do PIB real per capita, crescimento do PIB real, regime cambial de facto, dívida externa/PIB, reservas internacionais/PIB e efeitos nacionais fixos).

emergentes, talvez devido a uma percentagem muito maior de fluxos de carteira de títulos nestes países; Qureshi e Sugawara, 2018).

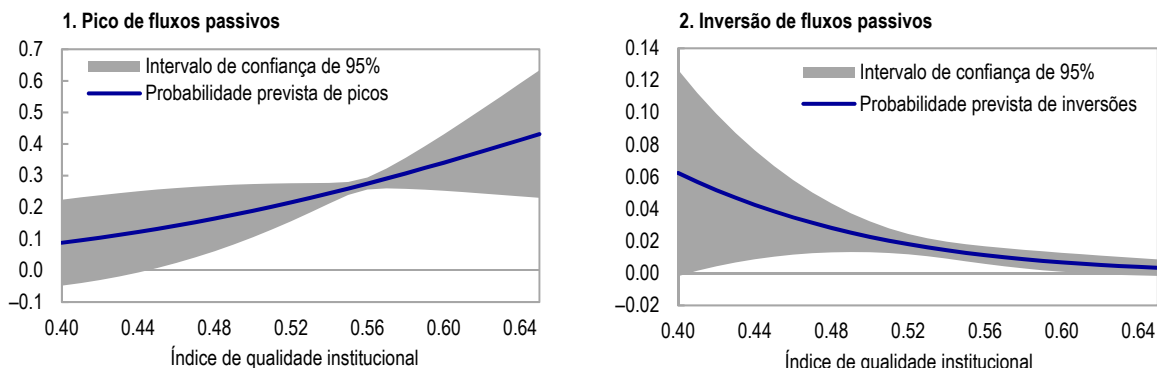
Entre outros fatores, um maior crescimento do PIB real, uma melhor qualidade institucional e regimes cambiais mais flexíveis aumentam a probabilidade de ocorrência de um pico e reduzem a probabilidade de uma súbita inversão dos capitais estrangeiros (Figura 2.9). A conclusão de que os regimes cambiais mais flexíveis apresentam uma maior probabilidade de ocorrência de um pico na África Subsariana contrasta com a evidência existente para as economias de mercados emergentes, que demonstra que os países com regimes cambiais fixos recebem mais entradas de capital devido, presumivelmente, ao menor risco cambial

(Ghosh et al. 2014; Magud, Reinhart e Vesperoni 2014; Obstfeld, Ostry e Qureshi 2018).

O ciclo financeiro mundial e a África Subsariana

Os fatores mundiais influenciam significativamente os fluxos de capitais para a África Subsariana. No entanto, em que medida é que a região está ligada ao “ciclo financeiro mundial”, isto é, o movimento conjunto nas condições financeiras a nível mundial e nacional entre países (Rey 2013)? Para explorar esta questão, analisámos dados mensais de alta frequência sobre os fluxos de fundos de investimento (especificamente fluxos de obrigações e ações) e os preços dos ativos (rendimentos das obrigações e rentabilidade das ações). Estes dados encontram-se disponíveis para uma subamostra

Figura 2.9. África Subsariana: Probabilidade prevista de picos e inversões e qualidade institucional



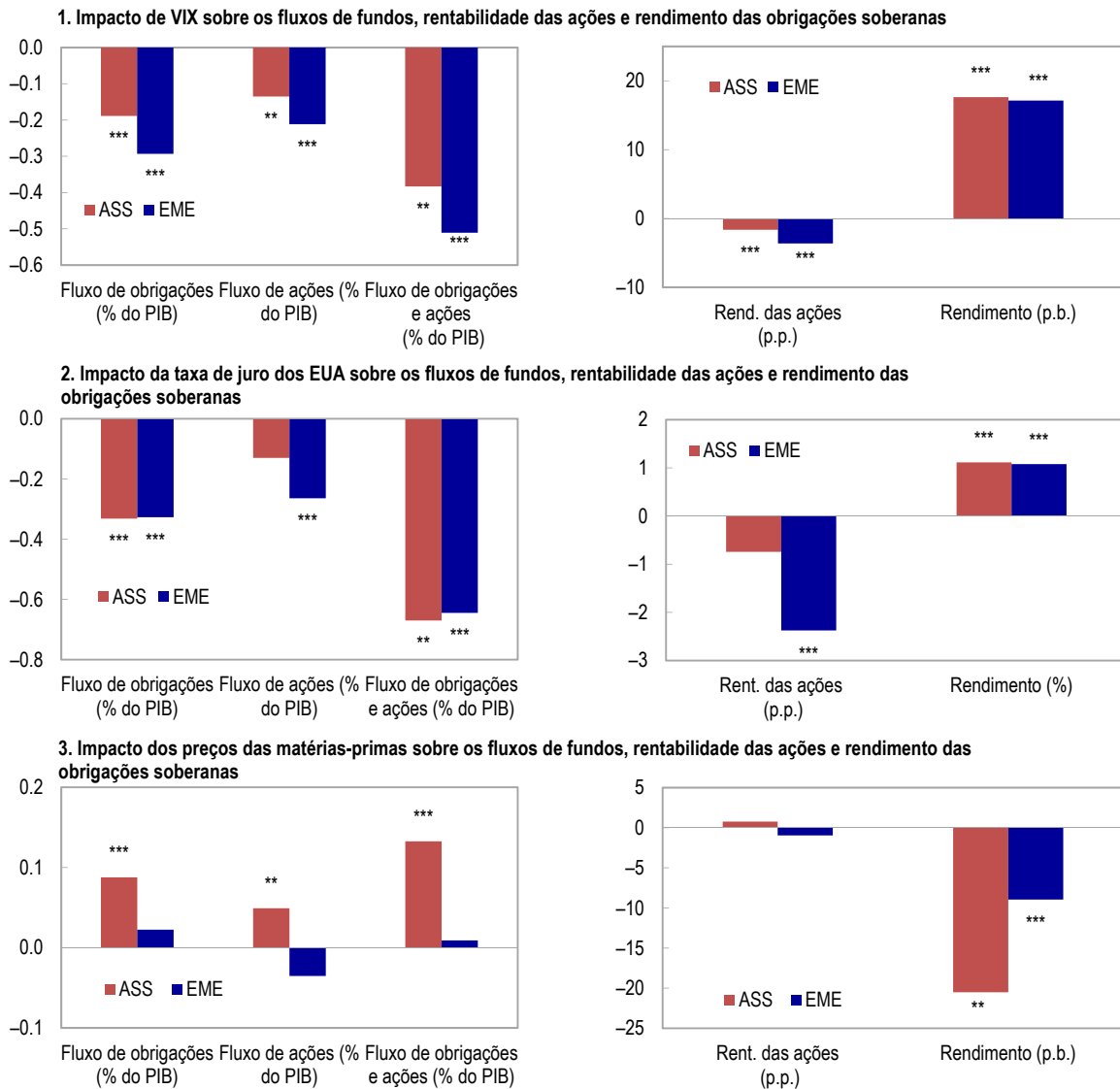
Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: Os painéis 1 e 2 mostram a probabilidade prevista de ocorrência de um pico de fluxos passivos e uma grande inversão, respetivamente, a diferentes níveis do índice de qualidade institucional em torno da média, obtida a partir de um modelo probit, após controlar os efeitos de fatores externos (taxa de juro dos EUA; preços das matérias-primas; índice de volatilidade S&P 500) e de fatores internos (saldo desfasado da balança corrente/PIB, abertura comercial desfasada, log do PIB real per capita, crescimento do PIB real, regime cambial de facto, dívida externa/PIB, reservas internacionais/PIB e efeitos nacionais fixos).

de países da África Subsariana (indicada na Tabela 2.1.2 do Anexo) no período 2000-2017. Com recurso a estes dados, a análise revela que alguns fatores mundiais – como as taxas de juro dos EUA, o apetite pelo risco a nível mundial (representado pelo índice VIX) e os preços das matérias-primas – afetam os fluxos dos fundos de obrigações e ações, mas também os rendimentos das obrigações e os preços das ações na África Subsariana. Um choque de um desvio padrão no

índice VIX (em termos logarítmicos), em média, reduz os fluxos de fundos em cerca de 0,4% do PIB, aumenta os rendimentos das obrigações em cerca de 20 pontos base e diminui a rentabilidade real das ações em cerca de 2 pontos percentuais (Figura 2.10). Da mesma forma, uma subida de 100 pontos base no rendimento das obrigações do Tesouro dos EUA está, em média, associada a uma redução dos fluxos de fundos na ordem de 1% do PIB, a um aumento proporcional nos rendimentos

Figura 2.10. África Subsariana e Mercados Emergentes: Impacto de fatores mundiais, 2000M1–17M12



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

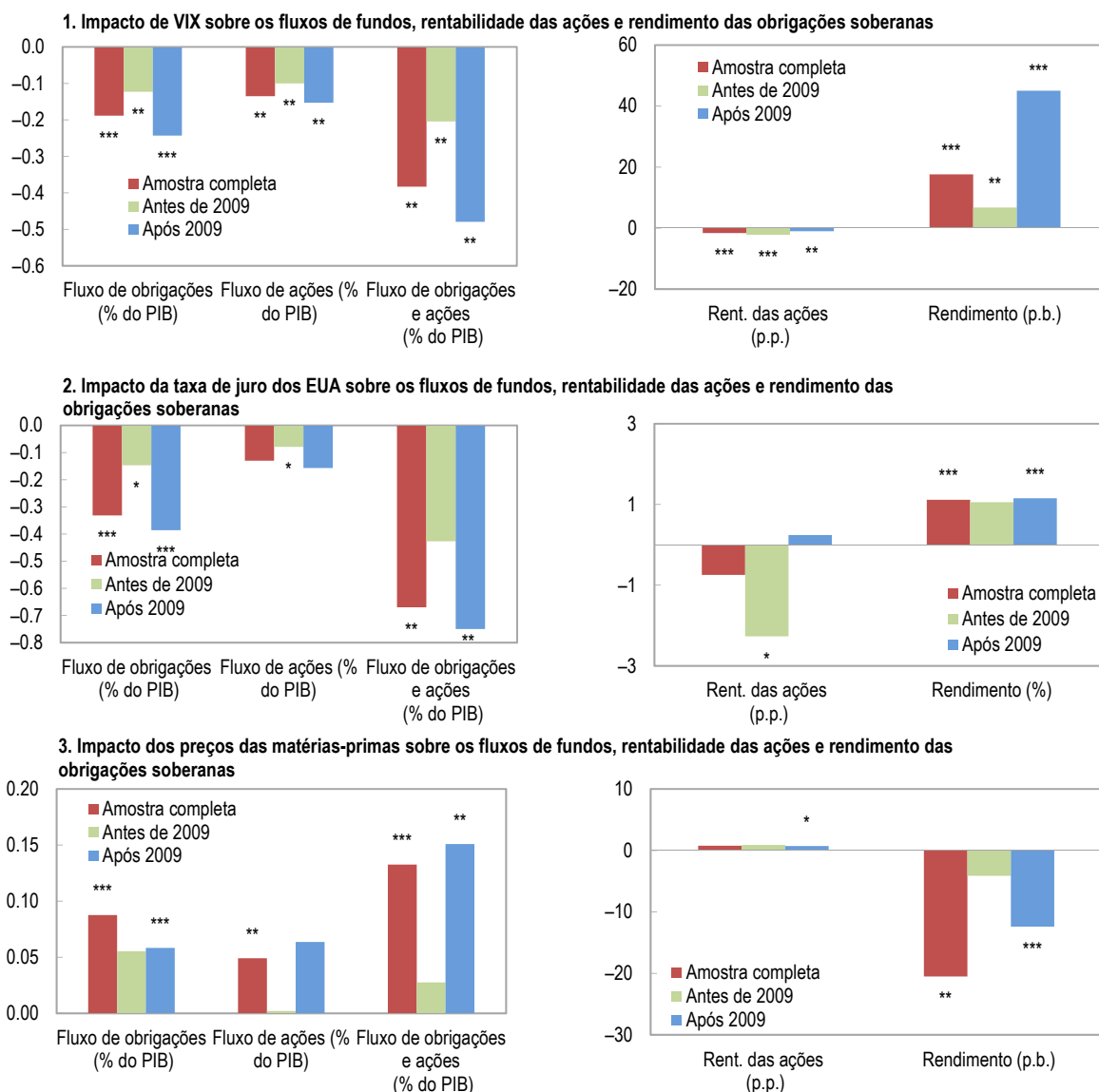
Notas: O painel 1 calcula o impacto estimado de um aumento de 1 desvio padrão no índice VIX (log); o painel 2 mostra o impacto estimado de um aumento de 100 pontos base no rendimento das obrigações do Tesouro dos EUA a 10 anos; e o painel 3 mostra o impacto de um aumento de 1 desvio padrão no índice de preços das matérias-primas (log). ***, ** e * indicam a significância estatística da variável aos níveis de 1, 5 e 10 por cento, respetivamente. ASS = África Subsariana; EME = economias de mercados emergentes; VIX= índice de volatilidade CBOE.

das obrigações e a um declínio da rentabilidade real das ações em cerca de um ponto percentual.

De notar que estes efeitos são semelhantes aos que se verificam nas economias de mercados emergentes, à exceção dos preços das matérias-primas, que têm um efeito substancialmente superior nos fluxos e nos preços dos ativos na África Subariana do que na amostra de economias de mercados emergentes, talvez devido a um menor número de exportadores

de matérias-primas nessa amostra. Além disso, a sensibilidade dos fluxos de fundos e preços dos ativos aos fatores mundiais aumentou, de uma forma geral, desde a crise financeira internacional (Figura 2.11). Por exemplo, uma subida de 100 pontos base no rendimento das obrigações do Tesouro dos EUA teve um impacto estatístico insignificante nos fluxos de fundos e rendimentos das obrigações antes da crise, mas, desde a crise, implicou uma redução nos fluxos da ordem de 1%

Figura 2.11. África Subariana: Impacto de fatores mundiais antes e depois da crise financeira internacional, 2000M1–17M12



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Notas: O painel 1 calcula o impacto estimado de um aumento de 1 desvio padrão no índice VIX (log); o painel 2 mostra o impacto estimado de um aumento de 100 pontos base no rendimento das obrigações do Tesouro dos EUA a 10 anos; e o painel 3 mostra o impacto de um aumento de 1 desvio padrão no índice de preços das matérias-primas (log). ***, ** e * indicam a significância estatística da variável aos níveis de 1, 5 e 10 por cento, respetivamente. VIX = Índice de volatilidade CBOE.

do PIB e um incremento de cerca de 115 pontos base nos rendimentos das obrigações. Estes resultados sugerem que a África Subsariana está cada vez mais ligada ao ciclo financeiro mundial, uma vez que as condições financeiras internas na região (tal como capturadas pelos preços dos ativos) evoluem em paralelo às condições financeiras mundiais.

CONSEQUÊNCIAS MACROECONÓMICAS DAS ENTRADAS DE CAPITAIS

A volatilidade dos fluxos de capitais pode colocar desafios à gestão macroeconómica quando se regista um pico de fluxos mas, especialmente, quando estes recuam. Estudos recentes no contexto das economias de mercados emergentes demonstraram que a forma de gestão dos picos tem uma grande influência no seu desfecho. Mais especificamente, a limitação das vulnerabilidades macroeconómicas e financeiras durante períodos de aumento acentuado dos fluxos de entrada pode reduzir consideravelmente a probabilidade de uma “aterragem dura” quando as condições financeiras mundiais tornarem-se menos favoráveis (Ghosh, Ostry e Qureshi 2016). Como tal, é importante compreender as implicações macroeconómicas das entradas de fluxos na África Subsariana a fim de identificar as ferramentas de políticas para atenuar os riscos e maximizar os potenciais benefícios.

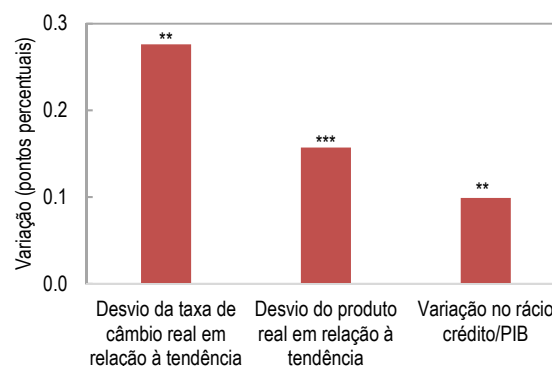
Contudo, o impacto a nível interno dos fluxos de capitais pode depender do tipo de fluxo. Estudos anteriores no contexto das economias de mercados emergentes mostram, de uma forma geral, que os fluxos de carteira e outros investimentos são aqueles mais suscetíveis de criar desequilíbrios macroeconómicos e vulnerabilidades financeiras – como sobreaquecimento económico, sobrevalorização da moeda (que pode afetar os setores transacionáveis e prejudicar a competitividade) e crescimento excessivo do crédito – enquanto o IDE é o menos arriscado (ver Combes, Kinda e Plane 2012; Caballero, 2016; Ghosh e Qureshi 2016). Para a África Subsariana, os nossos resultados mostram que, em média, os fluxos de investimento de carteira de não residentes tendem a empurrar a taxa de câmbio real e o produto para cima da tendência

(variáveis normalmente utilizadas como indicadores de sobrevalorização da moeda e sobreaquecimento da economia, respetivamente) e a impulsionar o crescimento do crédito. Assim, um aumento de 1% do PIB nos fluxos de carteira está associado a uma valorização da taxa de câmbio real 0,3 p.p. superior à tendência, uma diferença 0,2 p.p. superior entre o produto real e a tendência e um aumento de 0,1% do PIB no crédito ao setor privado (Figura 2.12).

Estas vulnerabilidades – sobrevalorização da moeda, sobreaquecimento económico e rápido crescimento do crédito – estão tradicionalmente associadas a uma maior probabilidade de ocorrência de uma crise financeira (Gournichas e Obstfeld 2012; Ghosh, Ostry e Qureshi 2015). Atendendo ao baixo nível global de desenvolvimento financeiro na África Subsariana, a expansão do crédito interno pode ser vista como um desenvolvimento positivo (que reflete um aumento no acesso aos serviços financeiros) e não como uma potencial fonte de instabilidade financeira. Contudo, este facto destaca a importância de uma capacidade efetiva de gestão e monitorização do risco de crédito do setor financeiro.¹²

Embora os fluxos de investimento de carteira possam gerar desafios macroeconómicos, há poucos indícios de que estejam, em média, significativamente associados ao investimento interno (público ou privado) ou ao crescimento

Figura 2.12. África Subsariana: Consequências macroeconómicas da entrada de fluxos de carteira (Pontos percentuais)



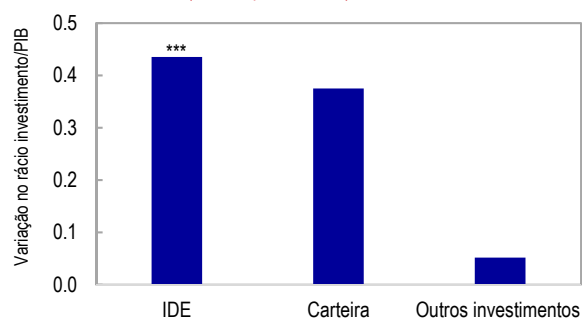
Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: As estimativas baseiam-se nos resultados reportados na Tabela 2.1.11. do Anexo. ***, ** e * indicam a significância estatística da variável aos níveis de 1, 5 e 10 por cento, respetivamente.

¹² As principais ameaças à estabilidade financeira decorrentes da rápida expansão do crédito em países de baixos rendimentos resultam da deterioração da qualidade dos ativos, exposição excessiva a setores específicos e empréstimos políticos (FMI 2014).

económico na África Subsariana. Porém, estes fluxos parecem estar associados de forma positiva ao consumo público (incluindo a despesa social) nos países da África Subsariana. Em contrapartida, o IDE está fortemente associado ao investimento privado e ao investimento total, sendo que uma subida do IDE na ordem de 1% do PIB implica um avanço de 0,5 p.p. no rácio de investimento (Figura 2.13).¹³ Além disso, há alguns indícios de que o forte efeito do IDE no investimento interno traduz-se, por sua vez, numa associação positiva entre o IDE e o crescimento económico, mais precisamente, uma subida do IDE de 1% do PIB provoca um incremento de cerca de 0,1 p.p. na taxa de crescimento económico a curto prazo. Entre outros fatores, uma melhoria dos termos de troca, maior abertura comercial e menores níveis de dívida pública também se encontram significativamente associados a perspetivas de crescimento mais elevado.¹⁴

Figura 2.13. África Subsariana: Impacto dos fluxos passivos sobre o investimento interno (Pontos percentuais)



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: As estimativas baseiam-se nos resultados reportados na Tabela 2.1.12. do Anexo. ***, ** e * indicam a significância estatística da variável aos níveis de 1, 5 e 10 por cento, respetivamente.

CONCLUSÃO

Os fluxos de capitais não oficiais para a África Subsariana registaram um aumento acentuado desde a crise financeira internacional. Embora estes fluxos possam trazer uma série de benefícios, também comportam riscos. Muito deste crescimento assenta nos fluxos de passivos (não residentes) que tendem a ser mais voláteis do que os fluxos de ativos (residentes).

Alguns fatores mundiais – designadamente as taxas de juro dos EUA e os preços das matérias-primas – são importantes para explicar a dinâmica dos fluxos financeiros para a África Subsariana. Contudo, a importância relativa desses fatores depende do tipo de fluxo. Em geral, os fluxos de investimento de carteira são mais sensíveis à volatilidade do mercado mundial, enquanto, aparentemente, o IDE responde melhor às taxas de juro globais e aos preços das matérias-primas. Os fatores internos também são importantes. Mais especificamente, os países com um forte crescimento económico, uma maior abertura comercial e uma melhor qualidade institucional tendem a receber mais capitais, e é menos provável que sofram grandes inversões no investimento estrangeiro.

Em termos de consequências macroeconómicas das entradas de fluxos estrangeiros, os fluxos de investimento de carteira parecem ter mais tendência para gerar vulnerabilidades macroeconómicas – tais como o desvio da taxa de câmbio real e do produto em relação à tendência, assim como um crescimento mais rápido do crédito, embora não existam provas concludentes de que estes estejam associados de forma estatisticamente significativa com o investimento interno ou o crescimento económico. Porém, os fluxos de investimento de

¹³ Estes resultados são robustos com base em médias a cinco anos das variáveis para responder às preocupações relativas à correlação serial, assim como com base na metodologia de variável instrumental na qual os fluxos para a região (em percentagem do PIB regional) são utilizados como uma variável instrumental. Ver Anexo 2.1 para mais informações.

¹⁴ Estas estimativas são obtidas a partir de dados de painéis anuais – a associação entre o IDE e o crescimento económico diminui estatisticamente quando são utilizadas as médias a cinco anos das variáveis (ver Anexo 2.1 para mais detalhes). De uma forma mais geral, a existência de uma associação estatisticamente fraca entre os fluxos de investimento de carteira e o crescimento económico não implica necessariamente que uma inversão desses fluxos não teria consequências. Por exemplo, uma grande inversão destes fluxos poderia conduzir a pressões para a desvalorização da moeda e a um aumento súbito nas taxas de juro, com as consequências daí decorrentes para a estabilidade e o crescimento económico.

carteira parecem estar associados a um aumento do consumo público (incluindo a despesa social). Em contraste, o IDE parece estimular diretamente o investimento interno e, por conseguinte, promover o crescimento económico.

Estas conclusões indicam uma relação complexa entre financiamento externo, estabilidade macroeconómica interna e investimento e crescimento económico na África Subsariana. Por um lado, a região precisa de capitais externos não oficiais para colmatar o défice de recursos e promover o desenvolvimento económico; por outro lado, a natureza instável destes capitais torna-os numa fonte de financiamento menos fiável e, potencialmente, arriscada. Este dilema evidencia a importância de uma gestão cuidadosa dos fluxos de capitais, que deve ter em conta a natureza dos capitais (IDE, carteira, empréstimos, etc.) a sua utilização e impacto a nível interno, bem como o tipo de investidor e mutuário.

Assim, tendo em conta que os países soberanos da África Subsariana recorrem cada vez mais aos mercados de capitais internacionais para financiar iniciativas em matéria de desenvolvimento, os decisores políticos devem adotar uma abordagem prudente e assegurar que os recursos captados são utilizados de forma eficaz, reforçam a produtividade e promovem o crescimento económico. Ao atraírem capitais estrangeiros, devem estar igualmente cientes das consequências daí decorrentes para as taxas de câmbio, como a instabilidade e os desajustamentos que podem afetar os setores transacionáveis e

prejudicar a competitividade. A este respeito, políticas estruturais para reduzir a rigidez nominal e facilitar o ajustamento da taxa de câmbio real poderiam desempenhar um papel útil, embora em alguns casos se possam justificar operações de intervenção cambial para limitar a sobrevalorização da moeda e criar uma almofada de reservas adequada.

Também se justifica vigilância contra o sobreaquecimento económico e a acumulação de vulnerabilidades nos balanços dos setores privado e público, para mitigar o risco de uma “aterragem dura” em caso de diminuição dos fluxos. Devem ser adotadas políticas prudenciais e macroeconómicas contracíclicas para limitar estas vulnerabilidades e preservar a sustentabilidade da dívida. Por conseguinte, é fundamental melhorar a compilação e oportunidade dos dados da balança de pagamentos a fim de monitorizar os fluxos em tempo real e de implementar de forma célere as ações políticas desejáveis. Além disso, tendo em conta que o IDE é o fluxo menos suscetível de gerar vulnerabilidades, mas mais propício a estimular o investimento privado e o crescimento, os esforços devem centrar-se em atrair o investimento direto para a região através da estabilidade macroeconómica e um melhor clima empresarial. É provável que, no futuro, a robustez dos fundamentos internos se torne ainda mais importante para atrair o capital, dado que se poderá verificar um agravamento das condições financeiras mundiais com a normalização da política monetária nas economias avançadas.

REFERÊNCIAS

- Ayut, D., A. Sanghi, e G. Kosmidou. 2017. “What to Do When Foreign Direct Investment is Not Direct or Foreign: FDI Round Tripping.” Policy Research Working Paper 8046, Banco Mundial, Washington, DC.
- Caballero, J. 2016. “Do Surges in International Capital Inflows Influence the Likelihood of Banking Crises?” *The Economic Journal* 126(591): 281–316.
- Calderon, C., N. Loayza, e L. Serven. 2004. “Greenfield Foreign Direct Investment and Mergers and Acquisitions—Feedback and Macroeconomic Effects.” Policy Research Working Paper 3192, Banco Mundial, Washington, DC.
- Combes, J., T. Kinda, e P. Plane. 2012. “Capital Flows, Exchange Rate Flexibility, and the Real Exchange Rate.” *Journal of Macroeconomics* 34(4): 1034–043.
- Fofack, H., e L. Ndikumana. 2010. “Capital Flight Repatriation: Investigation of its Potential Gains for Sub-Saharan African Countries.” *African Development Review* 22(1): 4–22.
- Forbes, K., e F. Warnock. 2012. “Capital Flow Waves: Surges, Stops, Flight, and Retrenchment.” *Journal of International Economics* 88(2): 235–51.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2014. “Macroeconomic Developments in Low-Income Developing Countries.” Washington, DC.
- Ghosh, A., e M. Qureshi. 2016. “Capital Inflow Surges and Consequences.” ADBI Working Paper 585, Instituto do Banco Asiático de Desenvolvimento, Tóquio.
- Ghosh, A., J. Ostry, e M. Qureshi. 2015. “Exchange Rate Management and Crisis Susceptibility: A Reassessment.” *IMF Economic Review* 63(1): 238–76.
- Ghosh, A., J. Ostry, e M. Qureshi. 2016. “When Do Surges End in Tears?” *American Economic Review Papers and Proceedings* 106(5): 581–85.
- Ghosh, A., J. Ostry, e M. Qureshi. 2017. “Taming the Tide of Capital Flows: A Policy Guide.” MIT Press, Cambridge, MA.
- Ghosh, A., M. Qureshi, J. Kim, e J. Zalduendo. 2014. “Surges.” *Journal of International Economics* 92(2): 266–85.
- Gopalan, S., A. Ouyang, e R. Rajan. 2018. “Impact of Greenfield FDI versus M&A on Growth and Domestic Investment in Developing Asia.” *Economia Politica: Journal of Analytical and Institutional Economics* 35(1): 41–70.
- Gourinchas, P., e M. Obstfeld. 2012. “Stories of the Twentieth Century for the Twenty-First.” *American Economic Journal: Macroeconomics* 4(1): 226–65.
- Korinek, A. 2018. “Regulating Capital Flows to Emerging Markets: An Externality View.” *Journal of International Economics* 111(C): 61–80.
- Magud, N., C. Reinhart, e E. Vesperoni. 2014. “Capital Inflows, Exchange Rate Flexibility and Credit Booms.” *Review of Development Economics* 18(3): 415–30.
- Ndikumana, L., e J. Boyce. 2003. “Public Debts and Private Assets: Explaining Capital Flight from Sub-Saharan African Countries.” *World Development* 31(1): 107–30.
- Obstfeld, M., J. Ostry, e M. Qureshi. 2017. “A Tie that Binds: Revisiting the Trilemma in Emerging Market Economies.” IMF Working Paper 7/130, Washington, DC.
- Qureshi, M., e N. Sugawara. 2018. “Surges and Reversals in Capital Flows.” *International Review of Economics & Finance* 56(C): 92–98.
- Rey, H. 2013. “Dilemma not Trilemma: The Global Financial Cycle and Monetary Policy Independence.” Proceedings Federal Reserve Bank of Kansas City Economic Policy Symposium, Jackson Hole, 285–333.
- Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). 2017. *World Investment Report*. Genebra.

Nota: Está disponível online um anexo com números e resultados adicionais referentes a este capítulo. Fundo Monetário Internacional (FMI). 2018. Capítulo 2, Background Paper (documento de referência). Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana. Washington, DC, Outubro <https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2018/09/20/sreo1018>

3. O futuro do trabalho na África Subariana

A atual vaga de avanços tecnológicos deve agitar o panorama do emprego no seio dos países e em todo o mundo. Os períodos anteriores de mudanças tecnológicas conduziram a padrões de vida melhores, mas as transições foram marcadas por receios relativamente ao futuro do trabalho à medida que os empregos existentes se tornavam obsoletos, e foi necessário algum tempo até que surgissem empregos novos e diferentes. Hoje, mais uma vez, há temores de que a Quarta Revolução Industrial tenha um efeito desestabilizador à medida que a tecnologia substitui os trabalhadores, conduzindo possivelmente a menores quotas de rendimentos e a uma maior desigualdade.¹ Enquanto a maioria dos países está a enfrentar esta vaga de mudança tecnológica num momento em que as populações ativas estão em declínio – demonstrando grande interesse em aproveitar a oportunidade de sustentar ou aumentar os níveis de produto com menos trabalhadores – o desafio para a África Subariana, onde as populações ativas continuam a aumentar rapidamente, é muito diferente.

Como pode a África Subariana criar os 20 milhões de empregos por ano necessários nas próximas duas décadas para absorver a sua crescente força de trabalho?² O futuro do emprego será moldado por forças globais e pela sua interação com os desenvolvimentos nacionais e regionais, aumentando os desafios, mas criando também oportunidades para a região. O principal foco do capítulo é a questão de como a vaga atual de inovação tecnológica – a Quarta Revolução Industrial – influenciará a vantagem comparativa da África Subariana e a natureza do emprego nos países da região. Simultaneamente, a trajetória da integração económica mundial e o impacto das alterações climáticas moldarão as oportunidades económicas e o futuro do trabalho na África Subariana.

A tomada de decisões de política face a estas tendências poderosas mas altamente incertas pode constituir um desafio, tendo em conta, em particular, que muitas decisões de investimento e as reformas estruturais só dão frutos no longo prazo. Como serão os empregos do futuro na África Subariana? Que competências necessitam os trabalhadores da região? Que infraestrutura é fundamental para que a África Subariana seja bem-sucedida na Quarta Revolução Industrial? A complexidade destas perguntas requer a reflexão sobre cenários alternativos: “E se...?”

Neste capítulo, usamos a modelização económica e a análise de cenários para entrever o futuro do emprego na África Subariana. A análise de cenários delinea futuros plausíveis que se podem verificar, de modo a estruturar as reflexões sobre as implicações de política: Quais as políticas atuais que orientam as economias para os resultados desejados? Quais as políticas que podem reforçar os desenvolvimentos positivos e mitigar os efeitos adversos? Quais os desafios de política que poderão surgir no futuro?

A análise de cenários não é uma previsão que apresenta uma perspetiva sobre como será o futuro. Pelo contrário, trata-se de uma ferramenta para tomar hoje decisões estratégicas à luz de um futuro incerto.

As principais conclusões são as seguintes:

- O futuro do trabalho já chegou e é importante para os decisores políticos de hoje. A Quarta Revolução Industrial está a redefinir a forma como e onde os bens são produzidos. Algumas destas novas tecnologias são mais fáceis de adotar e adaptar, o que permite à África Subariana dispor de infraestrutura e criar novos setores de crescimento, em particular nos serviços.

Este capítulo foi preparado por Aidar Abdychev, Cristian Alonso, Emre Alper, Dominique Desruelle, Siddharth Kothari, Yun Liu, Mathilde Perinet, Sidra Rehman, Axel Schimmelpfennig e Preya Sharma.

¹ A Quarta Revolução Industrial caracteriza-se por avanços na inteligência artificial, na robótica, na internet das coisas, em veículos autónomos, na impressão 3D, na nanotecnologia, na biotecnologia, na ciência dos materiais, no armazenamento de energia e na computação quântica

² As Nações Unidas projetam um aumento líquido da população em idade ativa (15-64 anos) na África Subariana de 20 milhões de pessoas, em média, nos próximos 20 anos.

- Existe muita incerteza em relação ao impacto da tecnologia. A África Subsariana pode estar menos exposta do que outras economias avançadas à substituição direta dos empregos atuais pela automatização, tendo em conta as diferenças nas estruturas das economias e os níveis de salários. No entanto, o progresso tecnológico que substitui os trabalhadores menos qualificados pode levar à “relocalização” da produção para economias avançadas, tornando o modelo de crescimento orientado pela indústria tradicional menos viável. Isto requer uma abertura à adaptação das estratégias de desenvolvimento à procura e às perspetivas da Quarta Revolução Industrial.
- Embora existam muitas incertezas sobre como será o futuro do trabalho, as escolhas de política atuais podem moldar os resultados. Os governos podem facilitar e apoiar o ajustamento das economias e dos trabalhadores às oportunidades que estão a surgir.
- A integração e a conectividade são os principais pilares de políticas de crescimento bem-sucedidas. Isto inclui a infraestrutura tradicional e digital, um sistema de educação que acompanha a mudança dos requisitos em matéria de competências, uma urbanização inteligente, redes de segurança para um mercado de trabalho volátil e a integração do comércio.

O IMPACTO DA MUDANÇA TECNOLÓGICA: AS MÁQUINAS IRÃO SUBSTITUIR OS TRABALHADORES?

A vaga atual de inovações tecnológicas, designada de Quarta Revolução Industrial, levantou uma questão (ou receio) global: As máquinas irão substituir os trabalhadores? A automatização e os preços em declínio dos bens de capital deslocam o equilíbrio da produção para o capital e afastam-no do trabalho, em particular no tocante a tarefas mais rotineiras. A inteligência artificial pode substituir os trabalhos não rotineiros altamente especializados, o que reacendeu os receios de que a tecnologia influenciará negativamente o emprego e os

rendimentos em todos os países. A África Subsariana pode ser diretamente afetada se a automatização se instalar na região, ou indiretamente através das exportações se a automatização conduzir a uma relocalização da produção para economias avançadas e economias de mercados emergentes maduras.

Historicamente, os avanços tecnológicos trouxeram ganhos de produtividade significativos e, em conjunto com uma maior integração do comércio, melhores condições de vida. Em particular, a introdução de novas “tecnologias genéricas” tem repetidamente reconfigurado o modo como as pessoas trabalham, e a forma como os bens e serviços são produzidos. O motor a vapor e a eletricidade foram as tecnologias genéricas que impulsionaram as duas primeiras Revoluções Industriais.³ Estes períodos foram marcados por uma elevada incerteza e pelo receio de mudanças drásticas no tipo de empregos necessários e as competências requeridas. Como tal, os períodos de transição foram marcados por movimentos de grande escala da força de trabalho entre setores e profissões, por exemplo, da agricultura para a indústria transformadora, e depois, no caso das economias avançadas, para os serviços (FMI 2018a). Todavia, uma vez concluída a transição, as economias apresentavam níveis mais elevados de produtividade e de rendimentos, e o surgimento de novas atividades tinha criado oportunidades de emprego.

Um padrão comparável pode verificar-se nas economias avançadas e de mercados emergentes da atualidade, com algumas profissões existentes a perder importância ou até tornar-se obsoletas, enquanto novas profissões começam a surgir. Os trabalhadores têm de realizar esta transição e, à semelhança do passado, isso talvez não seja fácil. Persiste uma incerteza considerável sobre quais os setores e empregos que serão prejudicados nas economias avançadas, com as estimativas de extinção de postos de trabalho devido à inteligência artificial, a aprendizagem automática (machine learning) e a robôs a variar entre 7% e 47% da força de trabalho (ver McKinsey Global Institute 2017; Frey e Osborne 2017; Nedelkoska e Quintini 2018; Borland e Coelli 2017).

³ A Terceira Revolução Industrial abrangeu as tecnologias de informação e de comunicação, sobretudo o surgimento da internet.

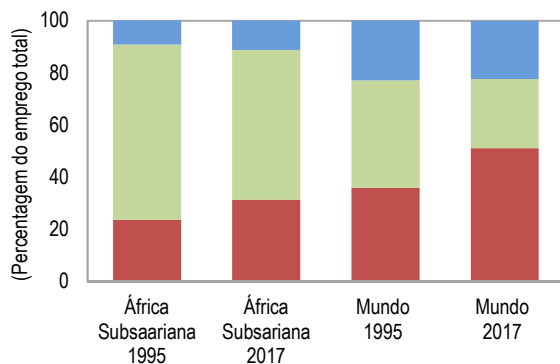
No caso da África Subsariana, o ponto de partida é diferente e varia significativamente na região. A maioria dos países não dispõe de uma indústria transformadora bem estabelecida que assegure a segurança dos empregos e dos rendimentos (Figura 3.1). A maioria do emprego é na agricultura e nos serviços ao consumidor, muitas vezes no setor informal, e caracteriza-se pela volatilidade dos rendimentos. Em geral, a infraestrutura é deficiente face às necessidades das suas economias em crescimento. E, mais importante, ao contrário das economias avançadas e de algumas economias de mercados emergentes onde a força de trabalho está a estabilizar ou a diminuir, fornecendo assim um incentivo à automatização, a África Subsariana tem uma força de trabalho em crescimento rápido.

Contudo, mesmo que o principal impacto seja inicialmente sentido nas economias avançadas e de mercados emergentes, a proliferação da automatização pode também criar fortes fatores adversos na África Subsariana. Pode ainda conduzir a uma realocação generalizada das atividades da indústria transformadora para as economias avançadas, minando as estratégias de crescimento orientadas pela exportação da indústria tradicional. Para se integrarem nas cadeias de valor mundiais, as empresas da África Subsariana têm de satisfazer padrões de qualidade mundial, o que pode requerer uma maior automatização.

Embora exista uma forte ênfase no risco da perda de empregos para a automatização, algumas das novas tecnologias podem ser mais fáceis de adotar e adaptar na África Subsariana. Por exemplo, a região de facto “saltou” a adoção de linhas de telefone fixas e passou diretamente para as redes móveis, considerando os seus baixos custos fixos e as necessidades limitadas de infraestruturas (Figura 3.2).

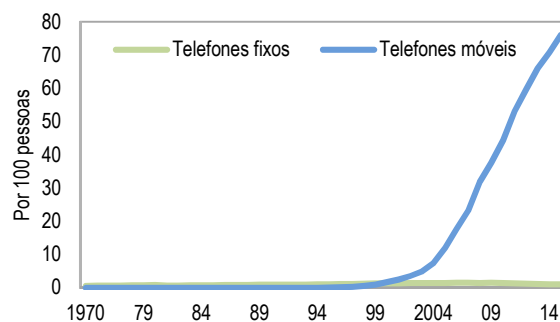
Exemplos da utilização e melhoria de tecnologias inovadoras em toda a África Subsariana encontram-se em todos os setores (Anexo online 3.1).⁴ Na agricultura, os telemóveis e smartphones permitem aceder atempadamente a informação sobre o tempo e movimentos do mercado, a aconselhamento sobre plantio, fertilização e colheita, ou a ajudar a identificar e a tratar pragas. Os drones ultrapassam as deficiências da infraestrutura física e asseguram o fornecimento de material médico crítico a centros de saúde em áreas rurais. Uma impressora 3D pode “construir” uma casa num único dia a um custo baixo. O Gana está a usar informação de GPS para definir “endereços” onde os mapas e os nomes ou números das ruas estão incompletos. A África do Sul usa informação biométrica e cartões de pagamento para a entrega dos subsídios sociais. E, naturalmente, o dinheiro móvel, desenvolvido e introduzido no Quênia, assegurou o acesso a serviços financeiros a milhões de pessoas que estavam anteriormente excluídas.

Figura 3.1. Participação setorial no emprego total, 1995 e 2017



Fonte: Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial.

Figura 3.2. África Subsariana: Adoção da conectividade, 1990–2014



Fonte: Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial.

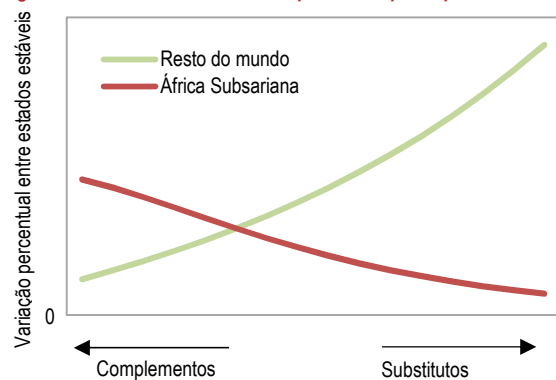
⁴ A digitalização também pode melhorar grandemente a política orçamental ao transformar a forma como os governos concebem e implementam as políticas (Gupta et al. 2017).

Modelização do Impacto da Quarta Revolução Industrial

Recorremos a um modelo económico para ilustrar as implicações das diferentes naturezas possíveis da evolução tecnológica na África Subsariana.⁵ O modelo divide o mundo em duas regiões que podem realizar transações comerciais entre si: uma região de economia avançada e uma região de baixo rendimento como a África Subsariana. Nas duas regiões, os bens são produzidos usando capital tradicional, mão de obra e “robôs”, sendo os robôs genericamente definidos de modo a incluir um vasto leque de novas tecnologias que constituem a Quarta Revolução Industrial, incluindo automatização, aprendizagem automática e inteligência artificial. As duas regiões divergem relativamente à produtividade global, ou seja, a quantidade de bens que pode ser produzida com o mesmo stock de capital, trabalhadores e robôs. A região de economia avançada é mais produtiva do que a África Subsariana, o que resulta num desnível dos rendimentos per capita entre as duas regiões.

Neste contexto, a natureza da transformação tecnológica determina se a África Subsariana alcança a convergência de rendimentos ou se fica para trás. Mais especificamente, o impacto da Quarta Revolução Industrial depende fundamentalmente de os robôs e a mão de obra serem substitutos ou complementares. Os robôs substituirão os trabalhadores, por exemplo, se uma fábrica automóvel introduzir robôs na sua linha de montagem que instala faróis, uma tarefa anteriormente realizada manualmente.

Figura 3.3. Estimativas do modelo para o PIB per capita



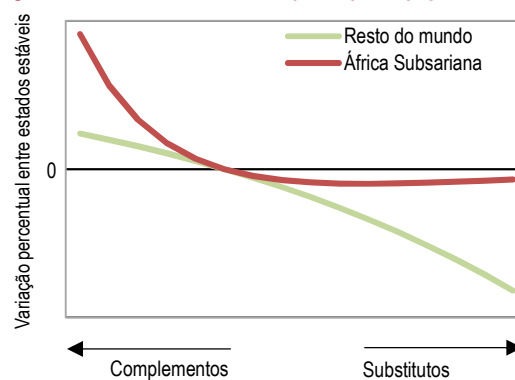
Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Por outro lado, a utilização de tecnologia digital na agricultura, como uma aplicação que permite aos agricultores combaterem melhor as pragas, é um exemplo do uso de robôs (definição genérica) como complementares aos trabalhadores. Naturalmente que os dois desenvolvimentos podem verificar-se em paralelo ou sequencialmente.

O impacto da Quarta Revolução Industrial pode ser visto como um aumento da produtividade dos robôs. O que acontece no modelo se essa produtividade for duplicada? Para tirar partido deste choque de produtividade, as empresas investem em robôs e capital físico e aumentam a produção. Por conseguinte, as duas regiões registam um aumento do PIB per capita no longo prazo. Todavia, existem diferenças importantes caso os robôs venham a substituir ou complementar a mão de obra (Figuras 3.3 e 3.4).

- Se a mão de obra e os robôs forem complementares, o aumento do PIB per capita é superior na África Subsariana do que nas economias avançadas, ou seja, existe convergência. A África Subsariana ganha porque tem salários inferiores, o que torna o investimento em robôs mais rentável quando combinado com a mão de obra relativamente barata. Uma vez que os robôs complementam o trabalho, o aumento dos salários é superior ao aumento do stock de capital, levando a uma maior quota do trabalho nas duas regiões, com um aumento mais acentuado na África Subsariana.

Figura 3.4. Estimativas do modelo para a participação da mão de obra



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

⁵ O modelo é uma extensão de Berg, Buffie e Zanna (2018), que estudam o impacto da automatização numa economia avançada. Ver o Anexo online 3.2 para mais pormenores.

- Se a mão de obra e os robôs forem substitutos, o aumento do PIB per capita é superior nas economias avançadas do que na África Subsariana, ou seja, a região fica ainda mais para trás. Neste caso, a introdução de robôs e o investimento em capital físico complementar são mais rentáveis nos locais onde os salários são elevados, porque economiza-se no custo de empregar trabalhadores. Tendo em conta a procura mais intensa de investimento nas economias avançadas, verifica-se uma saída de capital da África Subsariana durante a transição. Acresce que, como os robôs substituem facilmente os trabalhadores, o stock de capital e os robôs aumentam mais do que os salários, conduzindo a uma diminuição da quota do trabalho nas duas regiões. Todavia, a diminuição da quota do trabalho é superior nas economias avançadas (onde é mais rentável substituir os trabalhadores por robôs), o que indica que o maior crescimento nas economias avançadas provavelmente esteja também associado a uma maior desigualdade.

Historicamente, as quotas do trabalho foram, no geral, constantes nas economias avançadas durante décadas apesar dos grandes ganhos de produtividade, o que sugere que a tecnologia complementou a mão de obra no mais longo prazo. As quotas na África Subsariana também permaneceram estáveis desde os anos de 1950.⁶ Contudo, muitos países registaram uma diminuição das quotas do trabalho desde os anos de 1980 e parte desta diminuição foi associada aos avanços tecnológicos (FMI 2017b).

Para além de um aumento na produtividade dos robôs, o modelo pode também ser usado para analisar o impacto dos aumentos globais de produtividade. Ao introduzir esses ganhos globais de produtividade, o modelo sugere que o impacto positivo sobre os rendimentos pode ser superior ao impacto dos robôs. Assim, mesmo que a automatização atrase a convergência da África Subsariana relativamente ao resto do mundo, a região pode mais do que compensar este facto através da realização de ganhos de produtividade ao nível de toda a economia. Os resultados realçam a importância das políticas

para melhorar a infraestrutura, a educação, o acesso a financiamento e o ambiente de negócios que são todos, normalmente, associados a aumentos da produtividade global.

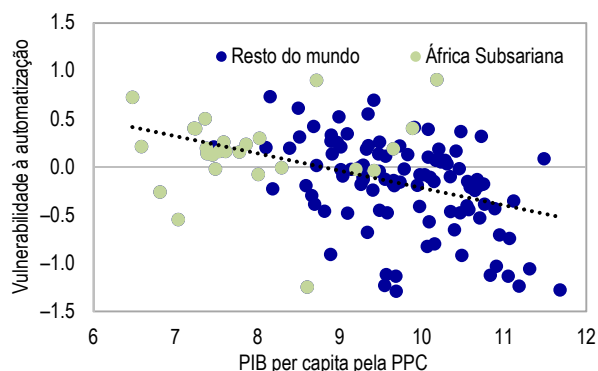
Impacto da Quarta Revolução Industrial nas Exportações da África Subsariana

A avaliação da vulnerabilidade da região à automatização nos seus mercados de exportação constitui um canal importante através do qual a África Subsariana pode ser influenciada pela Quarta Revolução Industrial. Comparativamente a economias avançadas e de mercados emergentes, a África Subsariana pode estar menos exposta à substituição direta dos empregos existentes pela automatização, considerando as diferenças nas estruturas das economias, mas também devido aos níveis dos salários. Contudo, a região pode ser indiretamente afetada pelas exportações se a automatização substituir a posição da África Subsariana nas cadeias de valor, tornando a entrada nas cadeias de valor mais difícil no futuro, ou devido a mudanças da vantagem comparativa face aos concorrentes.

Para avaliar a vulnerabilidade das exportações da África Subsariana à automatização nas economias avançadas utilizam-se dois índices, que têm como base diferentes medidas da capacidade de automatização das profissões sugeridas na literatura por Frey e Osborne (2017) e por Brynjolfsson, Mitchell e Rock (2018). Estes índices são associados a indústrias e depois a bens de exportação para avaliar a vulnerabilidade de um setor de exportações à automatização.

Curiosamente, os dois índices de vulnerabilidade às exportações assim obtidos apresentam resultados completamente diferentes. Enquanto o índice baseado em Frey-Osborne indica que as exportações da África Subsariana e as dos países de baixo rendimento e em desenvolvimento são, em geral, relativamente mais vulneráveis à automatização (Figura 3.5), o índice de vulnerabilidade das exportações baseado em Brynjolfsson, Mitchell e Rock mostra o oposto, não parecendo a África Subsariana tão vulnerável à automatização (Figura 3.6).

⁶ Com base nos dados disponíveis de 26 países da África Subsariana nas Penn World Tables 9.0.

Figura 3.5. Índice de vulnerabilidade das exportações dos países à automatização, baseado em Frey-Osborne

Fontes: Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial; Frey e Osborne (2017); c Nações Unidas, Comtrade.

Nota: PPC = paridade do poder de compra.

As conclusões divergentes refletem pressupostos subjacentes diferentes sobre a forma como a tecnologia influencia os empregos. Frey e Osborne consideram tecnologias que substituem as tarefas de rotina largamente encontrados a jusante da indústria transformadora, que constituem a maior parte das exportações excluindo matérias-primas da África Subsariana (por exemplo, a indústria alimentar). Brynjolfsson, Mitchell e Rock (2018) enfatizam a aprendizagem automática, que provavelmente substitui tarefas cognitivas não rotineiras utilizadas mais intensamente nas exportações das economias avançadas (por exemplo, equipamento eletrónico e maquinaria).⁷

Estes resultados salientam a incerteza inerente à avaliação do impacto da tecnologia. Na África Subsariana, o impacto da Quarta Revolução Industrial dependerá não apenas do ritmo do progresso tecnológico em geral, mas também do grau em que a tecnologia complementar ou substituirá os diferentes tipos de mão de obra.

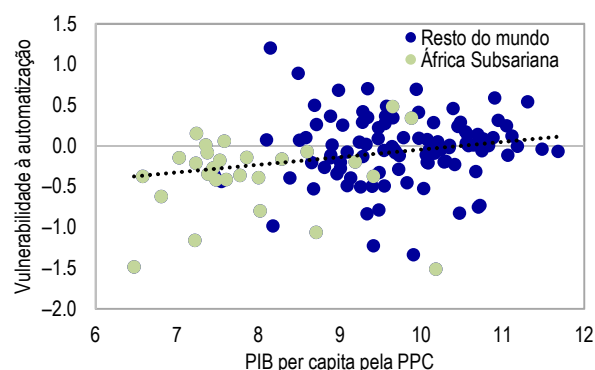
ANÁLISE DE CENÁRIOS: EXPLORAR O FUTURO DO TRABALHO NA ÁFRICA SUBSARIANA

Os modelos económicos e medidas da vulnerabilidade ajudam a focar em aspetos

⁷ Existem algumas indústrias nas quais ambos os índices concordam no tocante à vulnerabilidade à automatização. Por exemplo, a produção de vestuário e têxtil é considerada como suscetível à automatização, ao passo que a mineração não é tão vulnerável.

⁸ A metodologia subjacente a esta secção é a Oxford Scenario Planning Approach (Ramirez e Wilkinson 2016). A abordagem envolve entrevistas com peritos de uma série de disciplinas, assim como um workshop conduzido para gerar os cenários.

⁹ Dado que a análise de cenários explora futuros diferentes, é especialmente apropriada para analisar riscos não quantificáveis decorrentes de verdadeiras incógnitas relativas às principais tendências ou ao modelo subjacente correto (Ramirez e Selin 2014).

Figura 3.6. Índice de vulnerabilidade das exportações dos países à automatização, baseado em Brynjolfsson, Mitchell e Rock

Fonte: Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial; Brynjolfsson, Mitchell e Rock (2018); e Nações Unidas, Comtrade.

Nota: PPC = paridade do poder de compra.

específicos do impacto da evolução tecnológica no futuro do emprego. No entanto, as forças em jogo são muito mais complexas, intimamente interligadas e altamente imprevisíveis. A análise de cenários é uma ferramenta que fornece uma janela para vislumbrar um futuro distante a necessidade de manter relações causais firmes.⁸ Em vez de realizar uma previsão pontual, a análise de cenários desenvolve versões alternativas do futuro consideradas como narrativas plausíveis. São particularmente úteis nos casos da chamada “incerteza knightiana” que capta situações em que é impossível associar probabilidades de risco quantificáveis a resultados devido à imprevisibilidade dos eventos.⁹

A abordagem pode ser utilizada para um planeamento estratégico de longo prazo em situação de incerteza. É também regularmente usada por grandes empresas internacionais, governos nacionais e instituições multilaterais. Por exemplo, o FMI usou a análise de cenários para refletir sobre como melhor apoiar os seus países membros nos próximos 25 anos (Behar, Kostial e Ramirez 2018). A análise de cenários foi igualmente usada durante o final do regime do apartheid na África do Sul para ilustrar os benefícios para todos de uma transição pacífica do poder (Kahane 1992).

A análise de cenários é valiosa não pelo facto de um dos cenários se vir a concretizar, mas sim pelo conjunto de cenários alternativos que, juntos, geram uma perspetiva sobre o futuro com todas as suas incertezas. A abordagem não se baseia num cenário de base. Todas as narrativas de cenários devem ser plausíveis. Os cenários familiarizam-nos com os diversos rumos traçados pelas incertezas e permitem-nos refletir sobre as consequências de forma estruturada. Isto pode ajudar a detetar a tempo sinais de alerta sobre o desenrolar das incertezas e a conceber respostas de política atempada e apropriadamente. Além disso, os cenários podem ajudar a identificar políticas com probabilidade de funcionarem na maioria das visões do futuro (políticas “à prova do futuro”), enquanto realçam também os riscos associados a políticas que são menos robustas face a alguns desenvolvimentos futuros.

O ponto de partida é considerar as principais incertezas que moldarão o futuro, a forma como poderão evoluir e como interagem. Considerando o futuro do emprego na África Subsariana nas próximas duas décadas, três dessas incertezas e uma tendência subjacente parecem cruciais.

- O impacto da mudança tecnológica, em particular da automatização, da aprendizagem automática e da inteligência artificial. Os robôs irão substituir os seres humanos em alguns, em muitos ou na maioria dos empregos? Ou irão os robôs complementar os seres humanos permitindo, por exemplo, horários de trabalho reduzidos e mais lazer? Mesmo que a indústria transformadora com robôs demore ainda algum tempo a chegar à África Subsariana, o que acontecerá às exportações se as economias avançadas e de mercados emergentes relocizarem a produção com a ajuda da automatização?
- A trajetória da integração económica mundial. A tendência de globalização prosseguirá permitindo uma integração e interconectividade mais profundas? Ou verificar-se-á um retrocesso com os principais centros económicos a voltarem-se para dentro e uma subsequente desintegração económica mundial? No caso da África Subsariana, a pergunta será se os mercados mundiais permanecerão acessíveis e

poderão constituir uma fonte de crescimento impulsionado pelas exportações.

- A velocidade e a gravidade das alterações climáticas. Qual será o impacto económico e social das alterações climáticas? As estimativas do FMI sugerem que temperaturas mais elevadas em países tropicais de baixos rendimentos têm um impacto duradouro, em particular através dos setores agrícola e da indústria transformadora, ao passo que os serviços serão menos influenciados (FMI 2017a). Com que rapidez se sentirá este impacto adverso? Determinadas regiões tornar-se-ão inclusivamente inabitáveis, levando a uma migração de larga escala? Que políticas de mitigação serão implementadas pelos países?

Estas incertezas assentam numa certeza: a população e a força de trabalho crescentes da África Subsariana. Projeta-se que a população da região quase duplique nas próximas duas décadas, de aproximadamente 900 milhões em 2015 para 1,7 mil milhões em 2040. À medida que a força de trabalho aumenta, é necessário criar 20 milhões de empregos por ano.

Neste contexto, consideramos três cenários possíveis que procuram cobrir uma gama razoável de trajetórias de desenvolvimento nas próximas duas décadas. Naturalmente que a África Subsariana é uma região diversificada e os cenários desenvolvidos aqui não fazem justiça a essa diversidade.

No cenário designado África em Ascensão, o impacto da mudança tecnológica é favorável. As inovações tecnológicas são, em grande medida, complementares ao ser humano, mesmo no caso de muitos trabalhadores menos qualificados. A economia mundial continua a seguir a sua trajetória de integração mais profunda. Por último, embora as mudanças climáticas tenham um impacto adverso para o crescimento, os avanços tecnológicos são usados para mitigar este efeito. Os empreendedores da África Subsariana aproveitam estas oportunidades e integram as suas empresas nas cadeias de valor mundiais.

No cenário designado África para África, a mudança tecnológica leva a uma deslocação de larga escala de trabalhadores nas economias avançadas e de mercados emergentes, desencadeando políticas

isolacionistas e uma inversão da integração económica mundial. A África Subsariana é menos afetada dado que os custos da mão de obra são baixos, mas as alterações climáticas desaceleram o crescimento, uma vez que a mudança dos padrões do clima abrandam os ganhos de produtividade e os países são menos bem-sucedidos na mitigação destes efeitos. Confrontados com um ambiente externo menos favorável, os governos da África Subsariana implementam plenamente o Acordo de Comércio Livre do Continente e investem na infraestrutura regional, criando um mercado comum de mais de 1,7 mil milhões de pessoas em 2040.

No cenário designado África à Deriva, o impacto da mudança tecnológica é ainda mais dramático para todos os países. As economias avançadas e de mercados emergentes tornam-se dominadas por fábricas automatizadas. As estratégias de desenvolvimento da África Subsariana que investiram fortemente na infraestrutura para apoiar a indústria local são frustradas e os países acabam com ativos improdutivos e uma dívida elevada. As alterações climáticas criam fortes entraves ao crescimento e os países não desenvolvem medidas de mitigação. Os governos não conseguem contrariar estas tendências. Pelo contrário, a dependência da África Subsariana das matérias-primas mantém-se e a região luta para se desenvolver, o que cria fortes incentivos à migração para o estrangeiro, não obstante a automatização nas economias avançadas limitar a absorção de migrantes.

Os cenários são tratados em maior profundidade nos três discursos hipotéticos proferidos em 2040 e descritos mais pormenorizadamente no Anexo online 3.3.¹⁰

QUE POLÍTICAS SÃO NECESSÁRIAS PARA CRIAR EMPREGOS ORIENTADOS PARA O FUTURO?

O impacto da tecnologia no futuro do trabalho não é claro. O desafio para os decisores políticos é manter uma abertura a estratégias de crescimento

alternativas e aproveitar as oportunidades da Quarta Revolução Industrial.¹¹ Observando os diversos cenários verificam-se desenvolvimentos contrastantes dependendo da evolução das incertezas, mas surgem alguns temas comuns que apontam para algumas áreas de política principais.

Estar conectado

A conectividade vai para além da necessidade de infraestrutura física tradicional de estradas, linhas ferroviárias e portos, que constitui atualmente o foco dos planos de investimento da maioria dos países. A experiência na região demonstra que se existir uma infraestrutura digital adequada e um ambiente de negócios favorável, surgirão novas formas de negócios e verificar-se-á o aumento da eficiência dos setores existentes, em particular dos serviços, que representam uma quota crescente das economias. É provável que a facilitação do fomento da produtividade agrícola, sobretudo face às alterações climáticas, se baseie também fortemente na infraestrutura digital e num investimento mais alargado em estratégias de mitigação das alterações climáticas. Tendo em conta o espaço orçamental limitado, os investimentos na capacidade de armazenamento e o intercâmbio de dados através de um sistema acessível exigirão a parceria entre o setor público e o privado.

No entanto, por agora, a penetração da internet na África Subsariana é a menor do mundo – menos de metade da média mundial – embora alguns países como a Nigéria, o Quênia e as Seicheles tenham realizado progressos significativos e apresentem níveis de penetração próximos dos 50%, ligeiramente acima da média mundial (Figura 3.7). O custo de uma ligação de banda larga fixa é superior na África Subsariana do que noutras regiões. Somente no caso da banda larga móvel é que os custos são comparáveis a outras regiões em termos de dólar dos Estados Unidos (Figura 3.8).

Contudo, dado que os custos são dimensionados pelo rendimento nacional bruto, a África Subsariana tem a banda larga móvel menos económica.

¹⁰ A análise de cenários foi facilitada por Shirin Elahi e Alberto Behar e beneficiou de entrevistas com peritos (ver o anexo online 3.4).

¹¹ Por exemplo, novos dados mostram que uma deslocação do emprego da indústria para os serviços não impede necessariamente as perspetivas de alcançar níveis de rendimentos próximos aos das economias avançadas (FMI 2018).

Cenário 1: África em Ascensão

Este é um mundo em que a tecnologia aumentou a produtividade, o sistema mundial continua a marcha rumo à integração e as inovações na agricultura compensaram os efeitos das mudanças climáticas. A África Subsariana soube aproveitar as oportunidades de transformação tecnológica e integração mundial, criando uma classe média emergente e vibrante. Contudo, a volatilidade do emprego é a norma na 'gig economy'.

Obrigado por aceder à Conferência Virtual de 2040 sobre os Mercados de Crescimento Mundial destinada a Empreendedores Africanos. Gostaria, em especial, de dar as boas-vindas aos que participam a partir de um dos nossos centros de inovação e agradecer aos nossos fornecedores de tecnologia global sem fios pelo seu apoio. Como primeiro orador, foi-me pedido que refletisse sobre os últimos 20 anos de maravilhosas mudanças no nosso continente.

Que viagem fantástica fizemos, ajudados pelos avanços tecnológicos que foram desenvolvidos mesmo aqui nos nossos países. Estes avanços permitiram a nossa integração nas cadeias de valor mundiais, à medida que o comércio de serviços se tornou no novo comércio de bens.

A transição da vida agrícola para a urbana deveu-se ao engenho de uma nova geração que cresceu num mundo cheio de criatividade. Muitos de vós hoje aqui foram os jovens empreendedores que encararam não apenas os seus países, mas o mundo como potencial mercado. Um dia uma aplicação de música da África Ocidental bateu recordes mundiais. No dia seguinte, um padrão de tecido da África Austral foi selecionado por um dos retalhistas de presença mundial, proporcionando rendimento a um jovem estudante de design, mesmo que apenas por uma estação dado que a moda mundial mudou rapidamente.

Mesmo na agricultura, a tecnologia teve um impacto transformador. Iniciou-se lentamente, com a introdução de novas variedades de sementes e atualizações por SMS com dicas sobre irrigação, enquanto o acesso a crédito ajudou a financiar insumos adicionais. Não obstante o impacto das alterações climáticas, os rendimentos e as áreas cultivadas melhoraram drasticamente e, atualmente, exportamos não apenas as matérias-primas básicas, mas também alimentos processados.

No entanto, a vida quotidiana é ainda uma luta, em especial para aqueles sem acesso a educação de qualidade. Grandes explorações agrícolas de utilização intensiva de tecnologia dominam a agricultura, dando emprego a apenas alguns trabalhadores. Muitas famílias dependem das remessas de familiares que se mudaram para as cidades à procura de empregos melhor remunerados. Mas mesmo estes empregos nem sempre asseguram um fluxo constante de rendimento. Esta volatilidade é inquietante.

A maioria dos governos reconheceu a necessidade de apoiar o setor dos serviços. Talvez estivessem a dar resposta à pressão de tantas pessoas que mudaram para as cidades e que requeriam melhores serviços. Ou talvez se tenha simplesmente tornado mais fácil prestar serviços com a ajuda da tecnologia. Assegurar o acesso à internet para ligar as pessoas foi uma parte do custo de construir linhas ferroviárias e estradas, embora a nossa infraestrutura digital crítica esteja concentrada nas mãos de apenas algumas empresas privadas. Felizmente, pudemos continuar a ter acesso a financiamento externo.

A educação ainda se inicia nas escolas públicas tradicionais, mas a qualidade melhorou muito, ajudada pelos materiais online. Muitos estudantes bem-sucedidos têm licenciaturas em ciências, tecnologia, engenharia ou matemática, mas também verificamos uma procura crescente de prestação de cuidados. Os governos lutam por assegurar prestações de assistência ao desemprego que uma classe média rapidamente emergente espera cada vez mais, mas isto requer melhorias contínuas na arrecadação de impostos.

Assim, o ónus de avançar é nosso. Para permanecermos competitivos na economia mundial temos de continuar a investir nas nossas qualificações e na infraestrutura digital, mas também a procurar novos mercados e setores de crescimento, uma vez que o mundo não vai ficar à nossa espera.

Cenário 2: África para África

Este é um mundo em que predominam políticas isolacionistas nas economias avançadas, alimentadas pela deslocação de trabalhadores em razão da tecnologia. A África Subsariana teve de traçar o seu próprio rumo num ambiente mundial de volatilidade económica e política. A integração regional impulsionou o crescimento, compensando em parte os efeitos da diminuição do comércio com o resto do mundo. Contudo, dada a limitação de receitas tributárias, os governos enfrentam dificuldades para atender as necessidades crescentes do continente.

Bem-vindos à 20.^a Cimeira Anual do Fórum de Lideranças Jovens em África. Enquanto primeiro orador, foi-me pedido que refletisse sobre os últimos 20 anos de desafios tremendos, mas também sobre as oportunidades e avanços vividos no nosso continente.

A primeira cimeira em 2020 decorreu num ambiente de incerteza e no que é agora referido como o final da globalização como a conhecíamos. As políticas isolacionistas em economias avançadas e nalguns mercados emergentes, impulsionadas em parte pela crescente desigualdade, levou a uma reversão dramática do sistema de comércio mundial. Infelizmente, os nossos países sofreram também, dado que cerca de 80% das nossas exportações, principalmente de recursos naturais, foram para fora de África. Também assistimos à redução drástica do nosso acesso a financiamento, uma vez que os nossos parceiros de desenvolvimento tiveram de se centrar cada vez mais nos desafios internos.

Como muitos previram, a automatização transformou a indústria nos países avançados, dificultando também o estabelecimento de indústrias no continente. Com um acesso limitado aos mercados mundiais e a tecnologias, tivemos de desenvolver as nossas próprias soluções.

Apesar de discussões difíceis, os governos estabeleceram o Acordo de Comércio Livre do Continente em 2023 para promover o comércio inter-regional. Foi apoiado pelo Fundo Africano de Investimento em Infraestruturas com vista a melhorar a infraestrutura física e digital regionais. Os governos tiveram de fazer um grande esforço para captar o capital inicial, e o progresso continuado da mobilização de receitas foi inevitável. Os meios de comunicação social e as tecnologias da informação ajudaram os jovens a ultrapassar as barreiras físicas e virtuais entre os nossos países, o que desempenhou um papel catalítico no aprofundamento da integração.

A integração regional e uma conectividade melhorada despertaram o crescimento do empreendedorismo. A nossa diáspora migrou de volta e trouxe consigo qualificações, ideias e algumas poupanças. A nova era permitiu o acesso a tecnologia que não requeria grandes investimentos de capital, tendo em conta o financiamento limitado. Esta oportunidade foi aproveitada pelos jovens empreendedores. A sua atitude 'posso fazer/tenho de fazer' tornou-se na força motriz subjacente a inovações de base que se demonstraram bastante eficazes para abordar as necessidades e as condições locais. Os nossos cidadãos estiveram à altura da ocasião. As tecnologias inovadoras melhoraram a produtividade na agricultura e o continente está a tornar-se autossuficiente em termos de alimentos. Na indústria, a impressão 3D permitiu o surgimento da produção e da construção de pequena escala e personalizável. Assistimos a mudanças similares nos setores dos serviços. No turismo e no entretenimento, a realidade aumentada proporciona agora experiências extraordinárias. Na educação e nos cuidados de saúde, a inteligência artificial e as ferramentas de realidade virtual facilitam o intercâmbio de conhecimentos e a aprendizagem.

Mas não podemos dormir à sombra dos louros conquistados. As nossas comunidades ainda são afetadas pela pobreza e pelo elevado desemprego, em especial entre os jovens. As limitações dos mercados locais e regionais, os estrangulamentos de infraestruturas e o financiamento insuficiente condicionam o crescimento das nossas empresas. A explosão demográfica e a elevada competitividade exercem demasiada pressão sobre o mercado do trabalho. As pessoas continuam a mudar das áreas rurais para as urbanas, o que coloca novas imposições sobre infraestruturas urbanas já sobrecarregadas, e enfrentam empregos instáveis e salários baixos. Tendo em conta o elevado grau de informalidade e o baixo nível de segurança no emprego, as pessoas estão altamente vulneráveis a choques económicos. Aguardo com expectativa as nossas discussões sobre como poderemos começar a abordar estes problemas.

Cenário 3: África à Deriva

Este é um mundo em que a rápida automatização resultou na realocização da indústria transformadora para as economias avançadas, e o impacto das mudanças climáticas foi mais severo e mais veloz do que se imaginava. Na África Subsariana, as políticas de desenvolvimento foram frustradas pelo impacto desses desenvolvimentos a nível mundial, que, na maioria das economias, resultaram em estagnação e endividamento. Predominam os empregos informais na agricultura de subsistência e nos setores de serviços de baixa produtividade.

Bom dia. É com muita honra que profiro o discurso de abertura da Conferência de 2040 da Rede da Sociedade Civil Africana. A nossa reunião realiza-se na sequência de duas décadas medíocres em África. Foi-me pedido que refletisse sobre os últimos 20 anos do nosso continente à medida que a automatização de muitos dos nossos parceiros comerciais puxou o tapete debaixo dos pés das nossas próprias indústrias e estratégias de desenvolvimento, e enfrentamos os efeitos dramáticos das alterações climáticas dado que a cooperação global perdeu ímpeto e não conseguiu reduzir as emissões.

A aplicação de robôs e de inteligência artificial na Ásia, Europa e América do Norte alterou a natureza do comércio mundial. Mesmo com uma força de trabalho em contração devido ao envelhecimento da população, os nossos antigos parceiros comerciais tornaram-se cada vez mais autossuficientes à medida que tiveram de lutar contra o desemprego e a diminuição dos salários. O impacto em África foi ainda mais grave. As políticas dos governos para atrair emprego através de isenções fiscais e de investimentos em infraestruturas foram prejudicadas. Isto deixou os países com ativos improdutivos, uma dívida elevada, baixas receitas internas e sem espaço orçamental. Com os parceiros de desenvolvimento cada vez mais orientados para os seus próprios problemas, assistimos a um doloroso declínio do financiamento externo.

Como se isso não bastasse, as alterações climáticas atingiram o continente com mais força e intensidade do que o esperado. Certamente que todos se lembrarão muito bem de quando as nossas grandes cidades ficaram literalmente sem água nos anos de 2020. Ou como a diminuição da humidade tornou o cultivo de cacau inviável em 2030. Os agricultores foram forçados a mudar para culturas de subsistência. À medida que as reservas de água se esgotaram, a migração rápida exerceu pressão nas cidades, afetando ainda mais negativamente a infraestrutura precária. Com financiamento limitado, poucos governos dispuseram de recursos suficientes para investir adequadamente na mitigação das alterações climáticas. Muitos desejaram migrar para a Europa e para mais longe, mas estes países também não dispunham de oportunidades de emprego suficientes para permitir a entrada de estrangeiros.

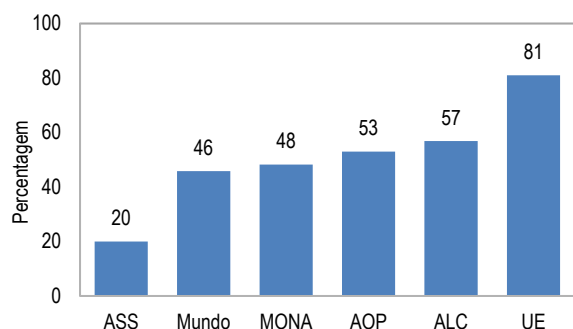
As realidades económicas atuais são graves. Demasiadas pessoas vivem em pobreza extrema. Nas áreas rurais, a dependência do clima e a agricultura de subsistência, associadas a um acesso deficiente a água, eletricidade e estradas, contribuem para a armadilha da pobreza. Nas cidades, a ausência de habitação e transportes acessíveis e os preços dos produtos alimentares permanentemente elevados empurram as pessoas para a armadilha da pobreza urbana. Aqueles que têm acesso a redes informais ou a remessas são os felizardos.

Um dos principais desafios é reformar o nosso sistema de educação e adaptá-lo aos requisitos deste mundo orientado pela tecnologia. Aqueles que vão estudar para o estrangeiro ou que se inscrevem numa universidade internacional online estão a ser bem-sucedidos, a encontrar bons empregos na função pública ou em grandes empresas de mineração. Mas estas oportunidades estão abertas apenas à minoria próspera.

A maioria das pessoas presta serviços de baixa remuneração a essas elites, ganhando salários que não são suficientes para retirar as famílias da pobreza. A ausência de emprego formal nas cidades está a criar um terreno fértil para o crime e o terrorismo. E é com demasiada frequência que assistimos ao surgimento de conflitos locais ou regionais relativos ao acesso a matérias-primas e a água. Com a continuação do aumento da taxa de criminalidade, as pessoas em pobreza extrema são instadas a entregar as suas magras poupanças a organizações ilegais de tráfico humano com a promessa de uma vida melhor num outro local. É uma triste realidade que a segurança privada seja o maior empregador no nosso continente.

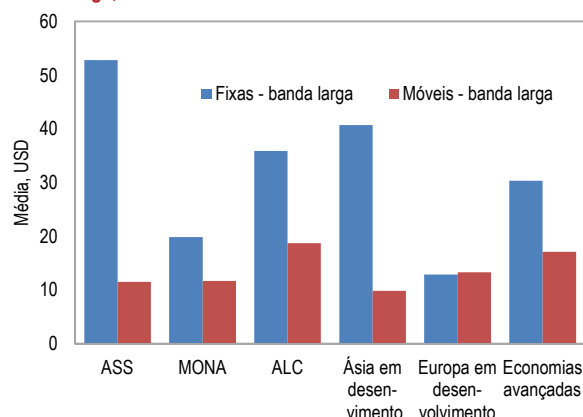
Que rumo devemos tomar agora? Este é o tópico da nossa cimeira. Melhor acesso à internet e centros de aprendizagem online gratuitos começaram a proporcionar oportunidades a um crescente número de jovens.

Figura 3.7. Proporção de pessoas que usam a Internet, 2016



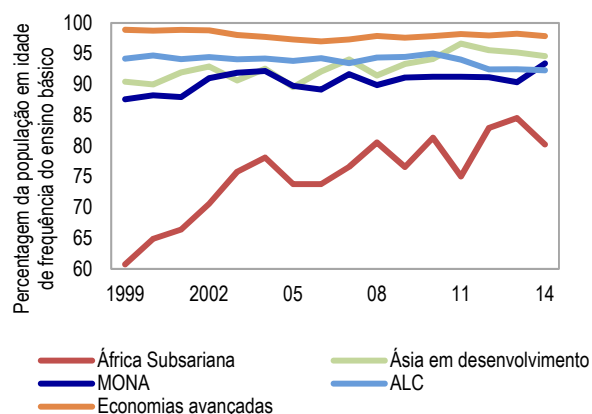
Fonte: Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial.
 Nota: ALC = América Latina e Caraíbas; AOP = Ásia Oriental e Pacífico; ASS = África Subsariana; MONA = Médio Oriente e Norte de África; UE = União Europeia.

Figura 3.8. Custo mensal de conexões fixas e móveis à Internet banda larga, 2016



Fonte: Base de dados ITU-ICT.
 Nota: ALC = América Latina e Caraíbas; ASS = África Subsariana; MONA = Médio Oriente e Norte de África.

Figura 3.9. Taxa líquida de matrícula no ensino básico, 1994–2014



Fonte: Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial.
 Nota: ALC = América Latina e Caraíbas; MONA = Médio Oriente e Norte de África.

Investir em sistemas de educação flexíveis

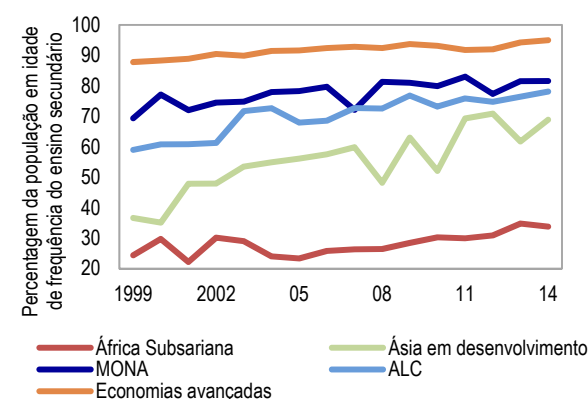
O futuro da tecnologia como um substituto ou um complemento do trabalho não é, necessariamente, uma força fora do nosso controlo. Invertendo a perspetiva, devemos colocar a pergunta: Que competências serão complementares à tecnologia? Que competências são necessárias para desenvolver e/ou usar a tecnologia? Isto coloca grande ênfase na educação para capacitar os jovens para serem bem-sucedidos num mundo do trabalho em transformação. É provável que a literacia digital, a capacidade de adaptação e a formação contínua sejam as competências para o sucesso, e a educação secundária pode vir a adquirir maior importância.

Existe uma incerteza considerável sobre quais serão as competências específicas necessárias. Como tal, os sistemas de educação têm de ser flexíveis, assegurando a participação a tempo integral e introduzindo a tecnologia em cada sala de aula. A África Subsariana alcançou bons resultados no aumento das taxas de conclusão do ensino primário (Figura 3.9), mas não acompanhou outras regiões no tocante ao ensino secundário. As taxas de participação no ensino secundário, um indicador mais prospetivo de possíveis resultados da educação da próxima geração, permanecem bem abaixo das de outras regiões (Figura 3.10).

Urbanização inteligente

Olhando para os focos da Quarta Revolução Industrial, estes estão todos situados em cidades ou centros urbanos. Atualmente, demasiadas cidades da África Subsariana apresentam infraestruturas

Figura 3.10. Taxa líquida de matrícula no ensino secundário, 1999–2014



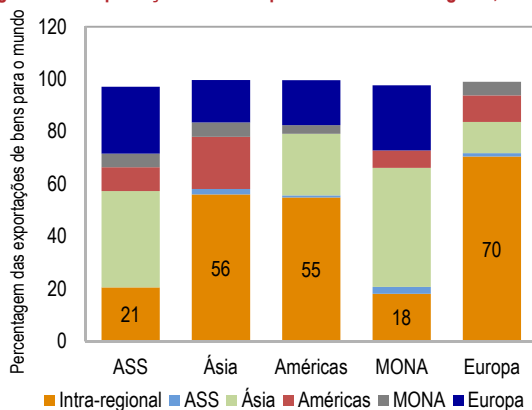
Fonte: Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial.
 Nota: ALC = América Latina e Caraíbas; MONA = Médio Oriente e Norte de África.

insuficientes e estão mais orientadas para os serviços ao consumidor local, por comparação com cidades em economias de crescimento mais rápido, onde os centros urbanos são os motores do crescimento (Gollin, Jedwab e Vollrat 2015). Para criar um ambiente no qual os empreendedores possam tornar-se fatores determinantes da adaptação e da inovação tecnológicas, a África Subsariana necessita de uma forte orientação para o planeamento e o desenvolvimento urbanos. As pressões populacionais também aumentam o valor atribuído a cidades que funcionam.

Desenvolver redes de segurança para um mercado de trabalho volátil

Extrapolando as tendências atuais, as frequentes transições de emprego podem constituir uma característica-chave de um mundo do trabalho temporário e flexível. A chamada gig economy representa mudança para as economias avançadas, mas muitas pessoas na África Subsariana, em particular no setor de subsistência e informal, já vivem nesse mundo e lutam para gerir a resultante volatilidade de rendimentos. As redes familiares e sociais proporcionam algum apoio, mas um dos principais desafios é expandir as redes de segurança que asseguram alguma segurança de rendimentos. A tecnologia, como a identificação biométrica e as fintech, pode ajudar em termos de direcionamento e administração, mas a mobilização de receitas será fundamental para criar o espaço orçamental necessário.

Figura 3.11. Exportações de bens para as diferentes regiões, 2017



Fonte: Direction of Trade Statistics (DOTS).

Nota: ASS = África Subsariana; MONA = Médio Oriente e Norte de África.

Aprofundar a integração comercial

Por último, a maior integração do comércio regional será um fator determinante para o desenvolvimento, sobretudo se o ambiente mundial se tornar menos favorável. O Acordo de Comércio Livre do Continente recentemente estabelecido é um passo notável nesta direção e requer agora uma implementação ao nível de toda a região. A África Subsariana representa um mercado interno considerável se os países avançarem rapidamente com a facilitação do comércio e a infraestrutura regional. Este mercado pode assegurar escala às empresas locais e tornar o continente mais atrativo ao investimento direto estrangeiro. A integração do comércio na África Subsariana quase triplicou desde os anos de 1980, mas permanece em níveis baixos por comparação com outras regiões (Figura 3.11). As distâncias físicas e diferenças socioeconómicas – incluindo a língua e história colonial – constituem barreiras ao comércio na África Subsariana que parecem mais importantes do que noutras regiões (Arizala et al. 2018).

CONCLUSÃO

As grandes alterações tecnológicas ao longo da história deram origem a melhorias radicais das condições de vida. Todavia, os períodos de transição foram muitas vezes difíceis, sobretudo para aqueles nos setores e profissões em declínio. O desafio global da política económica é apoiar os setores novos e emergentes que impulsionam o crescimento. Se bem-sucedida, a África Subsariana pode criar os necessários 20 milhões de empregos de boa qualidade por ano para os seus jovens e realizar progressos no sentido de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Embora existam muitas incertezas sobre como será o futuro do emprego, as escolhas de política atuais moldam os resultados. As estratégias de desenvolvimento têm de se adaptar às necessidades e perspetivas da Quarta Revolução Industrial. A integração e a conectividade são os principais pilares de políticas de crescimento bem-sucedidas. Isto inclui a infraestrutura tradicional e digital, um sistema de educação que acompanha a mudança dos requisitos em matéria de competências, uma urbanização inteligente, redes de segurança para um mercado de trabalho volátil e a integração do comércio.

REFERÊNCIAS

- Acemoglu, D., e P. Restrepo. 2018. “Modeling Automation.” *AEA Papers and Proceedings*, 108: 48–53.
- Arizala, F., M. Bellon, M. MacDonald, M. Mlachila, e M. Yenice. 2018. “Regional Spillovers in Sub-Saharan Africa.” IMF Spillover Note, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Behar, A., K. Kostial, e R. Ramírez. Inédito. “Work on Long-Term Trends and Uncertainties at the IMF.” *European Court of Auditors Journal*.
- Berg, A., E. Buffie, e L-F Zanna. 2018. “Should We Fear the Robot Revolution? (The Correct Answer is Yes).” *Journal of Monetary Economics* 97: 117–48.
- Bessen, J. 2017. “Automation and Jobs: When Technology Boosts Employment.” Boston University Law and Economics Research Paper 17–09, Boston.
- Borland, J., e M. Coelli. 2017. “Are Robots Taking Our Jobs?” *Australian Economic Review* 50(4): 377–97.
- Brynjolfsson, E., T. Mitchell, e D. Rock. 2018. “What Can Machines Learn, and What Does It Mean for Occupations and the Economy?” *AEA Papers and Proceedings* 108: 43–47.
- Frey, C. B., e M. Osborne. 2017. “The Future of Employment: How Susceptible Are Jobs to Computerisation?” *Technological Forecasting and Social Change* 114(C): 254–80.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2017a. “The Effects of Weather Shocks on Economic Activity: How Can Low-Income Countries Cope?” *World Economic Outlook*, Washington, DC, outubro.
- . 2017b. “Understanding the Downward Trend in Labor Income Shares.” *World Economic Outlook*, Chapter 3, Washington, DC, outubro.
- . 2018a. “Manufacturing Jobs: Implications for Productivity and Inequality.” *World Economic Outlook*, Chapter 3, Washington, DC, abril.
- . 2018b. “Technology and the Future of Work.” IMF Staff Note to Group of Twenty, Washington, DC.
- Gollin, D., R. Jedwab, e D. Vollrat. 2015. “Urbanization with and without Industrialization.” *Journal of Economic Growth*.
- Gupta, S., M. Keen, A. Shah, e G. Verdier. 2017. *Digital Revolutions in Public Finance*. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Kahane, A. 1992. “The Mont Fleur Scenarios: What Will South Africa Be Like in the Year 2002?” *Deeper News* 7(1): 1–22.
- Kotlikoff, L., e J. D. Sachs. 2012. “Smart Machines and Long-Term Misery.” NBER Working Paper 18629, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- McKinsey Global Institute. 2017. *Jobs Lost, Jobs Gained: Workforce Transitions in a Time of Automation*. San Francisco.
- Nedelkoska, L., e G. Quintini. 2018. “Automation, Skills Use and Training.” OECD Social, Employment and Migration Working Paper 202. OECD Publishing, Paris.
- Nordhaus, W. 2015. “Are We Approaching an Economic Singularity? Information Technology and the Future of Economic Growth.” NBER Working Paper 21547, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Ramírez, R., e C. Selin. 2014. “Plausibility and Probability in Scenario Planning.” *Foresight* 16.1: 54–74.
- Ramírez, R., e A. Wilkinson. 2016. *Strategic Reframing: The Oxford Scenario Planning Approach*. New York: Oxford University Press.

Nota: Está disponível online um anexo com números e resultados adicionais referentes a este capítulo. Fundo Monetário Internacional (FMI). 2018. Capítulo 3, Background Paper (documento de referência). Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana. Washington, DC, Outubro <https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2018/09/20/sreo1018>

Apêndice estatístico

Salvo indicação em contrário, os dados e as projeções utilizados neste relatório sobre as Perspetivas Económicas Regionais têm como base as estimativas do corpo técnico do FMI até 20 de setembro de 2018 e correspondem às projeções subjacentes à edição de outubro de 2018 do World Economic Outlook (WEO).

Os dados e as projeções abrangem 45 países da África Subsaariana servidos pelo Departamento de África do FMI. As definições dos dados seguem, na medida do possível, as metodologias estatísticas internacionalmente reconhecidas. Nalguns casos, porém, a ausência de dados limita as comparações internacionais.

Quadros adicionais com dados históricos e previsões para as principais variáveis económicas podem ser consultados online no documento de referência e apêndice estatístico (Background Paper and Statistical Appendix), disponível apenas em inglês no endereço: <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/REO/AFR/2018/October/pdf/sreo1018background.ashx>

Grupos de países

Os países são classificados em três grupos distintos: exportadores de petróleo, outros países ricos em recursos naturais e países não ricos em recursos naturais (ver na página 54 o quadro com os grupos de países).

- Os exportadores de petróleo são os países cujas exportações líquidas de petróleo representam no mínimo 30% das exportações totais.
- Os outros países ricos em recursos naturais são aqueles em que os recursos naturais não renováveis representam no mínimo 25% das exportações totais.
- Os países não ricos em recursos naturais são aqueles que não pertencem nem ao grupo dos países exportadores de petróleo nem ao grupo de países ricos em outros recursos naturais.

Os países são também repartidos em quatro grupos (com alguma sobreposição): países exportadores de petróleo, países de rendimento médio, países de baixo rendimento e países em situação frágil (ver na página 54 o quadro com os grupos de países).

A composição desses grupos reflete os dados mais recentes sobre o rendimento nacional bruto per capita (média sobre três anos) e a pontuação no índice

CPIA do Banco Mundial de avaliação das políticas e instituições nacionais (média sobre três anos).

- Os países de rendimento médio são aqueles com rendimento nacional bruto per capita superior a USD 995,00 no período 2015–17 (Banco Mundial, utilizando o método Atlas).
- Os países de baixo rendimento são aqueles com rendimento nacional bruto per capita igual ou inferior a USD 995,00 no período 2015–17 (Banco Mundial, método Atlas).
- Os países em situação frágil são aqueles com pontuação CPIA igual ou inferior a 3,2 no período 2015–17 e/ou com a presença de uma missão de manutenção ou de restabelecimento da paz nos últimos três anos.
- Na página 54, os países da África Subsaariana são agrupados segundo a sua participação nos grandes órgãos de cooperação regionais, designadamente: zona do franco CFA, que compreende a União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); a Comunidade da África Oriental (CAO-5); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Os dados agregados da CAO-5 incluem o Ruanda e o Burundi, que passaram a integrar o grupo em 2007.

Métodos de agregação

Nas tabelas AE1 e AE5, as cifras compósitas dos grupos de países são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) expresso em percentagem do PIB total do grupo de países em questão. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados WEO.

Na tabela AE2, as cifras compósitas dos grupos de países são calculadas como a média geométrica dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) expresso em percentagem do PIB total do grupo de países em questão. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados WEO.

Nas tabelas AE3–AE4 e AE6–AE8, as cifras compósitas dos grupos de países são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país,

ponderada pelo PIB em dólares dos Estados Unidos (USD) às taxas de câmbio de mercado e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países em questão.

África Subsariana: Grupos de países

Países exportadores de petróleo	Outros países ricos em recursos naturais	Países não ricos em recursos naturais	Países de rendimento médio	Países de baixo rendimento	Países em situação frágil	
Angola	África do Sul	Benim	África do Sul	Benim	Moçambique	Burundi
Camarões	Botswana	Burundi	Angola	Burkina Faso	Níger	Chade
Chade	Burkina Faso	Cabo Verde	Botswana	Burundi	Rep. Centro-Africana	Comores
Congo, Rep. do	Congo, Rep. Dem. do	Comores	Cabo Verde	Chade	Ruanda	Congo, Rep. Dem. do
Gabão	Gana	Côte d'Ivoire	Camarões	Comores	Serra Leoa	Congo, Rep. do
Guiné Equatorial	Guiné	Eritreia	Congo, Rep. do	Congo, Rep. Dem. do	Sudão do Sul	Côte d'Ivoire
Nigéria	Libéria	Eswatini	Côte d'Ivoire	Dem. do	Tanzânia	Eritreia
Sudão do Sul	Mali	Etiópia	Eswatini	Eritreia	Togo	Gâmbia
	Namíbia	Gâmbia	Gabão	Etiópia	Uganda	Guiné
	Niger	Guiné-Bissau	Gana	Gâmbia	Zimbabwe	Guiné-Bissau
	Rep. Centro-Africana	Lesoto	Guiné Equatorial	Guiné		Libéria
	Serra Leoa	Madagáscar	Lesoto	Guiné-Bissau		Madagáscar
	Tanzânia	Malawi	Maurícias	Libéria		Malawi
	Zâmbia	Maurícias	Namíbia	Madagáscar		Mali
	Zimbabwe	Moçambique	Nigéria	Malawi		Rep. Centro-Africana
		Quénia	Quénia	Mali		São Tomé e Príncipe
		Ruanda	São Tomé e Príncipe			Sudão do Sul
		São Tomé e Príncipe	Seicheles			Togo
		Seicheles	Senegal			Zimbabwe
		Senegal	Zâmbia			
		Togo				
		Uganda				

África Subsariana: Países membros de grupos regionais

União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA)	Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC)	Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)	Comunidade da África Oriental (CAO-5)	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	União Aduaneira da África Austral (SACU)	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
Benim	Camarões	Burundi	Burundi	África do Sul	África do Sul	Benim
Burkina Faso	Chade	Comores	Quénia	Angola	Botswana	Burkina Faso
Côte d'Ivoire	Congo, Rep. do	Congo, Rep. Dem. do	Ruanda	Botswana	Eswatini	Cabo Verde
Guiné-Bissau	Gabão	Eritreia	Tanzânia	Congo, Rep. Dem. do	Lesoto	Côte d'Ivoire
Mali	Guiné Equatorial	Eswatini	Uganda	Eswatini	Namíbia	Gâmbia
Níger	Rep. Centro-Africana	Etiópia		Lesoto		Gana
Senegal		Madagáscar		Madagáscar		Guiné
Togo		Malawi		Malawi		Guiné-Bissau
		Maurícias		Maurícias		Libéria
		Quénia		Moçambique		Mali
		Ruanda		Namíbia		Níger
		Seicheles		Seicheles		Nigéria
		Uganda		Tanzânia		Senegal
		Zâmbia		Zâmbia		Serra Leoa
		Zimbabwe		Zimbabwe		Togo

Lista de abreviaturas dos países

AGO	Angola	ERI	Eritreia	MLI	Mali	STP	São Tomé e Príncipe
BDI	Burundi	ETH	Etiópia	MWI	Malawi	SWZ	Eswatini
BEN	Benim	GAB	Gabão	MOZ	Moçambique	TCD	Chade
BFA	Burkina Faso	GHA	Gana	MUS	Maurícias	TGO	Togo
BWA	Botswana	GIN	Guiné	NAM	Namíbia	TZA	Tanzânia
CAF	Rep. Centro-Africana	GMB	Gâmbia	NER	Níger	UGA	Uganda
CIV	Côte d'Ivoire	GNB	Guiné-Bissau	NGA	Nigéria	ZAF	África do Sul
CMR	Camarões	GNQ	Guiné Equatorial	RWA	Ruanda	ZMB	Zâmbia
COD	Congo, Rep. Dem. do	KEN	Quênia	SEN	Senegal	ZWE	Zimbabwe
COG	Congo, Rep. do	LBR	Libéria	SLE	Serra Leoa		
COM	Comores	LSO	Lesoto	SSD	Sudão do Sul		
CPV	Cabo Verde	MDG	Madagáscar				

Lista de tabelas do anexo estatístico AE1—AE8

AE1.	Crescimento do PIB real.....	54
AE2.	Preços no consumidor, média.....	54
AE3.	Saldo orçamental global, incluindo donativos.....	55
AE4.	Dívida pública.....	55
AE5.	Massa monetária.....	56
AE6.	Conta corrente externa.....	56
AE7.	Dívida externa, dívida oficial, por devedor.....	57
AE8.	Reservas.....	57

Lista de fontes e notas de rodapé das tabelas AE1—AE8

Tabelas AE1, AE3—AE5, AE8

Fonte: FMI, base de dados comum de supervisão e base de dados WEO, outubro de 2018.

¹ Dados do exercício orçamental.

² Em USD constantes de 2009. O dólar do Zimbabwe deixou de circular no início de 2009. Os dados baseiam-se nas estimativas do corpo técnico do FMI sobre a evolução dos preços e das taxas de câmbio em USD. As estimativas dos valores em USD podem diferir das estimativas das autoridades.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Tabela AE2

Fonte: FMI, base de dados WEO, outubro de 2018.

¹ Em USD constantes de 2009. O dólar do Zimbabwe deixou de circular no início de 2009. Os dados baseiam-se nas estimativas do corpo técnico do FMI sobre a evolução dos preços e das taxas de câmbio em USD. As estimativas dos valores em USD podem diferir das estimativas das autoridades.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Tabela AE6

Fonte: FMI, base de dados WEO, outubro de 2018.

¹ Inclui os donativos.

² Dados do exercício orçamental.

³ Em USD constantes de 2009. O dólar do Zimbabwe deixou de circular no início de 2009. Os dados baseiam-se nas estimativas do corpo técnico do FMI sobre a evolução dos preços e das taxas de câmbio em USD. As estimativas dos valores em USD podem diferir das estimativas das autoridades.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Tabela AE7

Fonte: FMI, base de dados comum de supervisão e base de dados WEO, outubro de 2018.

¹ Membro da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA); os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da UEMOA.

² Membro da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da CEMAC.

³ Dados do exercício orçamental.

⁴ Em USD constantes de 2009. O dólar do Zimbabwe deixou de circular no início de 2009. Os dados baseiam-se nas estimativas do corpo técnico do FMI sobre a evolução dos preços e das taxas de câmbio em USD. As estimativas dos valores em USD podem diferir das estimativas das autoridades.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Tabela AE1. Crescimento do PIB real (Percentagem)						Tabela AE2. Preços no consumidor (Média anual, variação percentual)					
	2010-15	2016	2017	2018	2019		2010-15	2016	2017	2018	2019
Angola	4.6	-2.6	-2.5	-0.1	3.1	Angola	10.6	30.7	29.8	20.5	15.8
África do Sul	2.4	0.6	1.3	0.8	1.4	África do Sul	5.2	6.3	5.3	4.8	5.3
Benim	4.3	4.0	5.6	6.0	6.3	Benim	2.0	-0.8	0.1	2.3	2.3
Botswana	5.5	4.3	2.4	4.6	3.6	Botswana	6.1	2.8	3.3	3.8	3.9
Burkina Faso	5.9	5.9	6.4	5.9	6.0	Burkina Faso	1.2	-0.2	0.4	2.0	2.0
Burundi	3.3	-1.0	0.0	0.1	0.4	Burundi	8.7	5.5	16.6	1.2	7.3
Cabo Verde	1.5	3.8	3.9	4.3	4.0	Cabo Verde	1.7	-1.4	0.8	1.0	1.6
Camarões	4.8	4.6	3.5	3.8	4.4	Camarões	2.2	0.9	0.6	1.0	1.1
Chade	6.2	-6.4	-3.1	3.5	3.6	Chade	2.7	-1.1	-0.9	2.1	2.6
Comores	2.3	2.2	2.7	2.8	2.8	Comores	2.8	1.8	1.0	2.0	2.0
Congo, Rep. Dem. do	7.7	2.4	3.4	3.8	4.1	Congo, Rep. Dem. do	7.1	18.2	41.5	23.0	13.5
Congo, Rep. do	4.8	-2.8	-3.1	2.0	3.7	Congo, Rep. do	2.6	3.2	0.5	1.2	2.0
Côte d'Ivoire	5.8	8.3	7.8	7.4	7.0	Côte d'Ivoire	2.0	0.7	0.8	1.7	2.0
Eritreia	4.7	1.9	5.0	4.2	3.8	Eritreia	7.8	9.0	9.0	9.0	9.0
Eswatini	3.3	1.4	1.6	1.3	0.4	Eswatini	6.0	7.8	6.2	5.0	5.3
Etiópia ¹	10.2	8.0	10.9	7.5	8.5	Etiópia	15.2	7.3	9.9	12.7	9.5
Gabão	5.4	2.1	0.5	2.0	3.4	Gabão	1.7	2.1	2.7	2.8	2.5
Gâmbia	2.9	0.4	4.6	5.4	5.4	Gâmbia	5.5	7.2	8.0	6.2	5.3
Gana	7.7	3.7	8.4	6.3	7.6	Gana	11.0	17.5	12.4	9.5	8.0
Guiné	4.5	10.5	8.2	5.8	5.9	Guiné	13.6	8.2	8.9	8.2	8.0
Guiné Equatorial	-1.2	-8.6	-3.2	-7.7	-2.6	Guiné Equatorial	3.8	1.4	0.7	0.9	1.4
Guiné-Bissau	3.6	6.3	5.9	4.5	5.0	Guiné-Bissau	1.6	1.5	1.1	2.0	2.2
Lesoto	4.2	3.1	-1.6	0.8	1.2	Lesoto	4.8	6.2	5.3	6.3	5.3
Libéria	5.3	-1.6	2.5	3.0	4.5	Libéria	8.0	8.8	12.4	21.3	24.5
Madagáscar	2.2	4.2	4.2	5.0	5.4	Madagáscar	7.3	6.7	8.3	7.8	7.2
Malawi	4.6	2.3	4.0	3.3	4.7	Malawi	18.4	21.7	12.2	9.2	8.4
Mali	3.9	5.8	5.4	5.1	4.8	Mali	1.9	-1.8	1.8	2.5	2.1
Maurícias	3.8	3.8	3.8	3.9	4.0	Maurícias	3.6	1.0	3.7	5.1	4.5
Moçambique	7.0	3.8	3.7	3.5	4.0	Moçambique	5.7	19.2	15.3	6.0	5.7
Namíbia	5.7	0.7	-0.8	1.1	3.1	Namíbia	5.2	6.7	6.1	3.5	5.8
Níger	6.6	4.9	4.9	5.3	5.4	Níger	0.5	0.2	2.4	3.9	2.0
Nigéria	5.8	-1.6	0.8	1.9	2.3	Nigéria	10.4	15.7	16.5	12.4	13.5
Quênia	6.0	5.9	4.9	6.0	6.1	Quênia	7.8	6.3	8.0	5.0	5.6
Rep. Centro-Africana	-3.4	4.5	4.3	4.3	5.0	Rep. Centro-Africana	5.2	4.6	4.1	4.0	3.4
Ruanda	7.5	6.0	6.1	7.2	7.8	Ruanda	3.8	5.7	4.8	3.3	5.5
São Tomé e Príncipe	4.9	4.2	3.9	4.0	4.5	São Tomé e Príncipe	9.8	5.4	5.7	6.8	5.5
Seicheles	5.1	4.5	5.3	3.6	3.3	Seicheles	2.8	-1.0	2.9	4.4	3.7
Senegal	4.3	6.2	7.2	7.0	6.7	Senegal	1.0	0.8	1.3	0.4	0.9
Serra Leoa	5.3	6.3	3.7	3.7	5.5	Serra Leoa	6.2	10.9	18.2	15.6	13.1
Sudão do Sul	-5.1	-13.9	-5.1	-3.2	-4.6	Sudão do Sul	24.9	379.8	187.9	106.4	91.4
Tanzânia	6.8	7.0	6.0	5.8	6.6	Tanzânia	9.2	5.2	5.3	3.8	4.7
Togo	6.1	5.1	4.4	4.7	5.0	Togo	1.9	0.9	-0.7	0.4	1.2
Uganda	5.3	2.3	4.8	5.9	6.1	Uganda	7.5	5.5	5.6	3.8	4.2
Zâmbia	6.0	3.8	3.4	3.8	4.5	Zâmbia	8.1	17.9	6.6	8.5	8.2
Zimbabwe ²	9.1	0.7	3.7	3.6	4.2	Zimbabwe ¹	1.5	-1.6	0.9	3.9	9.6
África Subsariana	5.1	1.4	2.7	3.1	3.8	África Subsariana	7.7	11.2	11.0	8.6	8.5
<i>Mediana</i>	5.0	3.8	3.9	3.9	4.5	<i>Mediana</i>	4.9	5.5	5.3	4.0	5.3
Excl. África do Sul e Nigéria	5.8	3.5	4.4	4.6	5.4	Excl. África do Sul e Nigéria	7.2	10.6	10.2	8.0	7.0
Países exportadores de petróleo	5.3	-1.7	0.2	1.6	2.4	Países exportadores de petróleo	9.4	17.6	17.1	12.6	12.7
Excl. Nigéria	4.1	-2.0	-1.2	0.6	2.8	Excl. Nigéria	6.9	22.6	18.6	13.1	10.7
Países importadores de petróleo	4.9	3.6	4.4	4.0	4.6	Países importadores de petróleo	6.5	6.9	7.0	6.1	5.8
Excl. África do Sul	6.4	5.2	6.0	5.6	6.1	Excl. África do Sul	7.4	7.2	7.9	6.7	6.1
Países de rendimento médio	4.6	0.4	1.8	2.3	3.0	Países de rendimento médio	7.6	11.5	11.0	8.5	8.7
Excl. África do Sul e Nigéria	5.2	2.7	3.1	3.8	4.9	Excl. África do Sul e Nigéria	6.5	10.8	9.4	7.1	6.4
Países de baixo rendimento	6.5	4.4	5.8	5.4	6.0	Países de baixo rendimento	8.1	10.3	11.0	8.9	7.7
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	7.4	6.1	7.3	6.3	7.0	Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	8.9	6.0	6.8	6.7	6.0
Países em situação frágil	5.1	2.7	3.8	4.5	4.7	Países em situação frágil	5.7	13.2	13.6	9.8	8.5
Zona do franco CFA	4.6	3.5	3.9	4.4	5.0	Zona do franco CFA	2.0	0.6	0.9	1.6	1.8
CEMAC	3.9	-0.3	0.3	1.7	3.2	CEMAC	2.6	1.3	0.8	1.5	1.7
UEMOA	5.2	6.5	6.6	6.4	6.3	UEMOA	1.5	0.1	1.0	1.8	1.8
COMESA (membros da ASS)	6.7	4.8	6.0	5.6	6.1	COMESA (membros da ASS)	8.8	8.4	10.3	8.8	7.7
CAO-5	6.1	5.4	5.3	5.9	6.3	CAO-5	8.0	5.7	6.5	4.2	5.0
CEDEAO	5.8	0.5	2.7	3.2	3.6	CEDEAO	8.9	12.7	13.0	10.0	10.5
SACU	2.6	0.8	1.3	1.0	1.5	SACU	5.3	6.2	5.2	4.7	5.2
SADC	3.9	1.4	1.8	2.0	2.9	SADC	6.6	10.4	9.9	7.6	7.1

Veja fontes e notas de rodapé na página 55

Tabela AE3. Saldo orçamental global, incl. donativos (Porcentagem do PIB)						Tabela AE4. Dívida pública (Porcentagem do PIB)					
	2010-15	2016	2017	2018	2019		2010-15	2016	2017	2018	2019
Angola	1.1	-4.5	-6.1	-0.8	-0.2	Angola	37.2	75.3	65.0	80.5	71.8
África do Sul	0.1	-4.1	-4.6	-4.6	-4.5	África do Sul	42.4	51.6	53.0	55.7	57.3
Benim	-0.6	-5.9	-5.8	-4.7	-2.4	Benim	30.6	49.7	54.6	56.8	55.0
Botswana	4.5	0.7	0.2	-3.7	-3.0	Botswana	18.6	15.6	14.0	13.2	13.5
Burkina Faso	-0.8	-3.5	-7.8	-5.0	-3.0	Burkina Faso	30.4	38.3	38.1	41.2	41.3
Burundi	-8.2	-6.2	-7.8	-8.6	-9.1	Burundi	41.4	48.4	51.7	58.4	63.5
Cabo Verde	-3.4	-3.1	-3.1	-3.1	-5.9	Cabo Verde	97.8	129.5	127.1	130.0	130.6
Camarões	7.9	-6.1	-4.9	-2.6	-2.1	Camarões	19.6	32.5	36.9	36.9	36.6
Chade	1.2	-2.0	-0.2	1.3	0.5	Chade	34.2	52.4	52.5	49.2	45.4
Comores	-1.7	-7.4	0.6	-1.9	-2.7	Comores	33.8	27.7	32.4	29.0	30.5
Congo, Rep. Dem. do	0.1	-1.0	-1.5	-0.6	-1.6	Congo, Rep. Dem. do	22.3	19.3	18.1	16.2	15.0
Congo, Rep. do	14.6	-20.4	-7.6	9.0	10.5	Congo, Rep. do	60.8	128.7	130.8	100.7	89.9
Côte d'Ivoire	-1.0	-3.9	-4.2	-3.8	-3.0	Côte d'Ivoire	52.1	47.0	47.0	48.8	47.3
Eritreia	-17.9	-14.7	-14.5	-13.2	-12.9	Eritreia	132.2	132.8	131.2	129.4	127.3
Eswatini	1.4	-10.4	-8.8	-11.5	-9.5	Eswatini	15.0	25.5	28.4	37.6	44.3
Etiópia ¹	-3.4	-2.3	-3.3	-3.7	-3.5	Etiópia ¹	44.5	53.2	54.2	59.5	59.9
Gabão	8.5	-4.7	-1.7	1.3	0.7	Gabão	29.0	64.2	62.7	58.4	57.0
Gâmbia	-1.6	-6.5	-5.4	-2.5	-0.1	Gâmbia	56.0	82.3	88.0	82.8	77.1
Gana	-5.2	-8.9	-5.1	-6.0	-3.9	Gana	56.1	73.4	71.8	71.2	67.1
Guiné	-1.1	-0.1	-2.1	-2.2	-2.2	Guiné	44.2	41.8	37.9	40.4	43.1
Guiné Equatorial	16.3	-10.8	-2.5	0.6	2.3	Guiné Equatorial	12.4	43.3	37.4	37.3	37.4
Guiné-Bissau	-5.4	-5.6	-1.4	-2.6	-2.3	Guiné-Bissau	53.6	57.9	53.9	55.3	52.7
Lesoto	7.6	-6.3	-2.4	-4.0	-2.2	Lesoto	36.9	36.2	33.7	39.3	38.7
Libéria	0.5	-3.7	-5.2	-5.1	-4.9	Libéria	20.7	28.3	34.4	40.1	42.5
Madagáscar	-2.6	-1.3	-2.4	-2.3	-4.3	Madagáscar	33.5	38.4	36.0	35.1	36.4
Malawi	-2.3	-7.3	-7.3	-4.0	-2.4	Malawi	46.6	60.3	59.2	57.9	57.6
Mali	3.6	-3.9	-2.9	-3.3	-3.0	Mali	26.5	36.0	35.4	36.9	37.1
Maurícias	-3.6	-3.5	-3.3	-3.5	-3.5	Maurícias	59.6	66.1	64.0	63.9	62.5
Moçambique	-2.9	-6.3	-4.4	-7.1	-7.6	Moçambique	54.2	121.6	102.1	112.9	118.7
Namíbia	1.9	-8.7	-5.1	-7.6	-9.8	Namíbia	25.6	39.5	41.3	47.2	54.0
Níger	7.1	-6.1	-5.0	-5.9	-4.5	Níger	29.7	45.2	45.3	46.3	48.4
Nigéria	4.7	-3.9	-5.3	-5.1	-4.5	Nigéria	12.7	19.6	21.8	24.8	26.8
Quênia	-1.9	-8.3	-7.9	-6.6	-5.8	Quênia	45.9	53.2	54.2	56.1	55.4
Rep. Centro-Africana	0.5	1.6	-1.1	0.9	0.7	Rep. Centro-Africana	39.7	56.0	52.9	46.9	41.8
Ruanda	0.6	-2.3	-2.5	-2.0	-2.1	Ruanda	24.8	37.3	40.5	42.6	43.4
São Tomé e Príncipe	31.5	-4.2	-2.6	0.4	-3.7	São Tomé e Príncipe	77.6	93.1	88.4	76.9	73.7
Seicheles	-0.7	0.2	0.4	1.0	1.1	Seicheles	75.5	69.1	63.6	59.9	54.9
Senegal	-2.0	-3.3	-3.0	-3.5	-3.0	Senegal	36.5	47.8	48.3	50.4	47.5
Serra Leoa	2.2	-8.5	-9.1	-9.8	-10.0	Serra Leoa	39.9	54.9	63.9	79.2	93.4
Sudão do Sul	...	-21.3	3.7	17.7	-3.7	Sudão do Sul	26.8	86.6	62.7	43.7	53.2
Tanzânia	-2.5	-2.2	-1.4	-2.9	-4.1	Tanzânia	31.0	38.0	37.0	37.4	38.6
Togo	-1.5	-9.6	-0.3	-3.2	-0.7	Togo	54.9	81.6	75.7	75.7	70.6
Uganda	-0.8	-4.9	-3.8	-4.7	-5.9	Uganda	27.1	37.4	40.0	42.9	44.7
Zâmbia	2.1	-5.8	-7.8	-9.8	-10.9	Zâmbia	31.8	60.7	63.1	70.9	77.6
Zimbabwe ²	-3.5	-8.4	-12.7	-10.8	-9.1	Zimbabwe ²	50.5	69.9	82.3	81.9	79.6
África Subsariana	1.7	-4.5	-4.8	-4.2	-3.9	África Subsariana	31.0	43.8	45.4	48.5	48.2
Mediana	-0.7	-4.9	-3.8	-3.5	-3.0	Mediana	35.8	51.6	52.9	50.4	53.2
Excl. África do Sul e Nigéria	1.1	-5.0	-4.7	-3.6	-3.5	Excl. África do Sul e Nigéria	37.3	54.0	53.1	56.2	54.8
Países exportadores de petróleo	5.3	-4.6	-5.2	-3.3	-3.0	Países exportadores de petróleo	19.0	33.8	35.7	39.3	37.7
Excl. Nigéria	6.6	-6.0	-5.0	0.1	0.3	Excl. Nigéria	32.5	65.9	60.6	66.7	60.9
Países importadores de petróleo	-0.5	-4.5	-4.6	-4.7	-4.5	Países importadores de petróleo	40.8	50.6	51.4	53.9	54.5
Excl. África do Sul	-1.2	-4.7	-4.6	-4.8	-4.5	Excl. África do Sul	39.7	50.1	50.5	52.8	53.0
Países de rendimento médio	2.2	-4.8	-5.1	-4.4	-3.9	Países de rendimento médio	29.8	42.5	44.7	47.9	47.4
Excl. África do Sul e Nigéria	2.6	-6.1	-5.4	-3.6	-3.0	Excl. África do Sul e Nigéria	38.2	58.9	56.8	60.7	57.8
Países de baixo rendimento	-1.3	-3.7	-3.7	-3.7	-4.0	Países de baixo rendimento	36.0	47.9	48.1	50.4	50.9
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	-1.6	-3.2	-3.4	-4.0	-4.1	Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	35.9	49.2	49.2	52.9	53.9
Países em situação frágil	0.4	-4.9	-4.3	-2.6	-2.9	Países em situação frágil	40.5	50.0	50.6	50.1	49.1
Zona do franco CFA	4.7	-5.6	-3.9	-2.1	-1.4	Zona do franco CFA	33.0	49.1	49.5	49.2	47.6
CEMAC	9.3	-7.3	-3.6	0.5	0.9	CEMAC	27.4	52.6	53.7	50.4	48.3
UEMOA	-0.1	-4.3	-4.2	-4.0	-3.0	UEMOA	39.1	46.4	46.5	48.3	47.1
COMESA (membros da ASS)	-1.7	-4.8	-5.4	-5.2	-5.1	COMESA (membros da ASS)	39.5	49.5	51.2	53.9	54.2
CAO-5	-1.9	-5.5	-5.0	-5.0	-5.1	CAO-5	36.2	45.0	46.0	47.9	48.3
CEDEAO	2.9	-4.3	-5.0	-4.9	-4.1	CEDEAO	20.3	29.6	32.2	35.0	35.7
SACU	0.3	-4.1	-4.5	-4.7	-4.6	SACU	40.6	49.0	50.5	53.2	54.9
SADC	0.3	-4.0	-4.6	-4.0	-4.1	SADC	39.0	53.3	52.5	56.7	56.3

Veja fontes e notas de rodapé na página 55

Tabela AE5. Massa monetária (Porcentagem do PIB)						Tabela AE6. Saldo da conta corrente¹ (Porcentagem do PIB)					
	2010-15	2016	2017	2018	2019		2010-15	2016	2017	2018	2019
Angola	35.2	39.5	31.1	27.1	27.6	Angola	4.4	-4.8	-1.0	-2.1	-1.9
África do Sul	73.1	72.6	72.6	72.6	72.6	África do Sul	-4.1	-2.8	-2.5	-3.2	-3.5
Benim	37.5	41.0	39.2	45.7	46.3	Benim	-8.0	-9.4	-11.1	-10.6	-8.9
Botswana	43.9	41.4	40.2	40.6	41.1	Botswana	5.4	13.7	12.3	8.7	7.7
Burkina Faso	30.5	38.9	43.5	45.9	48.2	Burkina Faso	-6.8	-7.2	-8.1	-8.6	-7.6
Burundi	24.6	21.7	22.9	25.8	26.4	Burundi	-16.8	-13.1	-12.3	-13.4	-12.6
Cabo Verde	87.4	104.1	105.5	104.6	103.1	Cabo Verde	-9.7	-2.4	-6.2	-9.1	-10.2
Camarões	21.6	22.5	22.6	22.8	22.8	Camarões	-3.3	-3.2	-2.7	-3.2	-3.0
Chade	13.4	15.8	15.8	16.0	16.2	Chade	-9.0	-9.2	-5.7	-4.2	-5.5
Comores	37.7	45.9	45.0	45.0	45.0	Comores	-4.3	-7.4	-4.1	-9.2	-10.1
Congo, Rep. Dem. do	11.3	12.5	13.4	13.2	13.4	Congo, Rep. Dem. do	-5.6	-3.1	-0.5	-0.0	-1.8
Congo, Rep. do	33.5	42.7	34.9	30.5	27.3	Congo, Rep. do	0.0	-73.6	-12.9	9.1	12.4
Côte d'Ivoire	15.6	14.1	12.8	16.7	17.8	Côte d'Ivoire	1.8	-1.1	-4.6	-4.6	-4.2
Eritreia	112.1	100.8	101.4	101.7	101.4	Eritreia	1.0	-2.1	-2.4	-1.6	-2.3
Eswatini	25.1	30.5	29.5	29.1	29.1	Eswatini	11.8	17.2	13.7	10.3	9.8
Etiópia ¹	27.2	28.9	31.7	34.1	35.6	Etiópia ²	-5.6	-9.0	-8.1	-6.2	-6.2
Gabão	23.0	24.7	22.7	22.7	24.7	Gabão	11.0	-9.9	-4.9	-1.6	-0.5
Gâmbia	35.0	36.7	40.0	39.9	38.5	Gâmbia	-7.5	-5.9	-13.1	-12.5	-13.6
Gana	30.9	33.9	32.3	32.3	32.8	Gana	-9.7	-6.7	-4.5	-4.1	-4.0
Guiné	24.5	24.9	24.1	23.3	23.3	Guiné	-13.9	-31.1	-6.9	-21.2	-16.4
Guiné Equatorial	14.5	17.4	16.1	16.4	19.0	Guiné Equatorial	-8.3	-12.9	-5.9	-3.1	-3.6
Guiné-Bissau	37.4	46.9	45.2	46.1	46.0	Guiné-Bissau	-4.2	1.3	-2.0	-3.6	-4.1
Lesoto	32.7	31.1	35.1	34.5	33.8	Lesoto	-7.4	-8.2	-3.7	-6.0	-12.5
Libéria	23.3	20.5	19.9	19.9	19.9	Libéria	-16.5	-14.1	-19.1	-18.3	-21.4
Madagáscar	25.6	28.4	29.6	29.5	29.5	Madagáscar	-5.5	0.6	-0.3	-2.2	-3.4
Malawi	24.6	23.0	23.7	24.1	24.1	Malawi	-8.7	-13.6	-9.5	-9.3	-8.1
Mali	26.8	28.9	29.0	29.4	29.0	Mali	-5.1	-7.2	-5.8	-7.2	-7.8
Maurícias	99.9	109.9	113.6	114.7	114.7	Maurícias	-7.9	-4.3	-6.6	-8.2	-10.4
Moçambique	32.8	37.1	35.6	34.2	34.1	Moçambique	-34.6	-39.3	-22.4	-18.2	-44.7
Namíbia	58.4	51.7	53.4	53.4	53.4	Namíbia	-6.6	-13.8	-3.3	-6.0	-7.6
Níger	22.6	27.1	24.1	24.8	25.3	Níger	-19.0	-15.7	-14.1	-16.2	-18.3
Nigéria	20.3	26.5	26.7	27.6	27.8	Nigéria	1.8	0.7	2.8	2.0	1.0
Quênia	41.5	38.4	36.9	39.1	39.1	Quênia	-8.2	-5.2	-6.3	-5.6	-5.3
Rep. Centro-Africana	23.4	26.2	26.7	26.8	26.8	Rep. Centro-Africana	-8.7	-5.5	-8.4	-8.9	-8.4
Ruanda	21.0	23.9	23.6	24.9	26.1	Ruanda	-9.9	-15.8	-6.8	-8.9	-9.4
São Tomé e Príncipe	38.9	34.3	31.4	32.7	32.7	São Tomé e Príncipe	-20.4	-6.5	-8.2	-7.0	-10.2
Seicheles	61.4	71.8	77.7	77.9	77.9	Seicheles	-19.5	-20.1	-20.5	-18.4	-18.0
Senegal	30.3	37.4	37.5	36.5	44.3	Senegal	-6.5	-4.0	-7.3	-7.7	-7.1
Serra Leoa	22.4	25.1	24.5	25.3	25.6	Serra Leoa	-28.8	-2.3	-11.3	-13.4	-14.1
Sudão do Sul	19.9	28.8	16.0	15.2	18.8	Sudão do Sul	-2.1	1.3	-5.0	-8.8	2.7
Tanzânia	24.0	22.3	21.3	21.1	21.5	Tanzânia	-9.9	-4.5	-2.8	-4.3	-5.5
Togo	45.5	54.2	56.9	56.9	56.9	Togo	-9.2	-9.3	-8.0	-9.2	-8.0
Uganda	20.5	21.9	22.1	22.6	23.2	Uganda	-7.8	-2.9	-4.6	-6.9	-8.9
Zâmbia	20.7	20.6	22.1	23.0	23.1	Zâmbia	2.5	-4.5	-3.9	-4.0	-3.4
Zimbabwe ²	26.3	34.5	44.7	48.3	51.1	Zimbabwe ³	-14.6	-3.4	-4.1	-5.8	-5.6
África Subsariana	36.2	38.2	37.7	38.0	38.3	África Subsariana	-2.5	-3.9	-2.3	-2.8	-3.4
Mediana	27.5	30.5	31.1	29.5	29.1	Mediana	-7.4	-5.9	-5.8	-6.2	-7.1
Excl. África do Sul e Nigéria	29.5	31.2	30.3	30.7	31.5	Excl. África do Sul e Nigéria	-4.5	-6.8	-4.6	-4.8	-5.4
Países exportadores de petróleo	22.3	27.8	26.5	26.6	26.9	Países exportadores de petróleo	1.8	-2.2	0.8	0.7	0.2
Excl. Nigéria	27.3	31.3	26.0	24.0	24.6	Excl. Nigéria	1.6	-8.5	-2.6	-2.0	-1.4
Países importadores de petróleo	46.4	45.4	45.2	45.5	45.6	Países importadores de petróleo	-5.9	-5.0	-4.2	-4.8	-5.5
Excl. África do Sul	30.3	31.2	31.5	32.5	33.3	Excl. África do Sul	-7.5	-6.2	-5.3	-5.8	-6.6
Países de rendimento médio	39.2	41.6	40.8	41.0	41.2	Países de rendimento médio	-0.9	-2.6	-1.1	-1.6	-1.9
Excl. África do Sul e Nigéria	33.2	34.8	32.4	32.4	33.2	Excl. África do Sul e Nigéria	-1.1	-5.7	-3.3	-3.3	-3.2
Países de baixo rendimento	25.3	27.3	28.0	29.0	29.8	Países de baixo rendimento	-9.6	-8.2	-6.3	-6.9	-8.2
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	25.8	27.4	28.1	29.4	30.3	Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	-10.8	-9.3	-7.5	-7.5	-9.7
Países em situação frágil	23.6	25.5	25.2	26.0	26.4	Países em situação frágil	-5.5	-8.5	-4.8	-4.9	-4.7
Zona do franco CFA	23.7	26.9	26.2	27.3	28.7	Zona do franco CFA	-3.2	-8.9	-6.2	-5.0	-4.7
CEMAC	21.0	24.0	22.5	22.2	22.5	CEMAC	-1.7	-13.7	-5.1	-1.7	-1.2
UEMOA	26.1	29.1	28.9	30.9	33.1	UEMOA	-4.9	-5.3	-7.0	-7.5	-7.2
COMESA (membros da ASS)	31.1	31.8	33.1	34.6	35.2	COMESA (membros da ASS)	-6.2	-5.6	-5.2	-5.1	-5.4
CAO-5	29.6	28.2	27.3	28.3	28.6	CAO-5	-8.9	-5.4	-5.1	-5.7	-6.2
CEDEAO	22.4	27.7	27.7	28.7	29.3	CEDEAO	-0.5	-1.6	-0.3	-1.3	-1.7
SACU	70.5	69.6	69.6	69.6	69.5	SACU	-3.6	-2.2	-1.6	-2.6	-3.0
SADC	53.9	53.4	52.4	51.8	51.6	SADC	-3.5	-3.8	-2.3	-3.2	-4.2

Veja fontes e notas de rodapé na página 55

Tabela AE7. Dívida externa, dívida oficial, por devedor
(Porcentagem do PIB)

	2010-15	2016	2017	2018	2019
Angola	22.0	44.0	34.5	42.1	44.3
África do Sul	12.7	18.9	21.3	19.9	20.4
Benim	17.5	21.4	23.1	23.6	25.7
Botswana	12.5	10.0	14.0	11.3	9.8
Burkina Faso	23.5	26.1	24.3	23.7	23.7
Burundi	21.2	16.7	15.3	14.9	14.1
Cabo Verde	72.2	92.7	99.2	95.3	96.2
Camarões	11.0	19.6	22.5	23.6	25.5
Chade	23.6	27.1	28.7	26.0	25.1
Comores	32.5	26.3	30.1	26.5	28.0
Congo, Rep. Dem. do	17.4	13.8	13.1	12.9	12.3
Congo, Rep. do	23.9	48.2	41.0	30.5	28.4
Côte d'Ivoire	34.2	26.9	30.6	33.5	32.8
Eritreia	30.2	20.5	20.1	20.1	19.9
Eswatini	7.8	9.5	10.3	12.6	14.1
Etiópia ¹	25.1	33.8	33.5	30.5	30.8
Gabão	21.9	35.6	40.6	37.4	40.6
Gâmbia	30.3	40.9	46.3	45.1	43.1
Gana	27.3	38.5	36.5	34.5	31.3
Guiné	29.7	22.2	20.7	26.5	31.1
Guiné Equatorial	7.1	9.1	9.0	10.3	13.1
Guiné-Bissau	27.0	22.8	20.9	19.9	20.0
Lesoto	31.0	34.8	33.4	34.0	37.0
Libéria	9.3	20.1	24.7	29.6	34.1
Madagáscar	23.2	25.4	24.4	25.0	27.2
Malawi	21.4	32.7	32.4	30.8	31.3
Mali	21.1	23.8	25.6	24.1	24.1
Maurícias	14.1	14.6	12.9	12.0	10.6
Moçambique	45.2	92.4	90.7	91.6	95.1
Namíbia	7.9	16.6	15.5	16.2	16.6
Níger	19.2	29.7	30.7	31.4	33.8
Nigéria	3.1	4.0	6.3	8.2	7.9
Quênia	21.9	26.1	26.9	28.3	29.1
Rep. Centro-Africana	18.3	28.2	27.9	23.6	21.7
Ruanda	18.9	33.6	36.9	38.4	38.9
São Tomé e Príncipe	77.6	78.8	74.7	66.9	64.8
Seicheles	42.9	31.8	30.0	28.8	26.9
Senegal	25.9	31.2	39.5	42.8	42.2
Serra Leoa	27.0	36.1	45.9	56.8	69.4
Sudão do Sul
Tanzânia	22.7	28.7	27.9	28.2	28.9
Togo	15.8	19.3	20.8	23.6	25.8
Uganda	15.9	22.0	25.4	28.1	30.4
Zâmbia	16.2	38.2	36.9	41.2	44.5
Zimbabwe ²	45.0	42.1	38.6	36.5	33.2
África Subsariana	13.9	20.6	22.2	23.0	23.1
<i>Mediana</i>	21.7	26.6	27.9	28.2	28.7
Excl. África do Sul e Nigéria	22.0	30.6	30.0	31.1	31.6
Países exportadores de petróleo	8.1	13.7	15.2	17.3	16.8
Excl. Nigéria	19.2	35.8	31.4	34.7	36.3
Países importadores de petróleo	18.6	25.4	26.5	26.3	26.8
Excl. África do Sul	23.3	28.9	29.5	29.9	30.2
Países de rendimento médio	11.7	18.1	20.1	21.0	20.9
Excl. África do Sul e Nigéria	20.8	31.6	30.3	32.3	32.7
Países de baixo rendimento	24.0	29.4	29.7	29.5	30.2
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	23.9	33.2	33.6	33.2	34.2
Países em situação frágil	25.7	25.6	26.1	26.5	26.4
Zona do franco CFA	20.6	25.9	28.4	28.8	29.5
CEMAC	15.7	25.0	26.5	25.4	26.8
UEMOA	25.8	26.5	29.8	31.4	31.5
COMESA (membros da ASS)	21.5	27.2	27.4	27.4	27.8
CAO-5	20.8	26.5	27.3	28.5	29.5
CEDEAO	8.8	11.6	14.6	16.6	16.1
SACU	12.6	18.4	20.7	19.4	19.8
SADC	16.8	26.2	25.7	26.0	26.6

Tabela AE8. Reservas

(Meses de importações de bens e serviços)

	2010-15	2016	2017	2018	2019
Angola	7.8	10.3	6.1	4.9	5.5
África do Sul	5.2	5.7	5.6	5.5	5.2
Benim ¹
Botswana	11.6	14.6	12.9	12.5	11.8
Burkina Faso ¹
Burundi	3.4	1.4	1.4	1.3	1.3
Cabo Verde	4.8	6.1	5.2	5.2	4.8
Camarões ²
Chade ²
Comores	7.1	6.6	6.3	6.7	6.0
Congo, Rep. Dem. do	1.4	0.5	0.5	0.6	0.7
Congo, Rep. do ²
Côte d'Ivoire ¹
Eritreia	2.2	2.0	1.5	1.5	1.4
Eswatini	4.3	3.6	3.4	2.8	2.7
Etiópia ³	2.0	2.1	2.0	1.7	1.7
Gabão ²
Gâmbia	4.4	1.4	2.8	2.9	3.0
Gana	2.8	2.6	2.9	2.9	3.0
Guiné	2.4	1.4	1.4	1.9	2.1
Guiné Equatorial ²
Guiné-Bissau ¹
Lesoto	5.2	4.4	4.2	3.5	3.7
Libéria	2.1	3.0	3.1	2.8	3.0
Madagáscar	2.8	3.0	3.6	3.8	3.9
Malawi	2.0	2.9	3.3	2.9	3.1
Mali ¹
Maurícias	5.6	8.3	9.3	9.1	9.0
Moçambique	3.1	2.8	4.6	2.9	2.3
Namíbia	2.6	2.6	1.6	1.5	1.0
Níger ¹
Nigéria	5.8	6.5	7.2	8.0	7.5
Quênia	4.1	4.7	4.1	4.4	4.5
Rep. Centro-Africana ²
Ruanda	4.9	4.1	4.1	3.9	3.8
São Tomé e Príncipe	4.0	3.9	3.3	3.3	3.3
Seicheles	3.2	3.7	3.7	3.3	3.3
Senegal ¹
Serra Leoa	2.7	3.5	3.3	3.3	3.5
Sudão do Sul	2.8	0.2	0.1	0.4	0.4
Tanzânia	4.0	5.3	5.3	4.8	4.7
Togo ¹
Uganda	4.6	5.1	5.0	4.4	4.2
Zâmbia	3.0	2.4	2.0	1.4	0.8
Zimbabwe ⁴	0.5	0.8	0.5	0.4	0.4
África Subsariana	5.0	5.2	4.9	4.9	4.8
<i>Mediana</i>	3.5	3.5	3.4	3.3	3.3
Excl. África do Sul e Nigéria	4.3	4.2	3.6	3.3	3.4
Países exportadores de petróleo	6.0	6.6	6.3	6.6	6.6
Excl. Nigéria	6.3	6.7	4.6	4.0	4.6
Países importadores de petróleo	4.1	4.2	4.1	4.0	3.8
Excl. África do Sul	3.4	3.3	3.2	3.1	3.1
Países de rendimento médio	5.5	6.0	5.6	5.8	5.7
Excl. África do Sul e Nigéria	5.5	5.6	4.4	4.2	4.4
Países de baixo rendimento	2.7	2.4	2.4	2.2	2.2
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	3.1	3.2	3.3	2.9	2.8
Países em situação frágil	2.9	1.4	1.4	1.7	1.8
Zona do franco CFA	5.2	3.1	3.2	3.8	4.0
CEMAC	5.2	2.3	2.4	3.0	3.6
UEMOA	5.3	3.9	3.9	4.7	4.5
COMESA (membros da ASS)	3.0	3.1	2.9	2.9	2.9
CAO-5	4.2	4.9	4.6	4.4	4.4
CEDEAO	5.1	5.2	5.6	6.1	5.8
SACU	5.3	6.0	5.7	5.6	5.3
SADC	5.2	6.0	5.2	4.8	4.6

Veja fontes e notas de rodapé na página 55